Serviço de Pós-Graduação EESC/USP

EXEMPLAR REVISADO

Data de entrada no Serviço: 24 / 10 / 01

Ass.: *Guilherme*

MEMÓRIAS DO RIO DO MONJOLINHO

*O Processo de Urbanização e os Impactos sobre os
Recursos Hídricos*

DEDALUS - Acervo - EESC

31100036807

RITA DE CASSIA DE ALMEIDA

Dissertação apresentada à Escola de Engenharia
de São Carlos – USP, como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre em Ciências
da Engenharia Ambiental.

ORIENTADOR: PROF^a DR^a NORMA FELICIDADE DA S. VALENCIO

São Carlos
2001

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: Licenciada **RITA DE CÁSSIA DE ALMEIDA**

Dissertação defendida e julgada em 21-08-2001 perante a Comissão Julgadora:

Prof. Dra. **NORMA FELICIDADE LOPES DA SILVA VALÊNCIO** (Orientadora)
(Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

APROVADA

Prof. Dr. **LUIZ ANTONIO DANIEL**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP)

APROVADA

Prof. Dr. **NIVALDO NALE**
(Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

APROVADA

Prof. Doutor **EVALDO LUIZ GAETA ESPÍNDOLA**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Engenharia Ambiental

JOSÉ CARLOS A. CINTRA
Presidente da Comissão de Pós-Graduação da EESC

Dedicatória

*Ao meu pai, que esteja onde estiver deve estar
orgulhoso de mim.*

A minha mãe e irmãos.

Agradecimentos

À Profª Drª *Norma Felicidade da S. Valencio*, por ser uma orientadora na essência da palavra e por acreditar em mim e no meu trabalho.

Ao Prof. Dr. *Luiz Antonio Daniel* e ao Prof. Dr. *Nivaldo Nale*, pelas sugestões apresentadas durante a banca de defesa do mestrado.

Ao Prof. *Evaldo G. Espindola*, coordenador deste programa, pela atenção e gentileza a mim dispensadas.

Aos mestres que já passaram por minha vida acadêmica, por sua dedicação e incentivo, especialmente, à *Irani, Mariangela, Maria Rita, Sonia* e ao *Ramiro*, que me abriram as portas para o que é verdadeiramente história.

À *Regina*, uma grande mestra e uma grande amiga, pelos longos papos que contribuíram inestimavelmente para que esse trabalho nascesse e crescesse, além de ter sido uma grande incentivadora nas horas mais difíceis.

Aos amigos do CDCC pelo apoio, especialmente à *Silvia*, pelo incentivo.

Ao *Braz*, pela importante ajuda no manuseio do material fotográfico, pelas “dicas” na diagramação desse trabalho e pela amizade insubstituível.

Ao *André* pela elaboração e confecção do mapa de ocupação urbana e pelas “andanças”, por lugares nem sempre agradáveis, atrás das melhores fotos.

Ao *Cid* pela colaboração no desenho de um dos mapas.

À minha cunhada e amiga, *Eliana* pela tradução do resumo.

A minha prima *Maria de Lourdes* pela revisão do texto.

À *Claudete*, pelo ótimo atendimento recebido todas as vezes que necessitei, além de ter sempre uma palavra amiga.

Às amigas que tive a felicidade de encontrar no CRHEA pelas horas de papo, descontração e concentração *Cris*, *Edna* e *Gisele*.

E, finalmente, aos grandes responsáveis por esse trabalho ser mais humano, vivo e colorido – aos velhos são-carlenses: *Sra. Carmen*, *Dr. Decio*, *Dr. Hugo*, *Sr. José*, *Sr. Luis* e *Professor Tolentino*, que me permitiram entrar em suas vidas e colher belas histórias, que ficarão em meu coração e nas páginas dessa dissertação.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a realização desse trabalho.

SUMÁRIO

Lista de figuras	vi
Lista de tabelas	vii
Resumo	viii
Abstract	ix
Introdução.....	10
Capítulo 1 – O olhar do cidadão como ferramenta metodológica para a avaliação de impactos	13
<i>O que é a memória?</i>	13
<i>A importância da memória como instrumento de análise da história da sociedade .</i>	29
<i>A importância que a memória tem para a detecção de um padrão de desenvolvimento urbano e dos impactos decorrentes</i>	34
Capítulo 2 – A cidade contada pelo saber científico tradicional	39
<i>A ocupação no município de São Carlos</i>	45
Histórico da ocupação	45
O rio do Monjolinho e a ocupação urbana	54
Capítulo 3 – A cidade contada pelos velhos	59
<i>A pesquisa: objetivos e relevância</i>	59
<i>Organização metodológica: a pesquisa com a memória</i>	61
A coleta dos relatos	65
<i>Memórias</i>	69
Relato do Professor Mario Tolentino	70
Relato do Sr. José de Queiroz Matos	76
Relato da Sra. Carmen da Silva Calijuri	86
Relato do Dr. Hugo Colin Ferreira	89
Relato do Sr. Luis Brevilhieri	97
Relato do Dr. Décio Luis Malta Campos	100
Conclusão	110
Referências bibliográficas	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da evolução urbana	58
Figura 2	Quadro dos entrevistados	68
Figura 3	Professor Tolentino	71
Figura 4	Local anteriormente ocupado pela Chácara Matos	72
Figura 5	Vista da cachoeira Louis Partel	72
Figura 6	Sr. José	77
Figura 7	Local anteriormente ocupado pelo cerradão	79
Figura 8	Poema	80
Figura 9	Região do curtume	82
Figura 10	Sra. Carmen	87
Figura 11	Curtume	87
Figura 12	Antiga captação de água	88
Figura 13	Dr. Hugo	90
Figura 14	Fazenda Felicíssima	90
Figura 15	Estação Santo Inácio	91
Figura 16	Córrego Água Fria	92
Figura 17	Sr. Luis	97
Figura 18	Fazenda Felicíssima	98
Figura 19	Sítio do Sr. Luis	99
Figura 20	Dr. Décio	101
Figura 21	Rio do Monjolinho	101
Figura 22	Estação do Monjolinho	102
Figura 23	Fazenda Santa Maria	106
Figura 24	Mapa da Bacia Hidrográfica do rio do Monjolinho	109

LISTA DE TABELAS

Tabela I	Evolução da população em São Carlos	48
Tabela II	Produção de café no município de São Carlos	48
Tabela III	População urbana e rural em São Carlos – 1920 – 1940	50
Tabela IV	Evolução da atividade industrial e comercial em São Carlos ..	53
Tabela V	Evolução da população em São Carlos	53
Tabela VI	Análise de conjunto dos relatos apresentados	107

RESUMO

ALMEIDA, R. de C. de (2001). *Memórias do rio do Monjolinho. O Processo de Urbanização e os Impactos sobre os Recursos Hídricos*. São Carlos, 2001. 120p. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

Nos últimos tempos, temos assistido à imposição, em todo mundo, de um modelo de desenvolvimento com a afirmação do modo de vida urbano. Todavia, esse modelo vem provocando graves efeitos negativos ao meio ambiente, sendo dos mais significativos aqueles que atingem os recursos hídricos. A crescente demanda por água para o consumo humano e produtivo sem oferta correspondente e a degradação dos mananciais tornaram-se preocupações relevantes, tanto em nível mundial quanto nacional. O interior paulista, ao desenvolver-se sob esse mesmo modelo, também sofre com as conseqüências ambientais decorrentes. São Carlos, município localizado na região central do Estado, elencado entre os receptores de investimentos industriais e migrantes, vem padecendo com a degradação de suas águas. Isso resulta, como no geral, da ausência de uma política urbana sustentável. Dessa ausência, colhe-se um dano sem precedente ao principal recurso hídrico – o rio do Monjolinho – que dá nome à bacia hidrográfica onde está localizada a área urbana do município. É por meio das memórias dos velhos cidadãos da cidade, que este trabalho retrata os diversos usos perdidos pelo rio do Monjolinho; decorrência do impacto negativo a que foi submetido esse curso d'água durante o desenvolvimento urbano da cidade. Outrossim, resgatamos como ocorreu o processo de urbanização da cidade do ponto de vista dos atores que realmente participaram dele. Assim como, estamos valorizando a memória de velhos como um registro cientificamente válido para a detecção de impactos ambientais.

Palavras-chave: memória; história oral; recurso hídrico; urbanização; meio ambiente.

ABSTRACT

ALMEIDA, R. de C. de (2001). *Memories of the Monjolinho River. The Process of Urbanization and the Impacts over the Water Resources*. São Carlos, 2001. 120p. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

In the last years, we have seen the imposition, all over the world, of a model of development with the affirmation of the urban way of life. However, this model has caused important and negative effects to the environment, being more significative those who reach the water resources. The increasing demand to water for human and production use without correspondent offer and the degradation of the water resources has gotten relevant worry, as worldly as nationally speaking. The São Paulo State being developed under this same model of development also suffers with the environment resultants consequences. São Carlos, as city located at the central region of the São Paulo State, one of those who has received industrial investments and migrants, has suffered with the degradation of its water resources. The total absence of a sustainable urban politics results in a damage without precedents to the main water resources the Monjolinho river, that names the watershed where is located the urban area of the city. It is through the memory of the old citizens of São Carlos, that this work retracts the several uses lost by the Monjolinho river, passed from the negative impact to whom it was submitted this watercourse during the urban development of the city. In the same way, we brought back how it occurred the whole process of urbanization of the city from the point of view of the actors who really took part of it. As well as we are valorizing the memory of the old citizens as a register scientifically valid to the detection of the environment impacts.

Keywords: memory; oral history; water resources; urbanization; environment.

Introdução

A idéia desse trabalho começou a nascer quando tive a oportunidade de participar em Projetos de Educação Ambiental com ênfase em Bacia Hidrográfica, no Centro de Divulgação Científica e Cultural / CDCC / USP de São Carlos. Para mim, historiadora de formação, era experiência nova e desafiadora. Entretanto, após alguns percalços, aprendi a trabalhar de maneira interdisciplinar. A troca de conhecimentos entre os participantes passou a ser natural, ampliei meus conhecimentos, aprendi a aceitar idéias contrárias às minhas, a trabalhar em equipe e hoje já consigo transitar entre grupos heterogêneos com mais tranquilidade.

Por conta desse trabalho, passei a ter um contato mais direto com as questões ambientais mundiais e, principalmente, locais. Devido à proximidade e ao conhecimento adquirido sobre a Bacia Hidrográfica do rio do Monjolinho, localizada no município de São Carlos / SP, passei a olhar para esse rio de forma diferente. Sentia pena em ver esse importante recurso hídrico transformado em um corredor de esgotos.

Naturalmente, passei a imaginar como seria o rio do Monjolinho antes dessas mudanças, quais eram os usos que a sociedade local fazia desse curso d'água, como era a paisagem que nossos antigos moradores do município chegaram a apreciar, como havia ocorrido o processo de urbanização em São Carlos.

Como historiadora e são-carlense, sempre me interessei pela história de São Carlos. E, após muitas buscas, percebi que ninguém havia feito algo sobre a história ambiental da cidade.

Por já ter tido experiências no trabalho com história oral, entendo essa metodologia como a fundamental para se conhecer a “verdadeira” história, pois possibilita o contato direto com a história viva, com pessoas que realmente participaram do que estão narrando. Compreendo a história oral como a memória viva da história, sobretudo a dos velhos moradores da cidade.

Dessas referências e inquietações, até o trabalho que ora finalizo, foi um longo caminho. Agora, finalizada a busca, sinto que valeu a pena a longa caminhada, permeada com mais alegrias do que tristezas. Alegrias porque encontrei quem me narrasse essa história e tristeza porque é uma narrativa de perdas ambientais.

Agradeço aos meus “contadores de causos”. Espero conseguir que suas vozes possam ser validadas cientificamente como uma fala que coloca aspectos importantes da história e do meio ambiente da cidade de São Carlos e que, portanto, merecem ser também valorizados.

A seguir, faço um pequeno resumo do conteúdo que compreende cada capítulo desse trabalho.

No capítulo 1, buscamos responder à pergunta sobre o que é a memória, como a entendem os clássicos de história e sociologia e os autores mais recentes. Em seguida analisamos a sua importância como instrumento de análise tanto da história da sociedade humana, como para a detecção de um dado padrão de desenvolvimento e dos impactos decorrentes. Por fim, discutimos no que a valorização da memória pode contribuir para o estudo da paisagem urbana de São Carlos e, nele, na identificação de aspectos da degradação do rio do Monjolinho pouco identificáveis pelo esforço científico de outras áreas, como a limnologia interpreta, em síntese.

No capítulo 2, procuramos demonstrar como a literatura, em nível nacional, entende o desenvolvimento urbano e efeitos ambientais decorrentes. Em seguida analisamos como evoluiu a ocupação urbana do município de São Carlos e o impacto desse processo, principalmente, no rio do Monjolinho. Encerrando esse capítulo, discutimos o

que falta ser percebido por esse conhecimento acumulado que possa vir a justificar o uso do recurso da memória oral.

No capítulo 3, apresentamos os objetivos e a relevância desse estudo para a compreensão das alterações na paisagem urbana e, principalmente, no rio do Monjolinho. Na sequência, demonstramos como a literatura clássica em história e sociologia compreende a técnica de coleta dos relatos orais. Apresentamos também como se procedeu a escolha dos informantes e a respectiva coleta dos relatos. Finalmente, apresentamos os relatos dos informantes sobre a paisagem urbana e o rio e interpretamos esses relatos como fonte de releitura dessa paisagem.

Na Conclusão nossas considerações sobre como essas informações são passíveis de serem validáveis pela ciência.

Capítulo 1

O Olhar do Cidadão como Ferramenta Metodológica para a Avaliação de Impactos

"A postura que adotamos com respeito ao passado, quais as relações entre o passado, presente e futuro não são apenas questões de interesse vital para todos: são indispensáveis. É inevitável que nos situemos no 'continuum' de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer comparações entre o passado e o presente."

(E. Hobsbawm)

"(...) a memória é como o ventre da alma."

(Santo Agostinho)

O que é a memória?

"O mundo dos velhos, de todos os velhos, é, de modo mais ou menos intenso, o mundo da memória." Assim, BOBBIO (1997) escreve sobre a abrangência que a memória tem na vida do velho. Para ele, o velho tem, na memória, a sua grande riqueza e seu elo de ligação com o presente, *"(...) somos aquilo que lembramos (...), a nossa riqueza são as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião"* (BOBBIO, 1997, p. 30). Rememorar é o caminho certo a percorrer na

busca pela reflexão sobre o passado, *“o tempo do velho é o passado. E o passado revive na memória. O grande patrimônio do velho está no mundo maravilhoso da memória, fonte inesgotável de reflexões”* (BOBBIO, 1997, p. 53). E, refletir sobre o futuro como um caminho que não mais lhes pertence. *“Se o mundo do futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo do passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade; (...)”* (BOBBIO, 1997, p. 54).

As reflexões desse velho cientista nos dá a idéia da importância que a memória e o ato que rememorar têm na vida dos anciãos. Através da rememoração, o velho busca sua identidade que julga perdida, por não ver suas lembranças valorizadas e resguardadas para o futuro. *“Estou próximo dos 83 anos”,* escreve BOBBIO. *“Cheguei, sem perceber, e sem nem ao menos por um instante prever, à idade da velhice, que outrora era chamada idade da sabedoria. Nas civilizações tradicionais, o velho sempre representava o guardião da tradição, o depositário do saber da comunidade (...)”* (BOBBIO, 1997, p. 139).

Ao lançar mão da memória de velhos, a fim de *“re-conhecer”* capítulos de uma história já contada, ou conhecer as que ainda nem sequer foram contadas, não somente lançamos um novo olhar sobre fatos já pesquisados, como também *“re-inserimos”* o velho em uma das funções mais importantes já exercidas por ele e que a sociedade foi, ao longo do tempo, subestimando – o de guardião da memória de seu grupo social.

A memória é um conceito que abrange várias áreas da ciência como a psicologia, a medicina, a biologia, entre outras. Mas o presente trabalho se debruça sobre a memória como um fenômeno histórico-social, isto é, tal como é interpretada histórica e sociologicamente. Desde os tempos sem escrita até nossos dias, extrair elementos para melhor entendê-la.

Ao abordar a questão da memória nas sociedades sem escrita, LE GOFF (1996) relata a existência de especialistas da memória, homens-memória: genealogistas, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, tradicionalistas que, *“são a memória da sociedade”* e *“são simultaneamente os depositários da história objetiva e da história*

ideológica''' (BALANDIER, 1974 apud LE GOFF, 1996, p. 429). Ainda para a lista de guardiões, LEROI-GOURHAN (1964-65 apud LE GOFF, 1996) acrescenta os chefes de família idosos, bardos e sacerdotes que, segundo o autor, tinham o importante papel de manter a coesão de seu grupo social.

Nas sociedades sem escrita, a memória coletiva movimentava-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se baseava em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem; o prestígio das famílias dominantes que se exprimia pelas genealogias e o saber técnico que se transmitia por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa. Esses interesses eram prontamente satisfeitos pelos mais velhos do grupo, que perpetuavam essa memória oralmente, em forma de poesias, canções, histórias.

Segundo LE GOFF (1996), a transição da comunicação oral à escrita permitiu à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A segunda é o documento escrito, com duas funções principais: o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço e fornecer ao homem um processo de marcação, memorização e registro; a passagem da esfera auditiva à visual, permite reexaminar, reordenar, retificar esse documento.

A fase da transição da oralidade à escrita tem nos gregos uma marcação muito clara. Da mesma forma que a memória escrita se vem acrescentar à memória oral, transformando-a, a história vem não substituir a memória coletiva, mas transformá-la, sem destruí-la, para a história da memória coletiva. Divinização e, depois, laicização da memória, nascimento da mnemotécnica, enfim, evoluções que se processaram a partir da Grécia arcaica.

Anteriormente à Grécia arcaica, a memória era entendida pelo viés do sagrado, uma fase da memória povoada por deuses e lendas. Fase essa muito bem representada pelas obras de Homero, de quem nada se sabe com segurança, embora dados semilendários sobre ele fossem transmitidos desde a Antiguidade. Suas famosas epopéias, *Ilíada* e *Odisseia* (X e VIII a. C., respectivamente), são a primeira expressão documentada da

visão mito-poética dos gregos, onde o aedo, o poeta cantor, inspirado pela Musa era o transmissor, o guardião da memória coletiva dos gregos.

MENESES (1995), ao abordar uma das diversas faces da memória, escreve sobre o papel divino que esta representava no período anterior à Grécia arcaica. Inicia sua abordagem por Homero e sua obra *Odisséia*, narrando um episódio da vida de Ulisses, por ocasião de sua estadia entre os feácios.

Ulisses voltava da guerra de Tróia em direção à Ítaca, onde Penélope o esperava. Chegava incógnito à terra dos feácios, cujo rei era Alcinoos, que o hospeda e lhe oferece um banquete.

A este banquete é convocado um aedo, chamado Demódoto, que a fim de alegrar os convidados, inicia com versos falando de si: “(...) *entre todos querido da Musa, e o qual lhe dera, a um tempo o bem e o mal; pois o privara da vista, e lhe concedera o melodioso canto*” (HOMERO, 1981, p. 72).

Ao longo do banquete, de acordo com a narração de Homero, a Musa moveu o aedo a cantar feitos gloriosos de herói, narrando um episódio cuja fama atingiu toda a terra conhecida, a confrontação entre Odisseu e Aquiles, filho de Peleu. Esse episódio – do passado recente – estava sendo cantado pelo aedo diante da personagem que o tinha protagonizado, isto é, o próprio Odisseu que, longe da pátria, incógnito, tomado de emoção, sem se deixar perceber, começou a chorar.

Depois de comer, o próprio Odisseu pede ao aedo que cante o episódio do Cavalo de Tróia, fato importante da guerra e que foi a condição da tomada de Ílion pelos aqueus.

Ao escutar os versos do aedo, Odisseu novamente se emociona. Nesse momento Alcinoos pede ao aedo que pare seu canto e solicita a Odisseu que revele sua identidade.

Odisseu concorda e declara: “(...) *belo, sem dúvida, ouvir um aedo como este, cuja voz o torna igual aos deuses*”. E se identifica: “*Sou Odisseu, filho de Laerte; alvo de interesse para todos os homens, mercê de minhas astúcias, e minha glória se eleva até o céu. Habito Ítaca bem visível ao longe*” (HOMERO, 1981, p. 81).

A partir dessa narrativa, pode-se perceber claramente a importância do aedo, inspirado pela Musa, na conservação e propagação da memória dos feitos heróicos dos

grandes homens gregos, da história do povo grego. “O aedo, o poeta, inspirado pela Musa, é aquele que resgata do esquecimento o passado, que presentifica esse passado, (...)” (MENESES, 1995, p. 13).

A memória dos atos passados é função do aedo, imprescindível para o conhecimento e perpetuação da história grega por todos os homens, cultos ou não. Quando se refere à Musa, o aedo invoca a deusa, pois para os gregos a memória é uma deusa e as musas suas filhas. “Essa deusa – Mnemosyne – uniu-se a Zeus e gerou nove musas, divindades responsáveis pela inspiração. Mnemosyne é filha de Urano e de Gaia, irmã de Chronos e de Okeanos – a memória, filha do céu e da terra, irmã do tempo e do oceano. Todas metáforas de infinitude. Mnemosyne, que se confunde com as Musas muitas vezes, preside à função poética” (MENESES, 1995, p.14).

A divinização da memória nesse momento histórico demonstra sua importância para uma civilização de tradição oral, como era a grega, na fase de transição à comunicação escrita.

SMOLKA (2000), ao tematizar a memória enquanto prática social, enfocando os diversos modos, historicamente constituídos, de pensar e falar sobre memória, também remete-se à Grécia arcaica, ao canto da memória do aedo e à deusa Mnemosyne. “Inspirado pela Musa, o aedo cria, repete, recita, compõe palavras em ritmos. Inspirado pela Musa, o poeta é suporte e mestre da verdade, resgata o acontecido do esquecimento, presentifica o passado. Versejar é lembrar. Cantar é lembrar” (SMOLKA, 2000, p. 03).

A função do aedo quando canta, além de não deixar morrer a memória dos grandes feitos dos heróis gregos, também faz com que esse canto seja memorizado e repetido. Assim a história se perpetua através de seu canto.

Quando Ulisses chora ao ouvir o aedo cantar seus feitos, rememorando sua vida passada, resiste ao esquecimento, à morte. Na palavra cantada, o poder da palavra, que inspira, que emociona, que seduz. O canto do aedo carrega a força da palavra, que leva à imitação, à repetição, à memorização.

O poeta homérico tem o poder de manter a cultura e a tradição. No entanto, essa cultura e tradição precisam ser acessíveis a todo o povo e não apenas aos mais letrados.

Assim, a poesia faz o papel de manter a memória viva ao ser repetida, imitada – a tradição é sustentada pela poesia. “*A Musa, voz da instrução, é também a voz do prazer. A memória toda de um povo é poetizada*” (SMOLKA, 2000, p. 03).

A partir da difusão da escrita, a memória passa por transformações significativas. PLATÃO (427 – 399 a. C.) encontra-se no centro dessas transformações. Até então, a memória oral era a forma de perpetuação do modo de vida, das tradições do povo. Entretanto, isso é modificado com o conhecimento e a capacidade de escrita, sendo gradativamente difundidos.

Nesse mesmo período, também ocorre a transformação e a difusão do conceito de psyche como “espírito que pensa”, elaboração atribuída à Sócrates (SMOLKA, 2000). A psyche aos poucos se consolida como independente da poesia do aedo e da tradição poetizada, pois precisava ser reflexiva, ponderada, crítica, ou então não poderia ser considerada como real. Com a difusão do conceito de psyche, lugar da reflexão, da ponderação e da crítica, onde, enfim, a racionalidade é extremamente necessária, torna-se mais difícil aceitar a mimesis.

Platão tem restrições à mimesis, censura a poesia – que estimula a repetição, não o pensar e a atitude reflexiva. O filósofo é essencialmente um pensador, cultua a verdade e a sabedoria, ao contrário do poeta que cultua os espetáculos. “*Com Platão, uma teoria da memória torna-se fundamentalmente uma teoria do conhecimento*” (SMOLKA, 2000, p. 06).

Entre os vários diálogos desenvolvidos por Platão, encontram-se as obras Fedro e Fédon.

Fedro é um tratado sobre retórica, em que esta não é vista como a arte da persuasão, do “bem falar”, a fim de ser utilizada para obtenção de vantagens, mas como a arte de falar a verdade e induzir os ouvintes para a verdade. A capacidade para isso depende do conhecimento da alma e o conhecimento verdadeiro da alma fundamenta-se na lembrança das idéias.

Em Fédon, Platão aborda a teoria das idéias, onde o conhecimento da verdade e da alma fundamenta-se na recordação. A lógica de Platão realiza-se através de modelos, assim, aprender é recordar, “*re-conhecer*” . A memória é conhecimento da verdade.

Particularmente os poetas, como Homero, são aqui representados como fazendo *“simulacros com simulacros, afastados da verdade”* (PLATÃO, 1972, p. 61). Para Platão a memória não é constituída nos termos da mnemotécnica, mas sim em relação à realidade.

Com Platão, a memória é desvinculada do mito. A mimesis é vencida pela razão. Ao mesmo tempo que Platão se contrapõe à poesia homérica, que é a memória inspirada pelas Musas, também se contrapõe à escrita, mal que, segundo ele, pouco a pouco faz desaparecer a memória.

ARISTÓTELES (384 – 522 a. C.), filósofo discípulo de Platão, mestre de Alexandre e fundador do Liceu de Atenas, foi considerado o maior pensador do mundo antigo. Sistematizou o conhecimento de sua época e seu pensamento exerceu grande influência sobre a filosofia escolástica da Europa medieval.

Referindo-se à memória em sua obra sobre a alma e suas faculdades, distingue memória, a mneme, capacidade de conservar o passado; da reminiscência, a mamnes, capacidade de invocar voluntariamente o passado. Sua teoria do conhecimento traz novas contribuições ao estudo da memória. *“O primeiro estágio no desenvolvimento da sensação ao conhecimento reside na memória, na ‘persistência da impressão’ a qual surge no momento em que é ultrapassada a percepção. (...) O estágio imediatamente superior em direção ao conhecimento pleno é aquele que está envolvido no uso da memória, e que nos diferencia dos animais inferiores”*. (ARISTÓTELES apud ROSS, 1987, pp 63 e 161).

Aristóteles afirma que as impressões sensoriais são a origem principal de conhecimento. As percepções carregadas pelos sentidos são inicialmente tratadas pela capacidade de imaginação e são as imagens formadas a partir daí que se tornam material para a capacidade intelectual. A imaginação é vista como intermediária entre a percepção e o pensamento. É essa parte da alma, responsável pela produção de imagens, que possibilita os processos superiores de pensamento. A alma nunca pensa sem a correspondente imagem na mente, a capacidade de pensar pensa em imagens mentais. *“A memória é impossível sem uma imagem”* (ARISTÓTELES apud ROSS, 1987, p. 151). Portanto, a memória é uma função da parte da alma a que pertence a imaginação.

Logo, a memória não é sensação e não é julgamento, mas sim um estado ou qualidade de um deles ao passar do tempo. Aristóteles afirma ser a memória uma função da capacidade pela qual compreendemos o tempo. *“Toda memória, então, implica a passagem do tempo. Portanto, só as criaturas vivas que são conscientes do tempo podem lembrar; e elas fazem isso com aquela parte que é consciente do tempo”* (ARISTÓTELES apud SMOLKA, 2000, p. 9).

A laicização da memória combinada com a invenção da escrita, dá à Grécia oportunidade de criar novas técnicas de memória: a mnemotécnica. A criação dessa técnica é atribuída ao poeta SIMÔNIDES DE CÉOS (556 – 468 a. C.), a ele deve-se uma importante distinção na mnemotécnica, a distinção entre os lugares da memória, em que se pode, por associação, dispor os objetos da memória e as imagens, formas, traços característicos, símbolos que permitem a recordação mnemônica (LE GOFF, 1996).

A partir da Idade Média, com a difusão do cristianismo como religião e ideologia dominante, além da Igreja deter quase que totalmente o conhecimento intelectual da época, a memória coletiva, constituída por diferentes estratos sociais, sofre profundas transformações.

Os sinais mais característicos das transformações da memória na Idade Média são, segundo LE GOFF (1996), a absorção da memória e da mnemotécnica pelo cristianismo; a repartição da memória coletiva entre uma memória litúrgica girando em torno de si mesmo e uma memória laicizada com fraca penetração cronológica; o desenvolvimento da memória dos mortos, principalmente, dos santos; o papel da memória no ensino que articula o oral e o escrito; o aparecimento de tratados de memória.

Se a memória antiga foi marcada pela sua sacralização, pela mediação da religião, o judaico-cristianismo traz algo de diferente à relação entre memória e religião, entre o homem e Deus. O judaísmo e o cristianismo, escreve LE GOFF (1996), podem ser descritos como religiões radicadas histórica e teologicamente na história, como religiões de recordação.

Isto pode ser exemplificado, em alguns aspectos, pelos atos divinos de salvação, situados no passado fazem parte do conteúdo da fé e do objeto do culto. Também o livro

sagrado e a tradição histórica, ambos, insistem, em alguns aspectos principais, na necessidade da lembrança como tarefa religiosa essencial.

Além disso, continua LE GOFF (1996), também na Idade Média, assim como com os gregos, a memória pode resultar em escatologia, negar a experiência temporal e a história. Será uma das vias da memória cristã.

SANTO AGOSTINHO (354 – 430), considerado um dos grandes pensadores da Idade Média, aborda no capítulo X de sua obra *Confissões*, marco de sua busca incessante por Deus, a memória. Partindo do conceito antigo dos lugares e das imagens da memória, concede a esses conceitos uma singular profundidade e fluidez psicológicas.

“Transporei, então, esta força da minha natureza, subindo por degraus até Àquele que me criou. Chego aos campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie” (X, 8.12). *“Só as suas imagens é que são recolhidas com espantosa rapidez e dispostas, por assim dizer, em células admiráveis, donde admiravelmente são tiradas pela lembrança”* (X, 9.16). *“Eis-me nos campos de minha memória, nos seus antros e cavernas sem número, repletas, ao infinito, de toda a espécie de coisas que lá estão gravadas, ou por imagens, como os corpos, ou por si mesmas, como as ciências e as artes, ou, então, por não sei que noções e sinais, como os movimentos da alma, os quais, ainda quando a não agitam, se enraízam na memória, posto que esteja na memória tudo o que está na alma”* (X, 17.26) (SANTO AGOSTINHO, 1984, pp. 176, 178, 183 e 184).

O foco principal de Santo Agostinho é a memória como atividade psíquica, procura Deus no fundo da memória, mas não o encontra em nenhuma imagem, tampouco em algum lugar. *“Onde residis, Senhor, na minha memória? Em que lugar aí estais? Que esconderijo fabricastes dentro dela para Vós? Que santuário edificastes? Dignastes-Vos tributar esta honra à minha memória, mas o que eu pretendo saber é em que parte habitais”* (SANTO AGOSTINHO, 1984, X, 25.36, p. 189).

Ele se pergunta sobre as marcas que as imagens deixam na alma. Declara as bases da introspeção, do exame de consciência. Constrói uma versão da trilogia de CÍCERO (106 – 43 a. C.), propondo a tríade: memória, vontade e inteligência.

A partir das idéias de Santo Agostinho, se fortalece a tradição mnemônica cristã que focaliza as artes da memória como forma de ordenar as intenções espirituais. Os sistemas de memorização são utilizados para lembrar o céu e o inferno.

A memória cristã se manifesta essencialmente na celebração de Jesus Cristo e dos santos, rememorando, nos seus rituais os exemplos de suas vidas e mortes. Os mártires cristãos passaram a ser testemunhos, após a sua morte, da sua fé, cristalizando rituais em torno da recordação desses mártires. Surgem os *libris memoriales* em que as igrejas inscreviam aqueles de que se conservava lembrança e que eram objeto das suas orações, seus túmulos ocupavam o centro das igrejas e seu lugar recebia o nome de memória.

A festa dos santos geralmente era comemorada no dia de seu martírio ou de sua morte. A associação entre a morte e a memória ocupa rapidamente um importante lugar no cristianismo, desenvolvido com base nos cultos pagãos dos antepassados e dos mortos.

A igreja desenvolveu também o costume das orações pelos mortos e passaram a ter *libri memoriales*, posteriormente chamados de obtuários, nos quais estavam escritas as pessoas, vivas e, principalmente, os mortos, de quem se desejava guardar memória e por quem se rezava. Por outro lado, era castigo para os excomungados o esquecimento. “O sínodo de Reisbach em 798 declara: ‘Que depois de sua morte não seja nada escrito em sua memória’; e o sínodo de Elne, em 1027, decreta a propósito de outros condenados: ‘E que os seus nomes não estejam mais no altar sagrado entre os dos fiéis mortos’” (LE GOFF, 1996, p. 448).

Os nomes dos mortos rememoráveis foram introduzidos no Memento do cânon da missa. No século IX, sob o impulso de Cluny, uma festa anual foi instituída em memória de todos os fiéis mortos, a comemoração dos defuntos, a 02 de novembro.

Ao fim do século XII, acontece o nascimento de um terceiro lugar no Além, o Purgatório, de onde se podia, por meio das missas, de orações, de esmolas, fazer sair mais rapidamente os mortos pelos quais as pessoas se interessavam, tornou-se mais intenso o esforço dos vivos em favor da memória dos mortos.

Por meio dos santos, a devoção cristalizava-se em torno do milagre. Os ex-voto que permitiam ou dispensavam reconhecimento em vista de um milagre ou depois da sua

realização, estiveram em grande voga na Idade Média e conservavam a memória dos milagres.

LE GOFF (1996) afirma, no entanto, que a memória também tinha um papel considerável no mundo social, no mundo cultural e no mundo escolástico e, bem entendido, nas formas elementares da historiografia. A Idade Média venerava os velhos, sobretudo porque via neles “*homens-memória*”, prestigiosos e úteis.

Ao mesmo tempo, a escrita desenvolve-se à revelia da comunicação oral, tornando-se mais intenso, pelo menos entre os clérigos e os letrados, o recurso da escrita como suporte da memória.

Os senhores feudais conservam nas cartas os seus direitos e seus costumes – a memória feudal. Uma carta endereçada aos habitantes de Tonnerre em 1174 pelo Conde de Nevers, exemplifica a importância adquirida pela escrita na conservação da memória: “*O uso das letras foi descoberto e inventado para conservar a memória das coisas. Aquilo que queremos reter e aprender de cor fazemos redigir por escrito a fim de que o que se possa reter perpetuamente na sua memória frágil e falível seja conservado por escrito e por meio de letras que duram para sempre*” (LE GOFF, 1996, p. 450).

Ainda por muito tempo, a comunicação oral continua ao lado da escrita e a memória continua sendo um dos componentes constituintes da literatura medieval. ZUMTHOR (1993 apud SANTOS, 1999) considera que a transição da oralidade à escrita foi muito longa e seus efeitos só se tornariam completamente perceptíveis no século XIX. Isso se deve graças ao ensino obrigatório, fazendo do impresso uma escritura de massa e acentuando o enfraquecimento das últimas tradições orais.

Assim, nos séculos XI e XII, a canção de gesta ainda faz parte dos processos de memorização através dos trovadores e do jogral como também dos ouvintes. “*O herói não existe senão no canto, mas não deixa de existir também na memória coletiva, na qual participam os homens, poeta e público*” (ZUMTHOR, 1972 apud LE GOFF, 1996, p. 451).

A retórica clássica, a partir do fim do século XII, toma a forma de *Arts dictaminis*, técnica de arte epistolar de uso administrativo de que Bolonha se torna o grande centro. Aí é escrito, em 1235, o segundo tratado desse gênero, escrito por Boncompagno de

Signa, a *Rhetorica novíssima*. Tratado onde a memória em geral é definida como um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reinvocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças a sua semelhança com as passadas. Boncompagno integra à ciência da memória os sistemas essenciais da moral cristã da Idade Média, as virtudes e os vícios de que ele faz notas mnemônicas.

No século XIII, dois grandes pensadores da Ordem Dominicana, Alberto Magno e Tomás de Aquino, concedem um importante papel à memória, baseando-se sobretudo nas reflexões de Aristóteles.

Alberto trata a memória no *De bono*, no *De anima* e no seu comentário sobre o *Della memoria et della reminiscentia* de Aristóteles. Seu trabalho inicia-se a partir da distinção aristotélica entre memória e reminiscência. Insere-se na linha do cristianismo do “homem interior”, pressente o papel da memória no imaginário. Concede que a fábula, o maravilhoso, as emoções que conduzem à metáfora ajudam a memória, mas como um auxiliar indispensável da prudência, isto é, da sageza. Alberto insiste na importância da aprendizagem da memória, nas técnicas mnemônicas (LE GOFF, 1996).

Tomás de Aquino, como Alberto, trata, na *Summa Theologiae*, da memória artificial a propósito da virtude da prudência. Também escreveu um comentário sobre o *Della memoria et della reminiscentia* de Aristóteles. A partir da doutrina clássica dos lugares e das imagens formulou regras mnemônicas: 1) a memória está ligada ao corpo, é necessário encontrar simulacros adequados das coisas que se deseja recordar, o poder mnemônico reside na parte sensitiva da alma; 2) a memória é razão, é necessário dispor numa ordem calculada as coisas que se deseja recordar, para que seja fácil a passagem de um ponto a outro que se deseja recordar; 3) é preciso meditar com frequência no que se deseja recordar. Segundo Aristóteles, a meditação preserva a memória, pois o hábito é como natureza.

A importância destas regras vem da influência que elas exerceram, durante séculos, principalmente do século XIV ao XVII, nos teóricos da memória, nos teólogos, nos pedagogos e nos arquivistas.

Lentamente a imprensa revoluciona a memória ocidental. LEROI-GOURHAN (1964-65) caracteriza esta revolução da memória pela imprensa: “Até o aparecimento da

imprensa... dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a Antigüidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor... Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito” (LEROI-GOURHAN, 1964-65 apud LE GOFF, 1996, p. 457).

LE GOFF (1996) conclui esse período, entre o fim da Idade Média e começo do século XVIII, como a longa agonia da arte da memória: *“parece que a arte da memória se afasta dos grandes centros nevrálgicos da tradição européia para se tornar marginal”* (YATES, 1966 apud LE GOFF, 1996, p. 457).

A partir do século XVIII, acontece a proliferação dos dicionários e enciclopédias – memória acessível a todos. Em contrapartida, a memória se afasta dos mortos.

Isso somente é revertido após a Revolução Francesa quando é sentida uma volta da memória dos mortos, tanto na França como no restante da Europa. Acontece o retorno da grande época dos cemitérios com seus monumentos, inscrições funerárias e ritos de visitação. *“O romantismo acentua a atração do cemitério ligado à memória”* (LE GOFF, 1996, p. 462).

De acordo com LE GOFF (1996), o século XIX é marcado por uma explosão do espírito comemorativo. As datas comemorativas são forma de manutenção da memória nacional. A onda de comemoração é, principalmente, inerente aos conservadores e nacionalistas, para os quais a memória é um objetivo e um instrumento do governo. A comemoração alia-se a novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio.

Nesse mesmo tempo, incrementa-se o movimento científico, responsável por dar suporte à memória coletiva das nações – os monumentos de lembrança. São criados os arquivos nacionais, como na França pós revolucionária (1790) e o “Public Record Office” em Londres (1838). Inicia-se o tempo dos museus públicos e nacionais, como a

Grande Galeria do Louvre (1793), o Museu de Antigüidades Nacionais de Berlim (1830) e os museus de folclore nos países escandinavos, Dinamarca (1807) e Noruega (1828).

Igualmente as bibliotecas vivem um desenvolvimento e abertura paralelos, como nos Estados Unidos da América com a abertura, em 1731, de uma biblioteca de Associações, em Filadélfia.

O aparecimento de dois fenômenos no século XIX e início do XX estão entre as manifestações mais significativas da memória coletiva: a construção de monumentos aos mortos após a segunda guerra mundial, quando a comemoração aos mortos encontra um novo desenvolvimento e a fotografia, que revoluciona a memória, a multiplica e a democratiza, dando-lhe precisão e verdade visual nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.

A memória vem passando por transformações significativas. Nas sociedades sem escrita, a memória oral era essencial para a história da sociedade, tempo dos homens-memória, tempo da valorização do saber dos mais velhos, os guardiões da memória.

A escrita chega para revolucionar a sociedade de várias formas, entre estas a memória oral e a história. Da deusa Mnemosyne a Aristóteles, do aedo aos tratados sobre memória. A difusão da escrita e a teoria aristotélica do conhecimento modificam de vez a forma de transmissão da memória coletiva.

A memória é dessacralizada, a mnemotécnica é vencida pela razão. Para Aristóteles, a direção ao conhecimento pleno passa pelo uso da memória e a memória é impossível sem uma imagem, a memória é uma prática da parte da alma que pertence à imaginação.

Com a difusão do cristianismo, também se manifesta uma nova forma de conceituar a memória. A memória na Idade Média volta a ter uma estreita ligação com o sagrado, a mnemotécnica e a memória são absorvidas pelo cristianismo. A memória coletiva é dividida entre uma memória litúrgica e uma memória dos mortos, principalmente, dos santos.

Outro fator importante advindo com o cristianismo são os tratados de memória. Santo Agostinho, em sua procura por Deus, traz de volta o antigo conceito de imagens e lugares da memória, no entanto, entende a memória como uma atividade psíquica.

Ainda na Idade Média, a memória oral continua sendo praticada como forma de perpetuação da memória coletiva na voz dos trovadores, bardos e nos jograis.

Com Alberto Magno e Tomás de Aquino, acontece o retorno da retórica de Santo Agostinho, acrescentada às idéias de Aristóteles. Novamente o conceito de memória é ligado à faculdade da alma, à necessidade dos lugares de memória, à razão e à meditação.

Aos poucos, a escrita vai modificando profundamente a memória. Se até aqui quase não se fazia distinção entre a comunicação oral e a escrita, com a implantação da imprensa isso se faz claramente. Esse período é o que LE GOFF (1996) chamou de a longa agonia da arte da memória. Com essa afirmação, o autor faz menção sobre o domínio dos documentos escritos como fonte, em detrimento da fonte oral, colocando à margem a memória, em favor do fato.

Ao mesmo tempo, a tradição oral passa a ser vista como o retrato de um passado recente, ligado às sociedades sem escrita, às classes populares, estabelecendo-se, portanto, um hierarquia dos campos de conhecimento, de fontes e de objetos.

A memória das nações, que já foi responsabilidade dos aedos, dos trovadores, passa a ser mantida pelas datas comemorativas. Para dar sustentação à memória coletiva das nações são desenvolvidos os monumentos de lembrança: arquivos, museus e bibliotecas nacionais.

A partir da segunda metade do século XX, a memória coletiva sofre grandes transformações. Em 1950 HALBWACHS publicou o seu livro sobre a memória coletiva. A memória coletiva passa a ser um novo olhar da história. *“Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico”* (LE GOFF, 1996, p. 472).

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, escreve LE GOFF (1996), põe às claras a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Para além dos limites da história como ciência e como culto público e ao mesmo tempo importante enquanto reservatório da história, eco sonoro e vivo do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e em

desenvolvimento, das classes dominantes e dominadas, lutando todos pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. *“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”* (LE GOFF, 1996, p. 477).

Cabe ainda ressaltar, mais especificamente no que se refere à memória coletiva, a manipulação por vezes sofrida por ela pelas forças sociais em sua luta pelo poder, como nos alerta LE GOFF (1996). *“Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”* (LE GOFF, 1996, p. 426).

A dimensão histórico-social contida na memória coletiva possibilita-nos evocar traços e problemas da memória histórica ou da memória social. Assim, realiza uma importante função social ao trazer à tona memórias esquecidas ou não conhecidas; guardar e transmitir a nossa memória pela linguagem falada e, por fim, transcrita, concretizando uma amplitude essencial das possibilidades desse registro.

Assim sendo, cabe ao estudo da memória histórico-social a tarefa de trilhar esse caminho, a fim de se lançar um novo olhar sobre eventos, já abordados, ou não, por outros e que afetam a sociedade.

(A memória no seu aspecto histórico-social é, por excelência, pertinente aos velhos. Eles as mantêm resguardadas e precisam delas para sobreviver. O passado lhes pertence, pois, livres das tarefas profissionais e familiares, exercem a função que lhes é peculiar, de refletir e escavar lembranças. Ao contrário dos adultos, ocupados com as tarefas do dia-a-dia, em que a maioria das lembranças chegam quase em forma de sonhos, soltos, sem o trabalho da reflexão.)

Através das lembranças, os velhos mantêm vivas as tradições familiares, a memória de quem já partiu, das antigas brincadeiras, das ruas e casas antigas, das árvores e dos pássaros, dos rios e das matas, de sua vida, enfim.

No entanto, a sociedade contemporânea mantém com os velhos uma relação unilateral. Entende que o velho já cumpriu o seu papel, o que ele necessita nesse momento é “se aposentar”, se resguardar, descansar e assim efetivar a substituição do velho pelo novo. Relação contrária da maioria das civilizações antigas, que viam no mais velho a experiência de toda uma existência, a continuidade e a transmissão da história de seu povo.

Em seu livro sobre memória de velhos, BOSI (1994) relata uma antiga lenda balinesa que fala sobre um lugar longínquo, nas montanhas, onde outrora se sacrificavam os velhos. Com o tempo não restou nenhum avô que contasse as tradições para os netos. A lembrança das tradições se perdeu. Um dia, quiseram construir um salão de paredes de troncos para a sede do Conselho. Diante dos troncos abatidos e já desganhados, os construtores viam-se perplexos. Quem poderia informar onde estava a base para ser enterrada e o alto que serviria de apoio para o teto? Nenhum deles poderia responder: há muitos anos não se levantavam construções de grande porte, e eles tinham perdido a experiência. Um velho, que havia sido escondido pelo neto, aparece e ensina a comunidade a distinguir a base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi sacrificado.

A importância da memória como instrumento de análise da história da sociedade

O velho tem a função social de lembrar. Isso se dá não pelo fato de tornar-se incapaz de exercer outras funções, mas, sobretudo, por poder voltar seu olhar para trás, lá onde estão suas percepções e reflexões sobre o vivido. O ato de rememorar exige lucidez, uma grande atividade de reconhecimento e capacidade de não confundir o presente com o passado, de saber confrontar as lembranças com as imagens atuais. “*A memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas (...)*” (THOMSON, 1997, p. 57).

Conseqüentemente, não é possível relembrar sem refletir sobre o presente. A reflexão, que é peculiar aos velhos, normalmente acompanha a lembrança. *“Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito”* (BOSI, 1994, p. 81). Sem o trabalho da reflexão e da localização, a lembrança seria uma imagem etérea. Ela precisa ser acompanhada pelo sentimento para que não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição. Um fato acontecido, quando relembrado, sempre traz consigo toda a carga de mudanças pessoais pelas quais o velho passou e, por conseguinte, o seu grupo social. Assim, *“na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”* *“(…), o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens”* (BOSI, 1994, pp. 55, 82).

Seguindo a idéia de que a reflexão da lembrança carrega consigo elementos do grupo social, MALUF (1995) discute que a rememoração não é um ato isolado e fechado em si mesmo. *“A memória pessoal não é tábula rasa capaz de sozinha, com suas próprias forças, perceber traços e contornos que trariam de volta as imagens do passado”* (MALUF, 1995, p. 36).

Ao evocarmos nossas lembranças mais distantes, geralmente nos referimos a fatos que nos foram muitas vezes lembrados por outrem, testemunha desse fato. Sobre a importância do testemunho de outrem nas lembranças individuais BOSI (1994) pergunta: *“Pode-se recordar sem ter pertencido a um grupo que sustente nossa memória?”* (BOSI, 1994, p. 406).

Em resposta, BOSI (1994) afirma que a memória coletiva se processa a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela conserva a memória de seus membros que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. De acordo com HALBWACHS (1990), cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Por um instante, deixamos de ser, escreve BOSI (1994) os visionários da cidade antiga que só existia em nós e que, de repente, ganha a comprovação de uma testemunha, assim a lembrança passa a ser coletiva, portanto, uma realidade social. *“O*

grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado” (BOSI, 1994, p. 414). As lembranças do grupo se afirmam umas nas outras, formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória do grupo.

Logo, se a memória individual vem “carregada” por elementos adquiridos ao longo da vida, podemos, então, falar de uma memória coletiva. Assim, para que uma lembrança possa ser rememorada e reconhecida, é preciso que essa rememoração se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, afirma HALBWACHS (1990). *“Porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade”* (HALBWACHS, 1990, p. 34). Memórias que muitas vezes transcendem as marcações políticas e econômicas, pois o grupo carrega consigo experiências passadas, tanto individuais quanto coletivas, que as marcações documentais não conseguem dar conta.

Por isso, se a memória é essencialmente coletiva, sendo construída e “re-construída” a partir de elementos da sociedade, a memória individual pode ser considerada como representativa do grupo social em que se insere. Idéia também afirmada por BOSI (1994), de que o arrimo da memória é o grupo com o qual nos identificamos, tornando nosso o seu passado.

Seguindo essa linha de pensamento, podemos dizer que a memória como representativa de seu grupo social é fonte legítima de informação e reconstrução dos acontecimentos que repercutem na história da sociedade. Pois, a memória quando utilizada como fonte de informações histórico-sociais, pode revelar aspectos desconhecidos de eventos conhecidos ou eventos desconhecidos em seus relatos e é essa a principal característica que faz da memória uma fonte histórica diferente de todas as outras.

Por ser a memória, o relato de acontecimentos que de uma forma ou outra marcou a vida do relator, do velho – o guardião da memória – traz consigo muito mais significado: *“fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”* (PORTELLI, 1997, p. 31), trazendo à tona perspectivas diferentes sobre o mesmo evento. Pois, se não é possível

relembrar sem refletir o presente, esse relato traz consigo todas as experiências vividas pelas quais o velho passou desde o acontecimento relatado.

Os escritores tradicionais da história apresentam-se comumente no papel que a teoria literária descreve como narrador onisciente, escreve PORTELLI (1997). Dessa forma, relatam eventos dos quais não fazem parte, mas que dominam inteiramente e de cima, na terceira pessoa, de forma distanciada, aparentemente imparciais e desligados, nunca entrando na narrativa.

O recurso da memória na investigação de eventos históricos-sociais muda o olhar e a forma de escrever da história, pois o narrador é impelido para dentro da narrativa e torna-se parte da história. Esse fato pode trazer à tona a questão da imparcialidade, questão esta abordada e discutida por PORTELLI (1997). O autor declara que, na utilização da memória como recurso para se investigar eventos históricos, não se tem sujeito unificado, pois é contada de uma multiplicidade de pontos de vista e a imparcialidade, tradicionalmente exigida pelos historiadores, é substituída pela parcialidade do narrador. Nesse caso, a parcialidade permanece ao mesmo tempo como inclusa e como “tomar partido”: *“a história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os ‘lados’ existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e ‘fontes’ estão dificilmente do mesmo ‘lado’.* A confrontação como ‘conflito’ e confrontação como ‘busca pela unidade’ – é uma das coisas que faz a história oral interessante” (PORTELLI, 1997, p. 39).

O recurso da memória traz para a pesquisa de eventos históricos-sociais novas perspectivas, um novo olhar sobre os velhos acontecimentos. Essas novas perspectivas podem lançar luzes sobre eventos que se julgavam esclarecidos, ou abrir caminhos onde se julgava ter alcançado o fim da estrada. Através da memória, a narrativa do evento pesquisado passa a conter a fala de um sujeito que o vivenciou. Essa fala carrega experiências e transformações pessoais e de seu grupo social, de uma forma que em outros métodos de pesquisa isso torna-se impossível. A partir desse ponto pode-se refletir, em um outro patamar, sobre as mudanças ocorridas na sociedade e é isso que faz do recurso da memória um passo à frente quando se fala análise da história da sociedade.

Outro fator a ser ressaltado que faz da memória um passo à frente na análise da história da sociedade, é o sentimento de identidade que esta tem com seu grupo social e com seu lugar, seu espaço.

LE GOFF (1996), ao abordar a questão da identidade, faz uma ligação extremamente importante entre esta e a memória. Ressalta a busca pela identidade social como um tema muito importante que tem movido a sociedade atual em seus momentos mais críticos. *“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”* (LE GOFF, 1996, p. 475)

Complementando e reafirmando a abordagem de LE GOFF (1996), POLLAK (1992) ao escrever sobre a ligação entre memória e identidade social, afirma que, apesar da memória parecer um fenômeno individual, deve também ser entendida como um fenômeno coletivo e social.

⊗ Logo, se pode dizer que a memória é um elemento que é parte importante do sentimento de identidade, quer individual, quer coletivo, na proporção em que ela é também parte essencial do sentimento de pertencimento e de continuidade de um indivíduo ou de um grupo em sua ligação com seu espaço e sua história.

Identidade e memória histórico-social estão intrinsecamente associadas. O sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra. A identidade e a memória deixaram de ter o status de individuais, passaram a ser consideradas como parte de um processo social.

A memória dos velhos pode deixar às claras um mundo com riquezas e diversidades que nem chegamos a conhecer. Através dessas memórias, podemos compreender momentos perdidos e, talvez, tornar mais humano o nosso presente. Quando escutamos as lembranças de um velho, presenciamos sempre uma experiência profunda, impregnada de melancolia, indignação e resignação pela modificação das paisagens caras, pelo desaparecimento de entes amados. Saber escutar e valorizar essas lembranças é uma maneira de transformar melancolia, indignação e resignação em sabedoria, história e prazer, é dar voz à memória de um grupo que, poucas vezes, é ouvido.)

A importância que a memória tem para a detecção de um padrão de desenvolvimento urbano e dos impactos decorrentes.

Na memória, a paisagem fica marcada pelas tensões, sucessos e fracassos da história de uma sociedade. Nela podemos encontrar as marcas significativas da evolução histórica de um povo, reconstruindo assim o espaço, nos fixos e fluxos que já se foram. Por ela passou todo o filtro do tempo e, portanto, através dela se pode “*re-ler*” o mundo, como afirma MOREIRA (1993). Assim como pesquisa-se em arquivos documentais de uma cidade ou em computadores, a memória dos velhos pode ser fonte de consulta com a vantagem de ser a consciência confrontada de um povo materializada na forma extensiva de sua própria corporeidade social.

Memória e identidade, ambas coletivas, ambas parte integrante de processos sociais, ligações importantes que podem nos levar a perguntar se a memória histórico-social pode ser uma fonte legítima para a detecção de mudanças na paisagem. Mas ainda, sendo o velho, o guardião da memória coletiva e sendo clara a sua ligação com o lugar, com as lembranças de uma paisagem que já não existe mais, pode ser ele uma fonte de lembranças, de conhecimento da paisagem modificada?

O velho tem uma forte ligação com o seu lugar, afinal, todas as suas lembranças estão enraizadas no seu espaço, na sua paisagem habitual. A modificação da paisagem da qual faz parte a sua vida – a velha casa do velho amigo, que não resistiu; as velhas paineiras que se enfileiravam na rua de sua casa, onde ao entardecer os pássaros faziam algazarra; o velho rio, hoje morto, que dava boas pescarias e boas prosas com os amigos aos finais de semana – lhe causam melancolia, indignação, resignação, mas, ao contrário, suas lembranças continuam vivas, preservadas em sua memória, na memória de seu grupo.

Ao abordar os vínculos que os antigos moradores têm com o seu lugar, BOSI (1994), afirma que, destruída parte de um local onde se ligavam as lembranças de seu morador, alguma coisa morre junto com as paredes ruínas, os jardins cimentados.

Entretanto, a tristeza do indivíduo não muda o rumo das coisas: “(...) *só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. (...) Quando não há essa resistência coletiva, os indivíduos se dispersam e são lançados ao longe, as raízes partidas*” (BOSI, 1994, p. 452). A recuperação desse passado, dessas paisagens destruídas, por meio das lembranças desses indivíduos, faz deles novamente um grupo, cria a resistência necessária que os mantém juntos, coesos, vivos. Pode-se arrasar as casas, alterar o curso das ruas; as pedras mudam de lugar, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas?

HALBWACHS (1990), ao escrever sobre a ligação do grupo com a paisagem, afirma que: “*As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, (...)*” (HALBWACHS, 1990, p. 137). É dessa forma, com a resistência do grupo, que se mantém viva a memória das paisagens, sendo elas alteradas pelo tempo, ou por outros grupos. “*A resistência muda as coisas, à teimosia das pedras, une-se à rebeldia da memória que as repõe em seu lugar antigo*” (BOSI, 1994, p. 452).

Ao ver uma paisagem que o rodeia ser modificada, o velho para quem essa paisagem era parte de seu universo e cujas lembranças se ligavam a essas imagens, agora perdidas, sente que parte de si mesmo está se perdendo também e lamenta ter vivido tanto tempo para ver isso acontecer. “(...) *perder seu lugar no recanto de tal rua, à sombra daquele muro, ou daquela igreja, seria perder o apoio de uma tradição que as ampara, isto é, sua única razão de ser*” (HALBWACHS, 1990, p. 138).

Isso se justifica quando percebemos que, o espaço da memória onde as lembranças são mais caras é o da casa, do bairro, das conversas ao cair da tarde. Colhendo os depoimentos de velhos moradores de São Paulo, BOSI (1994) retrata esse vínculo em alguns trechos de suas entrevistas: “*A casa dava para a rua, mas tinha quintal... (...)*” “*A nossa casa era o 138, casa fininha com sete metros de frente, mas 150 de fundo, que dava para um ribeirão, lá no fundão, (...)*” “*(...) Foi a casa que marcou nossa vida de tal forma que até hoje, em todo sonho, (...), volto para lá e o meu sonho se passa todo lá (...). A casa já foi demolida (...)*” “*(...) Tinha um pequeno jardim com roseiras. Tinha um portãozinho com uma trepadeira de jasmim brilhante e à noite, quem passava, sentia*

um perfume (...). A minha rua era calma, os vizinhos punham as cadeiras na calçada de tarde para conversar (...)” (BOSI, 1994, pp. 436-37).

As lembranças dessas pessoas estão estreitamente ligadas à casa, às ruas próximas, aos vizinhos. *“As lembranças que ouvimos de pessoas idosas têm assento nas pedras da cidade presentes em nossos afetos, de uma maneira bem mais entranhada do que podemos imaginar”* (BOSI, 1994, p. 443).

A ligação que temos com a casa e a paisagem em seu entorno, fica marcada em nossa memória, mesmo sem que nos apercebamos disso. Nos relatos colhidos por BOSI (1994), fica claro que, mesmo os lugares mencionados não existindo mais, os momentos ali vividos ficam assentados nos muros, nas paredes, nas ruas e calçadas, tatuados na memória.

O espaço ocupado por um grupo fica demarcado. Mesmo apagando-se as marcas, ficam os rastros. A memória do grupo permanece. A memória só morre quando o grupo desaparece. O espaço recebeu as marcas do grupo e o grupo também está marcado pelo espaço que ocupou. Somente o grupo conhece bem as trilhas que esse espaço possui, porque suas trilhas são as trilhas de sua vida, ambas intrinsecamente ligadas. O espaço está inalterado enquanto permanecer na memória do grupo que o ocupou, isto é, enquanto pelo menos um indivíduo do grupo permanecer, a memória coletiva permanecerá.

Entretanto, os espaços têm sido modificados com rapidez e de forma cada vez mais impactante. Para os mais jovens, acostumados com mudanças rápidas, com o corre-corre do dia a dia, essas modificações por vezes passam despercebidas. Além do que, a ligação que os jovens têm com o espaço ainda é muito frágil. Cabe aos mais velhos a calma dos dias longos, a observação diária das mudanças, a lembrança da paisagem perdida.

Nos últimos tempos, assistimos à imposição, em todo mundo, do modelo de desenvolvimento calcado na industrialização, na mecanização, na quimificação da agricultura, tudo isso decorrente da afirmação do modo de vida urbano.

O interior paulista, ao desenvolver-se dentro desse mesmo modelo, também está às voltas com as conseqüências ambientais decorrentes. O município de São Carlos, é um

dos que, sendo catalizador de investimentos industriais e migrantes, vem sofrendo com a urbanização acelerada e o conseqüente impacto ambiental. Isso resulta, como no geral, da ausência de uma política urbana sustentável. Dessa ausência, colhe-se um dano sem precedente ao seu principal recurso hídrico – o rio do Monjolinho.

A memória coletiva pode trazer à tona o quanto o desenvolvimento urbano acelerado impactou à paisagem, pois ela, a memória, como afirmam HALBWACHS (1990) e BOSI (1994), é desenvolvida e ligada por fortes vínculos às pedras da antiga cidade.

Entendemos a memória histórico-social como um registro cientificamente válido, que pode subsidiar a compreensão de vários processos dentre os quais o de urbanização, no qual insere-se a deterioração ambiental dos nossos dias. As narrativas que contemplam um recorte temporal longo podem nos elucidar acerca da biodiversidade que o rio abarcava outrora e descortinar os processos sociais que transformaram o rio, de um abrigo à vida, em um rio “morto”. É nossa posição a de que os antigos moradores são-carlenses - que conviveram com o rio do Monjolinho e presenciaram as mudanças nele ocorridas, que trabalharam ou ainda trabalham na cidade, que presenciaram o processo de urbanização, seu crescimento econômico e cultural - têm, na memória, uma importante contribuição para a história da cidade.

Os antigos moradores perpetuam em suas lembranças as imagens da antiga cidade. Mesmo que o tempo e a modernidade derrubem os antigos prédios, monumentos, casas; poluam os rios; encham o ar de gases, odores e estranhos barulhos; para esses velhos, a cidade vai estar intocada em algum canto da memória, apenas esperando um sinal para sair, saciar nossa sede de história e impregnar o ar de causos curiosos.

O trabalho com a memória é uma prática que se desdobra em muitas dimensões e direções, desde que compreendamos que ela não é somente uma lembrança do passado, mas é, sobretudo, a valorização desse passado influenciando na avaliação que este ator faz das interações sócio-ambientais do presente e as perspectivas futuras.

MANCUSO (1998), em seu trabalho sobre a memória dos velhos acerca da consolidação dos núcleos urbanos de São Carlos e região, mostra que a cidade é sentida

a partir da experiência de cada indivíduo que nela habita, dos significados atribuídos a ela por seus habitantes e de como esses significados se expressam em lembranças.

Consideramos que os significados atribuídos à cidade constituem a memória e que a cidade reside na memória, a cidade vive em cada um de seus habitantes e é parte de cada um deles.

Portanto, esses moradores antigos possuem um conhecimento que, embora não seja tradicionalmente utilizado para fins acadêmicos, permanece conservado em suas memórias. Logo, é através da fala desses sujeitos que a história das relações sócio-econômicas e ambientais circunscritas à cidade poderá ser recuperada.

Para MANCUSO (1998), os lugares são marcados pelos processos sociais, do qual participam atores, alguns dos quais se ressentem quando vêem tais lugares destruídos, ressentimento maior quanto maior o recorte temporal que os liga àquele território.

Com relação ao rio do Monjolinho, vimos que as marcas de sua deterioração podem estar mais indelévels na memória dos mais antigos da cidade.

Ponderamos, ainda, que a memória de uma população pode ser uma forma relevante de avaliação da qualidade dos elos da mesma com o local e a amplitude de seu conhecimento sobre a trajetória sócio-econômica do município e os impactos ambientais decorrentes dessa trajetória podem estar diretamente relacionados com as práticas/compromissos que essa população adota em seu cotidiano com relação ao meio ambiente.

Capítulo 2

A Cidade Contada pelo Saber Científico Tradicional

"A natureza não está mais além dos muros da cidade; as cidades não têm mais muros mas estendem-se infinitamente, fazendo com que além de seus limites ainda seja cidade, representada não mais por casas e fábricas mas por rodovias, ferrovias, campos industrialmente cultivados. A natureza é urbanizada, integrada à cidade para compor o civilizado".

(C. Argan)

"(...) a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras".

(Italo Calvino)

A cidade. A história da cidade. A memória relembra uma grande cidade antiga — Roma. Seja ela lembrada pela grandeza, pelo poder militar e econômico, ou pela cultura, retratos da “*urbe*” romana.

Com a decadência e invasão de Roma, a sociedade volta-se para o campo e, após um longo período de ruralização, surgem as grandes cidades medievais: Paris, Florença,

Gênova, entre outras. Pólos de comércio, cultura e lazer, mas sinônimo também de mendicância, de adensamento populacional, de pestes.

“A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas (...)” (LE GOFF, 1997, p. 25). Afirma o autor que as cidades atuais, levando-se em consideração as grandes transformações ocorridas, estão muito próximas das cidades medievais. Locais de produção e consumo, superpopulação, como também desigualdade social, má qualidade de vida.

“Em que sentido a cidade é sinônimo de sociabilidade, embora também tenha se tornado hoje sinônimo de individualismo e de anonimato? A Idade Média opõe a cidade, lugar de civilização, ao campo, lugar de rusticidade.” (LE GOFF, 1997, p. 119). As cidades medievais, além da importância como pontos de comércio, também eram responsáveis pela proteção de seus moradores. Os cidadãos eram os civilizados. Ao campo restavam os bárbaros.

As cidades contemporâneas crescem, derrubam as muralhas, alcançam o infinito, incorporam o meio natural, urbanizam o campo, enfim, tudo é reduzido ao urbano, tudo é civilizado. E hoje, o cidadão procura a sua civilidade perdida na rusticidade do campo.

Entendemos que a organização e o crescimento urbano são essenciais para o incremento sócio-econômico e cultural da sociedade. Entretanto, de acordo com a forma como isso ocorre tem, ao contrário do que se espera, gerado graves danos ambientais que limitam as atividades sócio-econômicas e culturais dessa mesma sociedade. Derivado do processo de crescimento urbano acelerado e sem planejamento prévio, o impacto gera alterações na paisagem e perda das funções ecológicas dos sistemas ambientais, interferindo nas atividades e funções da própria sociedade.

De acordo com CHRISTOFOLETTI (1993), as cidades emergem como sendo organismos permanentes de ação cumulativa, proporcionando, em escalas cada vez maiores, o aumento da população e da área ocupada.

As alterações no meio ambiente, proporcionadas pela urbanização, têm reflexo imediato na paisagem local devido às alterações nos fluxos de energia e no meio ambiente. *“Se a urbanização diretamente cria ambientes que são avaliados como*

positivos à saúde e ao bem-estar das pessoas, ao mesmo tempo gera efeitos que podem promover a desestabilização do ecossistema. Muitos impactos indiretos encontram-se associados à urbanização, normalmente imprevistos e não planejados, ocasionando conseqüências positivas ou negativas, tanto a curto como a longo prazo” (CHRISTOFOLETTI, 1993, p. 133).

Segundo o autor, o impacto direto e imediato no meio ambiente consiste na mudança da paisagem, substituindo a cobertura vegetal pelas casas e ruas, com um proporcional adensamento populacional. Juntamente com o aspecto visual externo implanta-se ainda uma rede de comunicações e novos fluxos para o abastecimento das necessidades. Interligam-se também, nesse processo, mudanças ligadas com a agricultura e o comércio regionais.

Do mesmo modo, os impactos gerados pelo processo de urbanização, escreve CHRISTOFOLETTI (1993) repercutem no funcionamento do ciclo hidrológico ao interferir no rearranjo dos armazenamentos e na trajetória das águas, introduzindo novos meios para a sua transferência na área urbanizada e em torno das cidades. Esse fato provoca alterações no armazenamento hídrico das áreas circunvizinhas, ocasiona possíveis efeitos adversos e imprevistos no que diz respeito ao uso do solo. Também promove o desaparecimento da cobertura vegetal, com efeitos na biodiversidade das plantas e animais, fazendo desaparecer os ecossistemas naturais e diminuindo a produção de biomassa.

Por conta das mudanças ocorridas na paisagem da cidade de São Paulo durante o processo de ocupação, a SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (1999) desenvolveu uma análise histórico-social sobre o impacto causado nos seus cursos d'água. *“Falar da urbanização da cidade de São Paulo no século XX é um caminho para se mostrar o processo de degradação por que passaram os rios, suas várzeas (...). (...), assim como toda rede hídrica da cidade, estão totalmente desfigurados, sujos, densos, cobertos, quase sem vida”* (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1999, p. 96).

Ao longo do século XX, a cidade de São Paulo cresceu incorporando e modificando a paisagem e, principalmente, seus cursos d'água. A exploração do rio Tietê, por

exemplo, foi intensificada para suprir a demanda desse crescimento como a instalação em suas margens de olarias, portos de areia, etc. Na década de 1940, importantes rios da cidade como o Tamanduateí e Anhangabaú já haviam sido engolidos pela expansão urbana.

Assim, com a canalização e retificação dos rios, as áreas nesse entorno se valorizam e se incorporam à mancha urbana.

O meio natural é modificado e passa a integrar o urbano, entretanto, em um trajeto de mão única, pois não podemos entender essa integração como harmoniosa e benéfica para ambos os lados, o meio natural e meio social. A partir desse processo, o meio natural deixa de existir como tal e passa a ser domínio da cidade.

LEITE (1993), analisando essa integração da natureza ao urbano, afirma que, embora desejada, esta não se origina da esperada reconciliação entre natureza e cidade, mas sim da transformação, pura e simples, do meio natural em urbano. Logo, nessa transformação, *“a natureza e a cidade tornam-se incapazes de serem percebidas e, conseqüentemente, incapazes de fornecer informações novas, inesperadas e diferenciadas”* (LEITE, 1993, p. 140). A sociedade interpreta e faz uso da natureza estritamente de acordo com a forma implícita de como ela está inserida no projeto urbano e interpreta e utiliza a cidade estritamente de acordo com o conjunto de normas e ações implícitas em seu processo de produção.

De acordo com a autora, analisadas na dimensão histórica, as práticas urbanas revelam uma preocupação bastante frágil, tanto em relação ao natural quanto em relação ao social. *“No domínio do natural, uma árvore, uma pedra ou um rio são apenas aquilo que são. A redução do natural ao construído patrocinada pela urbanização, isto é, a redução dos rios a fontes geradoras de energia ou receptoras de dejetos, das árvores e plantas em áreas verdes, da iluminação e da ventilação em fontes de valorização imobiliária, (...)”* revelam a descaracterização imposta a essas áreas naturais para que sejam incorporadas ao urbano (LEITE, 1993, p. 143). Da mesma forma, projetos, planos ou programas de urbanização visam, na maioria das vezes, uma mudança de situação reconhecida como insatisfatória, entretanto, isso não reflete igualmente sobre todos os lugares do território e nem mesmo sobre toda a sociedade.

Analisando as ações práticas que visam a detecção das alterações causadas pelo processo urbano ao meio ambiente, RODRIGUEZ et. al. (1997), descrevem uma série de estudos de casos, ocorridos em sua maioria no estado de São Paulo. Concluem que, no geral, essas degradações foram causadas pela falta de planejamento na ocupação do espaço. Esses estudos contém material que pode servir de base para o entendimento das características da exploração dos recursos e serviços ambientais no Brasil.

Os autores afirmam que essas características refletem o processo de exploração capitalista vigente no país e, para tanto, elencam traços distintos desse modelo como: a) *"ocupação espacial dos sistemas ambientais desenfreada, inadequada e irresponsável (...)"*. b) *a superexploração depredatória e inadequada, de caráter imediatista dos recursos e serviços ambientais, em geral se realiza sem preocupação com a qualidade de vida da população;* c) *os impactos ambientais analisados têm, em geral, caráter pontual*". Tais impactos quase sempre ultrapassam a capacidade de sustentabilidade e do funcionamento dos sistemas ambientais envolvidos, que não conseguem assimilá-los. (RODRIGUEZ, et. al., 1997, pp. 215, 216).

Por conseguinte, a urbanização, ao modificar de maneira tão intensa as relações entre o meio natural e a cidade, provoca entre ambas uma união completa e uma solidariedade indestrutível não permitindo mais a adoção de ações isoladas. Para LEITE (1993), refletir sobre soluções parciais, gerar métodos de estudo, tratamento e propostas para questões genericamente intituladas de ecológicas, naturais ou econômicas não tem nenhuma utilidade prática num momento em que o significado dos lugares é explicado pela totalidade das relações entre os elementos físicos, naturais, culturais, políticos e econômicos que o constituem. *"Os problemas cotidianos das cidades são, em grande parte, decorrentes da visão de urbanização como produto e não como processo. As intensas transformações observadas nos planos econômico, político, social e cultural tornam anacrônicos os projetos urbanos que se apoiam na diferenciação, na contraposição entre o natural e o construído"* (LEITE, 1993, p. 144).

Portanto, entendemos que a urbanização crescente e sem planejamento é responsável pela maioria dos impactos negativos diretos causados ao meio ambiente. Tais impactos se desdobram, principalmente, na retirada da cobertura vegetal e na

descaracterização dos cursos d'água, de forma que, o natural, acaba se transformando em urbano.

De outra parte, percebemos assim que o planejamento urbano atual precisa adotar essa visão mais global do problema, para que as possíveis soluções sejam melhor implantadas e tenham maior possibilidade de sucesso.

O processo desenfreado de urbanização está atrelado ao crescimento industrial adotado pelo Brasil a partir da década de 1940. Esse processo repercutiu com maior força na cidade de São Paulo e foi gerando fortes reflexos em algumas cidades do interior do estado, que possuíam vocação para essa atividade ou passaram a possuí-la desde então.

A cidade de São Carlos, elencada entre as localidades do interior do estado de São Paulo com vocação industrial recente, também tem sofrido com o binômio desenvolvimento urbano / degradação ambiental. A falta de planejamento e/ou o mal planejamento urbano a que a cidade foi submetida gerou e, continua gerando, impactos ao ecossistema característico dessa região.

Compreendemos que a desaceleração desses impactos e as propostas de novos caminhos devem passar pelo envolvimento dos diversos segmentos que compõem a sociedade. Para tanto, julgamos que é imprescindível todo o esforço na recuperação do conhecimento acerca do quanto a paisagem foi modificada pelo processo de urbanização. Esse conhecimento está armazenado, de forma abrangente, nas lembranças de um tempo em que a paisagem ainda não havia sido totalmente transformada. Essas lembranças estão guardadas na memória de um segmento social pouco solicitado, os velhos da cidade. A paisagem antiga está resguardada na memória dos mesmos e é através dela que podemos conhecer a paisagem que já perdemos, subsidiando um novo juízo, talvez mais crítico ainda, acerca dos impactos de urbanização sobre os usos dos recursos hídricos da cidade e em especial do rio do Monjolinho.

A ocupação no município de São Carlos

Histórico da ocupação

Dentro do contexto histórico de ocupação do interior do estado de São Paulo e da “corrida do ouro” promovidas pela Coroa Portuguesa, a região do município de São Carlos foi cortada pelo então chamado “Picadão de Cuiabá” – rota utilizada a partir segunda metade do século XVIII com a finalidade de se atingir a cidade de Cuiabá, onde, na época, tinha início a atividade da extração de ouro. Essa rota também foi muito utilizada a partir de 1864 por ocasião da Guerra do Paraguai, quando o picadão serviu de caminho para o envio de tropas e suprimentos à frente de batalha. Ao longo dessa rota, teve início a ocupação da região e o município de São Carlos nasce da doação, pela Coroa Portuguesa, de duas grandes sesmarias: a sesmaria do Pinhal (carta de doação de 1781) e do Monjolinho (carta de doação legalizada em 1810) (NEVES, 1984).

A cidade de São Carlos desenvolve-se graças à cultura do café, sendo essa atividade econômica responsável pelo rápido crescimento de algumas cidades do interior paulista. Segundo FAUSTO (1994), a grande novidade na economia brasileira das primeiras décadas do século XIX foi o surgimento da produção do café para a exportação. O plantio do café teve início no Rio de Janeiro por volta de 1760, estendendo-se ao Vale do Paraíba onde teve sua grande expansão para fins comerciais, encontrando o apogeu em terras do Oeste Paulista: *“nas referências históricas, essa região não corresponde rigorosamente ao oeste geográfico. Ela abrange a área que vai de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, na linha férrea da Companhia Paulista; e de Campinas para Piraçunga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na Estrada de Ferro Mojiana ”* (FAUSTO, 1994, p. 200).

Consta que foi Antonio Carlos de Arruda Botelho – Conde do Pinhal, neto de Carlos B. de Arruda Botelho, titular da sesmaria do Pinhal, quem plantou o primeiro cafezal em sua fazenda, por volta de 1840. Nessa época a lavoura cafeeira encontrava sérias dificuldades para a sua expansão e, por isso, não se afirmara ainda, na região, como produto exclusivamente comercial. Essas dificuldades eram, principalmente, a pouca

disponibilidade de mão de obra, o isolamento e distância dos centros exportadores. Por isso, as fazendas de pecuária foram tornando-se, aos poucos, fazendas mistas. Após 1860, quando alguns fazendeiros solucionaram o problema da mão de obra, iniciou-se a transformação da cultura do café em lavoura comercial.

No final do século XIX, o crescimento urbano da cidade de São Carlos teve grande impulso fomentado pela economia cafeeira, como afirma DEVESCOVI (1987). O capital proveniente do complexo cafeeiro, já definitivamente instalado, migrou das fazendas para a cidade sob o intuito de diversificar investimentos e também fortalecer o mercado interno, tanto de força de trabalho quanto de bens de consumo. Engendrou, assim, uma dinâmica de urbanização veloz e lucrativa baseada nos lucros ora provenientes do segmento comercial, ora do industrial, financeiro, imobiliário e de construção civil.

A região do município de São Carlos, em fins do século XIX, antes da chegada da ferrovia e da grande expansão urbana é descrita por NEVES (1984), como “ (...) *quase o paraíso terrestre. (...) As matas ainda estavam próximas e vigorosas, abundando as madeiras de construção e marcenaria, ‘perobas, cedros, ipês, cabreuvas, cajaranas, canelas, faveiros’, sem contar os padrões de boa terra, figueiras brancas e paus-d’alho, além de bosques inteiros de pinhais, que deram nome à terra. Nos campos e matas corriam ainda bandos de animais silvestres, ‘antas, veados, capivaras, gatos do mato, lobos, onças pardas, onças pintadas, tamanduás bandeira’. Enquanto isso nas duas vertentes de águas, que os nossos rios e córregos drenam (...), saltava variada fauna das mais cobiçadas espécies de peixes. Tanto no Feijão, no Lobo, no Onça, no Monjolinho (...), saltavam, a um aceno do pescador, ‘dourados, surubys, pintados, bagres, trahyras, piabas, jahus’ (...)* (NEVES, 1984, p. 20). Esse relato nos dá idéia do quanto a paisagem da região foi modificada pelo crescimento de sua malha urbana, consequência da implantação definitiva da cafeeicultura em São Carlos.

Logo, o grande impulso para o crescimento urbano da cidade teve início a partir de 1884, com a chegada da ferrovia do complexo cafeeiro e com a antecipação do trabalho livre nas fazendas de café promovida pelos fazendeiros são-carlenses, que propiciou a chegada de um grande número de imigrantes. No auge da economia cafeeira, a cidade de

São Carlos conheceu um grande desenvolvimento, tanto em termos econômicos quanto sócio-culturais.

A acumulação de capital não somente propiciou o incremento da economia como da vida social e cultural da cidade. “*A chegada da estrada de ferro em São Carlos, (...), significava o progresso do século, trouxe grandes transformações urbanas.*” (NEVES, 1984, p. 20). Pelos trilhos da ferrovia, além da mão de obra européia, também chegavam novidades do século para uma sociedade burguesa ávida por cultura. Os grandes barões do café passaram a freqüentar com mais intensidade o núcleo urbano, que começava a erguer seus teatros e escolas. Com isso, a cidade inicia a mudança na paisagem – das casas de taipa e pilão para as casarões de tijolos e telhas em estilo europeu, mandados construir pelos barões do café. Com a mudança de moradia por parte desses fazendeiros vieram os melhoramentos urbanos como, redes de infraestrutura urbana, bondes elétricos, telefones.

A estrutura das grandes propriedades cafeicultoras levava à obtenção de grandes lucros, mas não permitia a reabsorção total do capital excedente. Para DEVESCOVI (1987), esses cafeicultores, integrados em um processo de intensificação de um mercado interno de força de trabalho, de bens de consumo e em uma dinâmica de urbanização crescente, com objetivo na operação de um mercado lucrativo, investiram, direta ou indiretamente, em setores urbanos (comercial, financeiro, imobiliário e de construção civil).

No final do século XIX e início do século XX, a cidade já possuía dois bancos, várias casas de comercialização do café e meios de consumo coletivos urbanos em pleno funcionamento, numerosos estabelecimentos comerciais e manufatureiros.

Na metade do século XX, a cidade era quase toda servida por iluminação pública e particular e por redes de infraestrutura urbana de água e esgoto. Em 1913, 83,4% do total de edificações eram servidas pela rede de esgoto; em 1922 esse índice cresceu para 88,1%, embora o número total de edificações urbanas tenha passado de 1798 em 1913, para 2036 em 1922, representando um crescimento de 13,2%. Logo, acreditamos que no início do século XX, a cidade já estava aparelhada pelo conjunto de recursos físicos

apropriados às finalidades de produção e de consumo, mas que passaram a ver o rio como local de disposição de dejetos.

Tudo indica que a maior parte dessa população, que deu grandes saltos quantitativos em pouco tempo (Tabela I), era de imigrantes estrangeiros e seus descendentes que vieram à região não para trabalhar na lavoura cafeeira, já no auge de sua produção (Tabela II), mas para desenvolver atividades econômicas urbanas, no comércio e indústria.

Tabela I. Evolução da População em São Carlos

ANO	1881	1886	1891	1894	1914	1920	1926
POP. URBANA	1.500	2.764	5.000	8.000	13.000	15.404	17.365
POP. RURAL	-	13.340	-	-	-	38.821	-
TOTAL	-	16.104	-	-	-	54.225	-
DENSIDADE							
DEMOGRÁFICA	-	14,0	-	-	-	47,4	-

Fonte: modificado de DEVESCOVI, 1987, p. 58.

Tabela II. Produção de café no município de São Carlos (em arrobas)

1886	1892	1899	1905	1906	1909	1910	1920
66.667	1.029.696	1.200.000	1.500.000	2.214.550	1.501.472	1.328.160	1.212.000

Fonte: modificado de TRUZZI, 2000, p. 82.

À medida que a atividade cafeeira se ampliava no estado de São Paulo, passava a fomentar o surgimento de atividades tipicamente urbanas, como indústrias, bancos, armazéns, oficinas, comércio atacadista, de importação e exportação, afirma CANO (1993). Esse processo tem seu momento mais marcante entre 1890 e 1900, quando a produção cafeeira paulista perfaz 57% do total nacional. São Carlos também se insere nesse contexto.

Nas últimas décadas do século XIX e início do XX, a cidade de São Carlos, ainda que erigida sob o signo da economia cafeeira, iniciava uma dinâmica que aspirava uma futura autonomia do núcleo urbano, o qual, assim como o que ocorria aos demais municípios da região, despontava como um espaço também de produção e não apenas de distribuição e circulação de mercadorias (DEVESCOVI, 1987).

Entre 1911 e 1920, estavam em atividade 84 estabelecimentos industriais em São Carlos, dos quais duas grandes indústrias com administração e capitais locais – a Fábrica de Tecidos Magdalena e a Serraria Santa Rosa, ambas utilizando matéria prima de fora e produção com destino ao mercado consumidor externo. A Fábrica de Tecido Magdalena chegou a ter quase mil funcionários no auge de sua produção e a Serraria Santa Rosa gerou a instalação de pequenas indústrias de transformação de madeira na cidade (TRUZZI, 2000 e DEVESCOVI, 1987).

Especificamente no que diz respeito a estabelecimentos industriais até o ano de 1920, essa atividade era concentrada basicamente em três segmentos: de produção de máquinas para agricultura, especialmente para o beneficiamento de café; de fabricação de sacaria para embalagem de café; e de produção de bens de consumo corrente. No caso da produção de bens de consumo, era esta constituída de muitos estabelecimentos e, em sua maioria, de origem familiar. Nesse setor a diversificação era grande: bebidas, móveis, madeira, serrarias, tecidos, fogões, lápis, pregos, louça, sabão, carroças, doces, sapatos, café em pó, vestuário, oficinas e fundições para manutenção e confecção de peças para ferrovia, além da fabricação de dormentes. Outro fator importante é que esses estabelecimentos eram, na sua maioria, fundados por imigrantes que não haviam passado pela lavoura cafeeira (TRUZZI, 2000 e DEVESCOVI, 1987).

Nos anos seguintes, instalaram-se muitas outras indústrias grandes e pequenas, com predomínio das pequenas, que garantiram a vida econômica da cidade nos anos que se seguiram após a crise cafeeira. Em 1924, os estabelecimentos classificados como indústrias somavam o total de 183 unidades (TRUZZI, 2000 e DEVESCOVI, 1987).

FAUSTO (1994), ao fazer a análise econômica da fase crítica da produção de café conclui que a diversificação da economia era inevitável.

Seguindo a mesma análise que CANO (1983) e FAUSTO (1994), DEVESCOVI (1987) destaca que nos pólos urbanos mais dinâmicos do interior do estado de São Paulo, os movimentos industrializantes chegaram com intensidades variadas, dependendo de sua proximidade geográfica com a capital do estado, das regiões onde cada um deles se insere e de suas particularidades. A cidade de São Carlos foi um dos

centros urbanos onde esses movimentos, a partir dos anos 40, ocorreram com uma intensidade relativamente expressiva no contexto do conjunto do território paulista.

TRUZZI (1986), também analisando o contexto da trajetória da cafeicultura e industrialização da cidade de São Carlos, afirma que a cidade se industrializou devido a sua importância no contexto regional. Durante as primeiras décadas do século, sendo um dos núcleos urbanos mais desenvolvidos do interior paulista, a cidade foi capaz de atrair, além de mão de obra, empresas estabelecidas em outros núcleos urbanos. Em outros casos, capitais externos chegavam para serem localmente investidos.

A população urbana de São Carlos, no período de 1920 a 1940, teve um acréscimo significativo em comparação com a população total do município, a qual decresceu nesse período (Tabela III). Tudo indica que essa dinâmica demográfica, no contexto da cidade, tenha sido determinada pelos deslocamentos populacionais do campo para a cidade e também perda de população para outros municípios próximos. Essa situação acarretou uma pressão urbana, que deve ter sido fonte para posteriores respostas dos setores industrial e comercial.

Tabela III. População Urbana e Rural em São Carlos: 1920 - 1940

ANO	POP. URBANA		POP. RURAL		POP. TOTAL	DENS.DEM.
	Total	Acréscimo	Total	Acréscimo		
1920	15.404	-	38.821	-	54.225	47.4
1930	20.791	5.387	30.829	(-) 7.992	51.620	45.1
1940	25.746	4.955	22.863	(-) 7.966	48.609	42.5

Fonte: modificada de DEVESCOVI, 1987, p. 77

Por volta de 1940, a atividade industrial converteu-se no principal polo econômico do município de São Carlos. Várias indústrias surgiram, abertas com o objetivo de atender a um mercado mais amplo que o local. Obviamente, as pequenas empresas que visavam o mercado local não deixaram de existir, pelo contrário, ainda eram a maioria. Mas, foi também a partir da década de 40 e nas décadas seguintes, que o rápido desenvolvimento econômico e urbano tornaram a degradação ambiental, de origem antrópica, mais visível e intensa.

CAMARGO (1943), em artigo do jornal “Correio de São Carlos”, comenta o crescimento da malha urbana da cidade: *“São Carlos, como ‘quasi’ todas as grandes cidades, tem se desenvolvido sem um plano previamente estabelecido. Enquanto que ainda há no perímetro urbano, mesmo no perímetro central, extensas áreas sem edificação, a cidade continua a se ‘esparramar’, como um polvo a ‘extender’ seus tentáculos. (...) Tais bairros são formados graças a um processo, aliás já utilizado antigamente, e que é de interesse comercial de quem o aplica, e ao mesmo tempo de interesse para a coletividade: o loteamento”* (CAMARGO, 1943, p. 04).

Grande parte do espaço urbano de São Carlos foi e continua sendo ocupado rápido e desorganizado sob o ponto de vista da descontinuidade do processo de expansão com a malha urbana pré-existente. Isso produz baixos níveis de densidade populacional, parcelas territoriais efetivamente desocupadas e altos custos na implantação de serviços públicos, principalmente, sob o ponto de vista da carência parcial ou total de serviços públicos em bairros residenciais mais distantes do centro urbano.

Essa urbanização desenfreada, sem o devido planejamento, implantação de infraestrutura urbana e de preservação ambiental insere São Carlos no contexto brasileiro de crescimento desordenado. Para VIOLA (1987), a partir da década de 40, com o rápido desenvolvimento econômico e urbano, a degradação ambiental torna-se mais contundente. *“As quatro décadas de crescimento econômico acelerado (1940-80) proporcionaram uma profunda degradação ambiental ao país. Foi talvez a mais intensa e acelerada que aconteceu na história do industrialismo”* (VIOLA, 1987 apud MENEZES, 1996, p. 36).

Nos jornais que circulavam na cidade na década de 1960 eram denunciadas as ocupações denominadas periféricas, fruto do acelerado crescimento urbano-industrial da cidade. Em uma de suas edições, o jornal “Correio de São Carlos”, ressalta: *“O acentuado progresso por que passam cidades do interior e mesmo capitais, veio criar uma série de problemas às administrações, (...). Entre estes problemas, aqui existentes – pois que São Carlos progride extraordinariamente – está aquele que poderia ser colocado entre os mais graves (...) que dizem respeito diretamente a este mesmo progresso (...) Ninguém ignora que um dos sintomas da expansão por que passa uma*

cidade, é o aparecimento de loteamentos (...). Poder-se-ia citar aqui, e sem medo de erro, que poucos são os loteamentos existentes em São Carlos dotados de melhoramentos públicos, dentro das mínimas exigências. (...) Rede telefônica, esgoto, água, galerias para águas pluviais também não há. (...) O resultado outro não pode ser: são imensas áreas que, apenas simbolicamente representam progresso.” (CARLOS, 1962, p. 04)

Entre as décadas de 1960 e 1970, São Carlos assistiu a um crescimento acelerado no número de estabelecimentos industriais e, por conta disso, a um aumento da malha urbana, aumento este constituído por bairros essencialmente operários, na sua maioria em áreas periféricas e sem a infra-estrutura necessária, gerando assim problemas ambientais.

O processo de industrialização do país propiciou a vinda de estabelecimentos com padrões tecnológicos muito avançados para a base industrial tradicional, ao mesmo tempo que reiteradamente padrões deletérios no que se refere ao meio ambiente.

Com o movimento de desconcentração da indústria na capital paulista e região metropolitana a partir de 1980, o interior do estado intensifica a sua industrialização. Nesse contexto, São Carlos apresenta locação vantajosa para a atividade industrial, atraindo novos empreendimentos, resultantes da facilidade de acesso, de política de incentivo por parte do governo municipal, ao lado da atração exercida pela presença dos centros de pesquisa científica e tecnológica existentes na cidade, como a USP e UFSCar, a Embrapa e do Programa de Implementação de Parques Tecnológicos do CNPq. Essa situação fomentou o aparecimento das chamadas indústrias de base tecnológica, ao ponto de São Carlos ser apontada por alguns analistas como um dos chamados pólos tecnológicos do estado de São Paulo, ao lado de Campinas e São José dos Campos (CÔRTEZ et. al., 2000). O município de São Carlos passou por um acelerado processo de urbanização e industrialização também nessa fase, fechando todo um ciclo de transformação da atividade econômica de meados do século XX em diante, o que pode ser sintetizado nas Tabelas IV e V a seguir.

Tabela IV. Evolução da Atividade Industrial e Comercial em São Carlos

ANO	N.º ESTAB. COMERCIAL	N.º ESTAB. INDUSTRIAL
1940	271	117
1950	322	180
1960	518	264
1970 ¹	-	345
1975	750	376
1980	933	341
1985	1.121	325
1999 ²	5.649	1.910

Fonte: Censos demográficos IBGE.

Tabela V. Evolução da População em São Carlos

ANO	POP. URBANA	POP. RURAL	TOTAL	DENSID. DEM.
1940	25.746	22.863	48.609	42.9
1950	32.703	15.028	47.731	42.1
1960	50.010	6.722	56.732	50.1
1970	74.767	6.014	80.781	71.3
1980	110.235	9.307	119.542	105.6
1990	148.408	9.813	158.221	139.7
2000	183.369	9.554	192.923	168.7

Fonte: Censos demográficos IBGE.

De acordo com a SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (1999), a grande razão da transformação da fisionomia dos rios que cruzam o estado de São Paulo foi a expansão das cidades e, nelas, da indústria. O rio do Monjolinho com o rápido crescimento urbano e industrial da cidade de São Carlos, é um microrrecorte desta sociedade. *“A cidade cresce, incorpora o rio, utiliza e embeleza suas margens, extrai dele material para suas construções e aplica nele seus conhecimentos científicos e tecnológicos; ao mesmo tempo, porém, o polui e o aniquila do ponto de vista ambiental, social e cultural”* (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 1999, p.96).

Historicamente, a maioria das cidades surgiram às margens dos rios. São Carlos, seguindo essa tendência, cresceu incorporando os seus vários cursos d'água.

Segundo a evolução do traçado urbano, o entorno do rio do Monjolinho foi alcançado pela urbanização a partir da década de 1940 (Mapa da Ocupação Urbana – Fig. 01), entretanto, seu impacto tem origem nos primórdios da urbanização do

¹ O IBGE não possui o Censo Comercial de 1970.

² Dados extraídos do Boletim de Conjuntura de São Carlos, n.º 07, 1999, p. 03.

município, pois sendo o seu principal curso d'água, recebia de seus afluentes já urbanizados toda a carga da poluição decorrente dos esgotos domésticos e industriais. Com a urbanização da área no entorno do rio, a paisagem sofre seu maior impacto e, conseqüentemente, suas águas passam a receber uma maior carga de poluentes urbanos.

O Rio do Monjolinho e a Ocupação Urbana

Segundo os dados históricos (NEVES, 1984) e da evolução urbana, a cidade de São Carlos nasceu às margens do córrego do Gregório e, somente a partir de 1940, inicia sua expansão em direção ao entorno do rio do Monjolinho.

O fator principal dessa expansão foi o aumento gradativo da população urbana em virtude da mudança do eixo econômico da cidade a partir de 1920, de eminentemente agrícola para um significativo processo de industrialização.

Essa mudança torna-se mais acentuada com o advento da crise cafeeira, cujo êxodo rural tem como contraponto a ocupação de novas áreas urbanas no município.

O inchaço do núcleo urbano passa a ser inevitável e, na ausência de um planejamento urbano, acontece a proliferação de loteamentos periféricos com a ocupação de áreas impróprias para tal empreendimento e, além disso, carentes de infraestrutura necessária. Isso ocorre, essencialmente, por conta da necessidade de um rápido acomodamento dessa população.

Com o crescimento industrial cada vez mais acelerado e a falta de incentivo para a população rural permanecer no campo, as décadas de 1960 e 1970 registram um crescimento da população urbana ainda mais expressivo. Em decorrência dessa urbanização acelerada, o rio do Monjolinho passa a sofrer o seu maior impacto. O esgoto urbano-industrial lançado sem tratamento em suas águas aumenta consideravelmente e a crescente ocupação de seu entorno em muito altera a sua paisagem.

O mapa de expansão urbana (Figura 01), nos mostra que, da década de 1940 em diante o núcleo urbano se estende, preferencialmente, em direção ao rio do Monjolinho. As décadas de 1950, 1960 e 1970 foram as responsáveis pelo maior crescimento urbano

na direção noroeste e nordeste do rio, causadoras dos maiores impactos sofridos por esse curso d'água. Notamos ainda que, somente a partir dos anos de 1970 e 1980, a evolução do traçado urbano atinge à região sudeste da cidade. O grande impacto sofrido pelo rio do Monjolinho foi, especialmente, no que se refere ao seu uso como receptor de esgoto, sendo este despejado "in natura" no rio em pontos a jusante da cidade, "(...), o Rio do Monjolinho é praticamente um condutor de esgotos a céu aberto, principalmente nos períodos de estiagem" (SÉ, 1992, p. 107).

O lançamento de despejos domésticos e industriais, tornou o aproveitamento de suas águas impróprio para abastecimento humano sem o tratamento adequado, afirma SÉ (1992). Estima-se a DBO do rio do Monjolinho em de 15 ton/dia (sendo 8 ton/dia de origem doméstica), devido ao esgoto descarregado "in natura" no rio (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, 1989 apud MARINELLI et. al., 2000).

Atualmente suas águas são utilizadas para a geração de energia, recepção e escoamento de materiais e resíduos vindos da lixiviação superficial, efluentes industriais diversificados, efluentes agro-industriais (de cana de açúcar, principalmente) e esgotos domésticos.

Portanto, observa-se que a cidade cresceu desordenadamente, sem a preocupação com o que esse crescimento mal planejado pudesse causar ao meio ambiente. A falta de investimentos em equipamentos e serviços essenciais ampliaram a vulnerabilidade, tanto da população urbana quanto da base biofísica em que está assentada. A demanda por água alterou-se completamente, tanto quantitativa como qualitativamente. A água de abastecimento que, no passado, era suprida pelas nascentes do rio do Monjolinho, precisou ser obtida de outras quatro fontes, inclusive, a mais importante, externa à Bacia Hidrográfica do Rio do Monjolinho.

SÉ (1992), indica como possíveis causas da degradação ambiental na área do rio do Monjolinho: a) o processo de ocupação do espaço, que passa pelo desmatamento excessivo, pela agricultura intensiva com o empobrecimento do solo, culminando com o acelerado processo de expansão urbana; b) a ausência de um programa de tratamento de resíduos pelas indústrias em seu processo de expansão, além da ausência do tratamento de esgotos domésticos.

Como resultado de seus estudos, SÉ (1992) mostra que os estados ecológicos das águas do rio refletem os estados ecológicos de sua bacia hidrográfica, nesse caso submetida a diversos tipos e intensidades de ocupação e atividades humanas. Em suas constatações finais, ressalta a necessidade do incremento no nível de conhecimento sobre a Bacia Hidrográfica do Rio do Monjolinho, por meio de pesquisas científicas que considerem os processos ecológicos em sobreposição aos processos sociais, econômicos e políticos.

Municiados com a análise feita até aqui, tanto bibliográfica quanto de observação “in loco”, concordamos com as afirmações de SÉ (1992) de que o processo de urbanização desenfreada e sem planejamento, aliados à falta de tratamento dos dejetos urbano-industriais, causou um grave impacto ao mais importante recurso hídrico do município.

Percebemos ainda que como causas dessas mudanças impostas à paisagem pela industrialização e urbanização e da submissão dos cursos d'água aos diferentes e novos usos, a população afasta-se cada vez mais da água enquanto elemento que tem movimento e ritmo naturais. Enfraquece a memória acerca do rio e da biodiversidade agregada a ele. As ruas são construídas sobre cursos d'água canalizados, as bicas naturais são escondidas por meio das canalizações. Cursos d'água são retificados, visando o saneamento de suas margens, a produção de energia e a passagem de ruas e avenidas. Esquecemos que os rios e as bicas, assim como as árvores e os animais fazem parte do nosso meio, do nosso cotidiano e de nossa história.

Ao se reiterar a validação dos quadros sociais da memória local, ou seja, valorizar o relato do velho cidadão são-carlense, podemos obter uma visão mais abrangente das mudanças sócio-ambientais referentes aos impactos sofridos pelo rio do Monjolinho. Isso porque essas mudanças na paisagem são percebidas e capturadas pela memória de uma forma totalizada, isto é, as transformações vivenciadas não são armazenadas em compartimentos, como normalmente são encaminhadas as pesquisas científicas. Refletir sobre as relações que a sociedade em geral (comunidades, poder público, setor econômico), teve com o ambiente é um meio para repensar atitudes e encontrar formas de recuperação e de preservação dos rios, além de acrescentar novas dimensões àquelas que a historiografia de São Carlos ora tem registrada.

Assim, nossa intenção é estar “*re-escrevendo*” uma história abrangente, baseada não somente em informações armazenadas em documentos, mas recuperada da memória que resiste ao tempo e que temos responsabilidade em manter viva, como reconhecimento nosso de que o idoso pode também exercer sua cidadania e talvez dessa interação com o saber científico, construindo uma relação dialógica para o qual estamos abertos.

Cidade de São Carlos

Expansão Urbana

Legenda

EXPANSÃO URBANA

- Até 1940
- 1940 - 1950
- 1950 - 1960
- 1960 - 1970
- 1970 - 1988

RODOVIAS

REPRESAS

RIOS E CÓRREGOS

- ① Rio do Monjolinho
- ② Córrego Tijuco Preto
- ③ Córrego Santa Maria do Leme
- ④ Córrego do Gregório
- ⑤ Córrego da Água Quente
- ⑥ Córrego da Água Fria

Fonte: Modificado de SÉ, (1992)
Desenho: André Salvador

Até 1940

1940 - 1950

1950 - 1960

1960 - 1970

1970 - 1988

Capítulo 3

A Cidade Contada pelos Velhos

"Quando fala do passado, o velho suspira: ~ No meu tempo... Quando avança o presente, pragueja: ~ Que tempo!"

(Norberto Bobbio)

"A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto."

(Pierre Nora)

A pesquisa: objetivos e relevância

Esse projeto tem por objetivos a identificação das funções perdidas pelo rio do Monjolinho no decorrer do desenvolvimento urbano da cidade, analisando o processo de degradação/desvalorização sofrido pelo mesmo nos dias recentes, como também descrever os significados que este rio teve e tem para diversos atores que compuseram e/ou ainda compõem a história da cidade.

Através desses objetivos, pretende-se comprovar a hipótese de que os relatos orais podem traduzir dimensões inéditas para a história ambiental de São Carlos, a fim de

compreender e externar a realidade de forma multidimensional e colocar novos elementos para a reflexão das áreas de conhecimento.

O município de São Carlos tem uma história de degradação ambiental decorrente de um modelo de desenvolvimento imposto a todo globo. Essa degradação atingiu o que hoje poderia ser uma importante fonte de abastecimento e lazer para o município, o rio do Monjolinho.

Através deste estudo, pretende-se contar a história desse rio, que usos dele se fazia e de como ocorreu sua degradação. Para tanto, buscamos o olhar do cidadão são-carlense que viveu essa história e pode nos contar, através do espelho de sua memória, como se processou essa mudança.

Percebemos a ausência de trabalhos que compreendam o processo de descaracterização do rio do Monjolinho e do crescimento urbano-industrial do município de São Carlos de forma mais abrangente, em termos das interações sócio-ambientais e também de estudos que valorizem o conhecimento dos antigos moradores da cidade, espectadores das mudanças sócio-ambientais ocorridas.

Enquanto a limnologia elege seus os recursos hídricos como base de investigação no uso de instrumentos e medições com precisão quantitativa, as provas do cientista social são a estrutura e dinâmica social e a ferramenta da linguagem e as representações humanas. Importa considerar a linguagem e o depoimento dos sujeitos que vivenciaram a história local e não apenas aqueles indicadores que as chamadas “ciências duras” elegem como os mais adequados.

Nossa proposta seria, portanto, não apenas aceitar a memória social como um registro cientificamente válido, subsidiando a compreensão do processo de degradação de um rio ao longo de gerações, mas vê-las como passíveis de renovar, por outros caminhos, os valores extraídos da investigação limnológica. E que, inclusive, passem a ser compreendidos como um instrumento de avaliação da qualidade ambiental do meio urbano e, assim, torná-los constitutivos do processo de planejamento ambiental urbano.

Consideramos que as narrativas que contemplam um recorte temporal longo podem nos elucidar acerca da biodiversidade que o rio abarcava outrora e descortinar os

processos sociais que transformaram o rio de um abrigo à vida, em “um esgoto a céu aberto”.

É nossa posição a de que os antigos moradores são-carlenses, que conviveram com o rio do Monjolinho e presenciaram as mudanças nele ocorridas, que trabalharam e/ou ainda trabalham na cidade, que presenciaram o processo de urbanização, seu crescimento econômico e cultural - têm, na memória, uma importante contribuição para a história da cidade.

A população que habita a cidade é, pois, ao nosso ver, essencial fonte de informação sobre esse meio, podendo nos municiar com suas percepções na investigação de fenômenos sócio-ambientais o que pode, assim, contribuir para uma aproximação de saberes hoje tão divorciados.

São esses, portanto, os desafios que este trabalho coloca, considerar a complexidade dos processos históricos e nele inserir suas interrelações com o meio ambiente físico.

Organização metodológica: a pesquisa com a memória

Após a década de 1950, o relato, atualmente denominado de História Oral, ressurgiu entre as técnicas de coleta de material utilizadas nas Ciências Sociais, o que está se dando com muito sucesso. Passou a ser denominada por muitos como a técnica por excelência e, até mesmo, a única válida para se contrapor às quantitativas. As técnicas quantitativas, reduzindo a realidade social à aridez dos números, não tem a suficiência em trazer novos significados e os ângulos da primeira, embora deversem ser considerados numa relação de complementariedade e não de oposição.

Compreendemos a história oral como um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar, afirma QUEIROZ (1988). Colhida por meio de entrevistas, ela registra a experiência de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma sociedade.

Através dos quadros sociais da memória, fatos ocorridos em uma dada sociedade podem ser reinterpretados e vir a contrapor aos registros obtidos através de outros métodos de investigação histórica, assim como, podem servir à complementação de fatores tradicionais, dando uma dimensão distinta aos acontecimentos, permitindo análises mais ricas.

Ao argumentar sobre essa singularidade e a transformação que a história oral propiciou ao cientista social, PORTELLI (1997) afirma que a história oral muda a forma de escrever da história, da mesma forma que a novela moderna transformou a forma de escrever da ficção literária. E o fator mais importante dessa mudança é que o narrador é agora empurrado para dentro da narrativa e se torna parte da história.

Com a inserção do narrador para dentro da narrativa, a história oral acaba por valorizar o subjetivo em oposição ao objetivo. POLLAK (1992) argumenta que o debate entre subjetividade e objetividade transformou-se num debate opondo a escrita literária à escrita cientificista. De um lado, estaria o vazio, o seco, o enfadonho, que seria o discurso científico, além de tudo reducionista, fechado à pluralidade do real. De outro, a história oral que seria uma das possibilidades de reintroduzir nas ciências humanas, depois do período estruturalista, uma escrita não apenas subjetiva, mas sobretudo literária.

Nessa mesma linha de pensamento, NORA (1993) critica a história compartimentalizada, reducionista, afastada dos atores sociais afirmando que uma sociedade vivendo integralmente sob o signo dessa história não conhece, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, um lugar onde ancorar sua memória.

THOMPSON (1992), quando escreve sobre a relevância dos relatos orais para a história, afirma que, enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a descrições imperfeitas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador. O relato oral transforma os objetos de estudo em sujeitos, contribui para uma história que não é somente *“mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”* (THOMPSON, 1992, p. 137). Na história oral, nos confrontamos com fontes vivas que, exatamente por serem vivas, argumenta o autor, são capazes,

em termos de inteligência

diferentemente das pedras com inscrições e das pilhas de papel, de trabalhar com o pesquisador num processo bidirecional.

PORTELLI (1997) também destaca outros dois aspectos inerentes da história oral: o primeiro comumente destacado é sobre a origem. As fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história escrita é falha ou distorcida. Outro aspecto diz respeito ao conteúdo, à vida diária e à cultura material destas pessoas e grupos.

Também para HOBBSAWN (1997), a característica principal da história oral é rememorar a história de gente comum, não lhe conferindo somente significado político, a que a história oral na maioria das vezes está ligada, mas valorizando também a exploração de uma dimensão desconhecida do passado até então não reconhecida.

Concordamos com as afirmações dos autores citados e reafirmamos que a principal característica da história oral é a de dar voz a atores sociais até então não ouvidos. Essa característica traz à tona uma versão inédita da história, pois carrega consigo significados emergidos da memória de pessoas comuns para dentro da narrativa. E essa característica é o que faz da história oral diferente de outras formas de se contar a história. A fala desses atores abarca uma gama de fatores que ficam submersos, que os historiadores não alcançam quando restringem suas pesquisas somente a bibliotecas e arquivos.

Assim, a história oral é abrangente ao recobrir uma série de relatos a respeito de eventos não registrados por outra forma documental, ou cujo documento se quer completar. Por meio de entrevistas, registra-se a experiência de um indivíduo ou de diversos indivíduos de um mesmo grupo.

No caso do registro de experiências de um grupo, o que se procura registrar é a convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período do tempo. *“Na verdade, tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica”* (QUEIROZ, 1987, p. 276).

Por fim, com referência à credibilidade da história oral questionada por alguns historiadores e cientistas sociais, PORTELLI (1997) afirma que as fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral pode

se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir, assim sendo, não existem falsas fontes orais. Daí a importância, segundo o autor, da confrontação dos relatos com outras fontes, assim como é necessário por outros tipos de fontes em quaisquer circunstâncias, *“a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas ‘erradas’ são ainda psicologicamente ‘corretas’, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis”* (PORTELLI, 1997, p. 32).

O autor afirma também que recomendar a confrontação com outras fontes não é aceitar o preconceito dominante que vê a credibilidade factual como monopólio dos documentos escritos. Constantemente, documentos escritos são somente a transmissão sem controle de fontes orais não identificadas e as passagens destas para o documento escrito é sempre o resultado de processos que não têm credibilidade científica e estão frequentemente carregados com tendências de classe.

Outro fator de questionamento da validade da história oral é a insistência de que as fontes orais se situam distantes dos eventos e, por isso, submetem-se à distorção da memória imperfeita. PORTELLI (1997) analisa que este problema existe para muitos documentos escritos, normalmente elaborados algum tempo após o evento ao qual se referem sempre por não-participantes. Ao contrário, as fontes orais compensam a distância cronológica com um envolvimento pessoal mais íntimo, isto é, os informantes são efetivamente participantes, sujeitos atuantes do fato relatado.

QUEIROZ (1987) concorda com a recomendação da necessidade de uma complementação oriunda de outras fontes. Entretanto, observa que essa necessidade não invalida a possibilidade da utilização de uma única fonte para o conhecimento das experiências de um determinado grupo. Afirma ainda que é certo que toda pesquisa sociológica, quer lance mão de técnicas como o depoimento, quer de outras técnicas diversas, *“ganha novas dimensões, maior profundidade, maior envergadura, desde que acompanhadas e complementadas por outras maneiras de coleta”* (QUEIROZ, 1987, p. 279).

PORTELLI (1997) concorda com QUEIROZ (1987) quando afirma que as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes, elas têm em comum características

autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher, dessa forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos.

Ainda acerca do debate existente em torno da validade dos documentos oriundos de relatos orais, POLLAK (1992) afirma que, se a memória é socialmente construída, obviamente toda a documentação resultante também o é, *“não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta”* (POLLAK, 1992, p. 207).

Assim, a discussão sobre a credibilidade dos relatos orais nos parece impróprio, pois de acordo com QUEIROZ (1987), POLLAK (1992) e PORTELLI (1997), a confrontação com outras fontes pode superar quaisquer dúvidas suscitadas por esses relatos. Além do que, nas palavras de PORTELLI (1997), poderíamos ampliar essas dúvidas às fontes escritas, pois freqüentemente são obtidas a partir de fontes orais não identificadas e também como forma de manutenção, manipulação e/ou divulgação de fatos que interessam, principalmente, à “memória oficial”.

A coleta dos relatos

Os relatos que passamos a apresentar foram colhidos no segundo semestre de 2000. Para tal, foram definidos critérios a fim de se selecionar as pessoas a serem entrevistadas. O primeiro destes critérios foi a naturalidade: acessar pessoas nascidas em São Carlos, ou que tenham vivido, pelo menos, os últimos 60 anos na cidade, tempo no qual transcorreram as mais intensas transformações urbanas. O segundo critério, dizia respeito à idade dos informantes: escolheu-se pessoas com 70 anos ou mais, pois puderam presenciar o crescimento urbano-industrial da cidade, assim como, as transformações ambientais ocorridas no rio do Monjolinho e, conseqüentemente, as mudanças nos diferentes usos desse importante recurso hídrico. O terceiro critério seria considerar, preferencialmente, informantes que tenham tido alguma ligação com o rio:

peessoas que, de alguma forma, faziam uso do rio, seja como trabalho, lazer, ou contemplação.

Dentre os critérios estabelecidos, a única exceção foi o Sr. José de Queiroz Matos que, na época da entrevista, estava com 69 anos. Essa exceção justifica-se pelo grande conhecimento que informante tem sobre o rio e a cidade.

Com esses critérios estabelecidos, partimos para a etapa de identificação dos informantes. Imaginava ser uma tarefa fácil, pois sendo eu são-carlense e de família antiga da cidade, poderia transitar entre os conhecidos, escolhidos por mim como informantes em potencial. No entanto, me surpreendeu a dificuldade em encontrar pessoas dispostas a conversar, com frases do tipo “eu acho que não sei nada sobre o rio”, criavam uma barreira impedindo qualquer tentativa de gravação. Com as pessoas que conseguimos vencer essa barreira, a frase usual modificava-se para: “eu não sabia que conhecia tanta coisa sobre o rio”.

Outro fator contrário à expectativa dessa investigação foi a morte de possíveis informantes. Os conhecidos da família já haviam morrido ou estavam em avançada idade, doentes, o que impossibilitou ou dificultou o nosso acesso.

Diante desses fatores considerados, a princípio, negativos, espalhei entre os amigos que estava à procura de velhos informantes. Dessa forma, acabei por conseguir valiosos relatos de pessoas a que, provavelmente, eu não teria acesso.

Logo, a dificuldade foi transformada em um fator positivo, pois obtive um quadro de informantes completamente heterogêneo em termos de inserção social, profissional e educacional, o que provavelmente não ocorreria se eu permeasse somente entre os conhecidos antigos de minha família.

Com referência ao número de entrevistados (Fig. 2), definimos colher relatos até que a amostra se esgotasse, isto é, até as informações passarem a ser repetitivas, o que aconteceu a partir do sexto entrevistado.

Partindo para o trabalho de campo, lançamos mão da técnica de depoimento, por ser a que melhor se adequava aos objetivos dessa pesquisa. Segundo QUEIROZ (1987) no depoimento a entrevista é dirigida diretamente pelo pesquisador podendo, no seu decorrer, atuar de maneira direta ou indireta, tendo sob controle o seu objetivo. Nessa

técnica, das experiências vividas pelo informante, o mais importante são os acontecimentos ligados ao objeto da pesquisa e a escolha destes é efetuada unicamente sob esse critério.

Entretanto, a partir da primeira entrevista e no decorrer das demais, os informantes, invariavelmente, acabavam falando da própria vida. Passamos então a pedir para os velhos falarem de suas experiências, da cidade e do rio.

As lembranças sobre a cidade da infância, juventude e maturidade desses velhos acabavam por interligar o rio com a história de cada um deles e da cidade. Enfim, acabamos não por colher depoimentos, mas histórias de vida. Reconhecemos assim, que o rio do Monjolinho faz parte da vida dessas pessoas e da cidade.

Pelas circunstâncias apresentadas, esse trabalho desviou-se do depoimento para a história de vida. A diferença entre essas duas técnicas é que a primeira se restringe ao relato de um tema vivido pelo entrevistado e a segunda abrange um relato de vida. Todavia, essa linha de diferença torna-se muito tênue, pois relatar a própria vida é relatar os lugares onde se viveu. Por conta disso, a história de vida acaba por abarcar o depoimento sobre o rio e a cidade de forma mais completa, mais entrelaçada.

As entrevistas foram todas gravadas e transcritas em seguida. Houve mais de uma situação em que algum entrevistado pediu que não fosse transcrita parte de suas falas, por se tratar de questão muito íntima, ou fatos delicados que envolviam famílias ainda residentes na cidade, no qual foi prontamente atendido.

Algumas informações muito particulares sobre a cidade como pontos específicos, locais de encontro, nome de pessoas já desaparecidas, ou os quais poderiam ser desconhecidos do leitor, foram identificadas entre “colchetes”. Como também informações de mudanças abruptas de assunto ocorridas no decorrer do relato, ou esclarecimentos que julgamos necessários. Alguns dos pontos e/ou locais mencionados nos relatos podem ser localizados no Mapa da Bacia Hidrográfica do rio do Monjolinho (Fig. 23, p. 109), situado no final desse Capítulo.

Salientamos que, excetuando-se os trabalhos específicos de limnologia, não foram encontradas informações diretas sobre o rio do Monjolinho nos livros, almanaques e jornais pesquisados; apenas são recuperados nas histórias de vida desses entrevistados.

Cabe aqui um último esclarecimento, o de que os entrevistados relatam fatos que remetem à sua infância e adolescência. Logo, estes recaem, em sua maioria, a partir da segunda metade da década de 1920.

N.º	Nome	Idade	Situação		Ocupação	Origem
			Civil	Moradia		
01	Prof. Tolentino	85 anos	Casado	Com a esposa	Professor aposentado	São-carlense
02	Sr. José	70 anos	Casado	Com a família	Pintor aposentado	Baiano ³
03	D. Carmen	72 anos	Viúva	Com a filha	Dona de casa	São-carlense
04	Sr. Luis	74 anos	Solteiro	Com os irmãos	Lavrador	São-carlense
05	Dr. Hugo	74 anos	Viúvo	Com a filha	Advogado aposentado	Carioca ⁴
06	Dr. Décio	71 anos	Casado	Com a esposa	Agrônomo	São-carlense

Fig. 2 – Quadro dos entrevistados

³ Veio para São Carlos aos 03 anos de idade.

⁴ Veio para São Carlos aos 08 anos de idade.

Memórias

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,

Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia

Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.

(Fernando Pessoa)

A memória destes velhos é a essência do meu trabalho. Suas lembranças compõem um quadro pintado a várias mãos e cada uma delas carrega um traço diferente e particular da história do rio do Monjolinho e da cidade. Essas memórias falam de um rio belo e vivo, participe de suas vidas, seja no lazer, no trabalho, num momento contemplativo. Hoje, no entanto, eles, tristemente, vêem o rio feio e morto, recebendo a indiferença dos olhares de quem por ele passa.

Esse olhar que ora se debruça sobre a nossa história pode permitir enxergar esse rio perdido. Re-conhecendo-o, talvez, também possamos dizer que o rio do Monjolinho é o rio mais belo porque é o rio da minha cidade.

Na sequência, apresentaremos o retrato da paisagem do rio do Monjolinho capturado pelos jovens olhares destes velhos cidadãos, olhares guardados na memória. Nessas memórias pintam um rio que já não existe mais e, depois dessa “re-visita”, fica ainda mais triste a tristeza que dá quando hoje olhamos para ele.

Cabe aqui ressaltar que, reafirmando nossa intenção de valorizar o conhecimento dos mesmos, os relatos estão reproduzidos na íntegra. Por isso, abarcam histórias do rio, da cidade, das pessoas, de si mesmo, enfim, histórias de vida.

Seguindo cada um dos relatos uma breve consideração nossa, a qual desdobrar-se-á numa reflexão mais ampla no capítulo seguinte.

Relato do Professor Mario Tolentino

“Eu sou Mario Tolentino e atualmente sou professor aposentado da Universidade Federal, onde trabalhei no departamento de Química por mais de 20 anos. Fui professor do Álvaro Guião, durante muitos anos. Nasci no dia 13 de janeiro de 1915, tenho, portanto, 85 anos. Meu pai era de origem mineira e minha mãe de origem alemã. Sou casado com Jô Casale Tolentino, tenho 3 filhos, 5 netos e 1 bisneto.

(...), hoje São Carlos tem um abastecimento de água muito bom. O serviço de esgoto deixa um pouco a desejar, porque já era tempo de São Carlos ter um serviço de tratamento de esgoto. Hoje o esgoto é todo lançado “in natura” lá no Monjolinho, antigamente era lançado aqui no Gregório [mora perto do Córrego do Gregório]. Havia aqui no Gregório, aonde é o SESC, uns filtros (Fig.24). Era uma chácara da Prefeitura que tinha uns tanques de decantação, aonde o esgoto da cidade ia para lá, lá ele era decantado, oxigenado e depois ele era lançado no rio, já numa taxa bem pequena de produtos suspensos e eram os chamados filtros. Era um tratamento de esgoto, sistema mais ou menos primitivo, mas que funcionava. Depois, com o crescimento da cidade, deixou de funcionar, porque não tinha mais capacidade para tratar todo o esgoto da cidade.

O encarregado da chácara dos filtros, como chamava naquela época, era compadre do meu avô. Meu avô ia visitá-lo e eu ia com ele, ia espiar os filtros mal cheirosos. E hoje é lançado “in natura” na parte baixa do Monjolinho.

[Sobre interesse da cidade em fazer outro tipo de tratamento de esgoto, já que os filtros perderam a capacidade] Não. A população não se toca por isso, normalmente a população não se incomoda com isso. Agora, os políticos não se interessam, porque é uma obra que fica enterrada, ninguém quer ver, então os políticos não se interessam.

Fig. 3 – Professor Tolentino

Fig. 4 – Local anteriormente ocupado pela Chácara Mattos.

cachoeira bonita, a gente ia passear lá. [sobre o esgoto na cachoeira] Agora acho que ela limpou de novo, porque o esgoto está sendo lançado à jusante dela, eu acho que ela limpou. Porque agora o esgoto é sendo lançado adiante da usina, na baixada do Monjolinho (Fig. 24).

O Monjolinho ali atinge uma planície, planície de inundação muito grande, depois ele vai num curso mais ou menos reto até o Jacaré [está se referindo ao Rio Jacaré-Guaçu]. Sempre sobre o basalto, ele corre sobre o basalto. Aquela cachoeira deve estar limpa, porque não tem mais esgoto, a não ser esgoto clandestino. Eu desconfio que o esgoto do Tijuco Preto, o emissário do Tijuco Preto, está sendo lançado no Monjolinho. Ali, quando a gente passa ali, naquela baixada no Monjolinho, como quem vai para aqueles bairros a oeste, sente um cheiro forte ainda lá, eu desconfio que o Tijuco Preto ainda está lançando. [sobre o volume d'água da cachoeira] Era mais impressionável pela altura do que pelo volume, deve ter uns 20 metros. Ali você vê bem os derrames de basalto, são dois lados, lá você tem dois derrames de basalto sobrepostos um ao outro, você vê bem isso lá na cachoeira. Na cachoeira e no canal que levava água para a usina, é um lugar muito bonito. Ali é um anfiteatro de erosão, na descida do planalto de São Carlos, é um ponto que podia ser explorado para turismo.

Mas o Monjolinho drena uma bacia regularmente grande, se bem que ele deve levar muita água com essa impermeabilização do solo urbano, deve aumentar muito

O Monjolinho foi um rio que no começo ele servia muito para lazer, quando as suas águas eram limpas ainda. Ali, atrás da Santa Casa, ele passa lá no fundo, lá atrás da Santa Casa era uma fazenda, uma chácara, chácara do Matos (Fig.24). Inclusive existia uma mata, uma mata ciliar, uma mata grande com muitos pinheiros, araucárias nativas. E a gente ia nadar no rio, a água era limpa, a gente era molecada né, ia nadar no rio.

A gente ia nadar na tomada de água da Usina do Louis Partel, tem uma hidroelétrica lá, tem uma

Fig 5 – Vista da cachoeira da Usina Louis Partel.

quando chove. A gente tem visto aí no Gregório o resultado da impermeabilização do solo [refere-se às enchentes].

Pesca tinha, pescava-se principalmente no médio e alto Monjolinho. Eu tinha um empregado, eu tinha uma chácara lá naquele lado, ele pescava muito e caçava capivara. Tinha mata ciliar regular.

[Sobre urbanização] No Monjolinho é recente, a cidade avançou para o Monjolinho recentemente, principalmente depois que a Universidade [refere-se a USP] foi para lá, então começou a fazer aqueles loteamentos além Monjolinho. As transformações no Monjolinho foram causadas pela urbanização.

As únicas indústrias que poluíram e, talvez, estejam poluindo ainda, foram os curtumes. Mas um curtume grande, que era do meu cunhado inclusive, que existia ali perto da Universidade [refere-se a UFSCar] fechou, está desativado já faz uns dois anos. Aquele curtume perto da USP funciona ainda, despeja tudo no Monjolinho. E tinha um curtume aqui para baixo, esse já foi desativado faz muitos anos. Tinha um no Tijuco Preto depois foi desativado também faz muitos anos. Aqui em São Carlos tem um curtume funcionando, aquele perto da USP. O volume de água que usa no curtume é muito grande, eles devem usar água de poço, a água do Monjolinho não serve para ser utilizada.

[Sobre animais que freqüentavam o rio] Que eu me lembro naquela área do Monjolinho [refere-se a área na UFSCar], aquele – como é que chama aquele animal que tem o rabo cumprido, que come peixe – ele é... meu Deus do céu a memória me falhou, entra na água para comer peixe, lontra, tinha lontra também. Eu sei porque eu tive uma chácara naquela área e eu fiz um tanque para criar carpas e as lontras me acabaram com as carpas.

A chácara era ali perto da Universidade, a chácara era mais para lazer, tinha galinha, tinha criação de porcos. Tinha mata, mas não era no Monjolinho, era no afluente do Monjolinho. O Monjolinho era divisa da chácara, divisa com o que mais tarde se tornou a Universidade Federal. (...) Lá era muito bonito, mas a terra era muito ruim.

[Sobre a mancha de terra roxa] É na Babilônia e aqui em baixo, no baixo Monjolinho, depois do salto, aqui a terra é muito boa também, terra roxa, depois da usina.

O Monjolinho é um rio que a parte, o alto Monjolinho, o médio Monjolinho, está em cima do Planalto São Carlos. Depois ele desce o planalto naquele salto da usina, daí ele corre paralelo a beirada do planalto São Carlos. Mas na baixada já, então alguns afluentes dele descem ali né, do planalto o Água Fria, Água Quente é um afluente mais aqui, logo na descida.

É o mal da cidade que cresce sem planejamento. São Carlos teve já um planejamento urbano muito bom, no tempo do Prefeito Lobbe [refere-se à década de 60], ele montou um escritório técnico e a esse escritório veio um arquiteto e fez um planejamento para a cidade, um planejamento muito bonito. Mas você sabe, todo planejamento traz restrições, por exemplo, os loteamentos precisam ser aprovados, precisam passar pelo escritório técnico. Então logo que o Lobbe faleceu, eles desativaram completamente o escritório técnico.

[Implantação do plano] Começou sim. Veio um rapaz de São Paulo para fazer o planejamento da cidade. Houve um curso aqui em São Carlos sobre planejamento urbano para vereadores, pessoas interessadas e como resultado desse curso nasceu um movimento dentro da própria Prefeitura para haver um projeto urbano. Por exemplo, uma das obras que foi resultado desse planejamento foi o jardim da Igreja *[refere-se a Catedral]*, o jardim da Igreja era bem diferente do que é, ele foi feito nessa época por esse arquiteto que veio. Você vê que essa praça da Igreja aqui, do largo da Igreja é um estilo de praça muito moderno, bem feito, bem planejado.

[Sobre a praça em frente a Catedral] Era um jardim público, sempre foi um jardim público, era cercado, tinha grade, mas era jardim público. O jardim do palácio do Conde *[refere-se ao prédio restaurado que hoje abriga a Prefeitura Municipal]*, era do lado, do Laboratório Adolfo Lutz. Ali era o jardim da casa do Conde, que emendava com o jardim de um casarão que existia onde é o prédio do Fórum. Havia um casarão grande ali, casarão Matos, da família Matos, era do velho Matos, dono da chácara.

É. O Monjolinho contornava a cidade *[refere-se até a década de 1940]*. *[sobre o loteamento após a USP]* Aquele é o mais antigo que passou o Monjolinho é ali, ele tinha um apelido, era "Omo Total". O apelido dele era "Omo Total", porque as casas eram todas branquinhas, então o apelido aqui na cidade era "Omo Total". Aquele ali depois da USP, quando o Monjolinho passa ali, aquele é o mais antigo que ultrapassou o Monjolinho. Ali havia até uma captação de água, uma parte da água que era captada para a cidade que foi depois abandonada. Foi no Lobbe também. Quando o Lobbe foi prefeito, eu fui com o Prefeito Lobbe, que era muito meu amigo, ver essa água que ele ia captar que era um afluente do Monjolinho *[refere-se ao Córrego Santa Maria Madalena e também conhecido como Córrego do Galdino]*. E ali aonde é aquele bairro era plantação de tomate *[refere-se ao Jardim Bandeirantes e Santa Marta]*, aquele bairro é depois da administração Lobbe, ali era zona rural (Fig. 24).

A mata ciliar do Monjolinho desapareceu há muito tempo, foi retirada para agricultura. Ali na Universidade *[refere-se a UFSCar]* por exemplo, o Monjolinho já não tem mais mata ciliar há muitos anos, ali seria uma parte mais distante da cidade. *[sobre a época da retirada da mata ciliar]* Eu acho que quando começou a expansão urbana de São Carlos, com a cultura do café, acho que nessa época do Monjolinho já estava desbravado.

A beira do Monjolinho havia muita chácara de japoneses, plantavam verduras *[refere-se ao rio do Monjolinho na altura da USP]*. *[sobre as poucas pessoas viram a mata ciliar do Monjolinho]* Poucas, poucas pessoas, essa mata ciliar que tinha aqui atrás da Santa Casa, as araucárias, isso aí desapareceu faz muito tempo. Eu vi essa mata quando eu era moleque, quando eu atingi os 18 já não tinha mais. Quando a cidade expandiu-se para trás, lá na Santa Casa que abriram aqueles bairros, já tudo isso foi destruído. Havia um restinho de mata para o lado de lá do rio, que depois foi destruído e plantado pinheiro, que agora é da Castell *[refere-se a Faber Castell]*. É um reflorestamento ali, ali onde é aquele reflorestamento era tudo mata. Eu estou com 85 anos, faz uns 70 anos que não tem mais mata. Todo o rio foi desbravado para agricultura, depois que chegou a urbanização. A parte de urbanização vem depois da parte de chácara, aqui nessa região principalmente, foram que serviram de núcleo de urbanização *[refere-se à região do Córrego do Gregório]*. É o que a gente chama de

cinturão verde, o grande vilão foi a agricultura, a agricultura de hortaliças. [sobre a agricultura ser a responsável do desmatamento] É e não é, porque a agricultura era para abastecer a cidade, a medida que a agricultura ia perdendo o impulso, as terras iam ficando cansadas, as pessoas que cuidavam iam envelhecendo etc. Eles loteavam as chácaras, sem o menor cuidado, era isso que o plano diretor queria evitar.

A urbanização, onde a gente ia nadar hoje é casa, hoje é território urbano. A água era limpa, você pescava, hoje nem pensar, o Monjolinho hoje nessa área urbana, aqui perto do shopping, tá uma coisa, vou usar uma expressão mais forte, está nojenta.

[Sobre as mudanças na paisagem] Foi, foi rápida. O que você pode dizer que ocorreu transformação, 20 anos. A urbanização se aproximou muito do rio, o rio se incorporou a paisagem urbana.

[Sobre voltar aos lugares freqüentados antigamente] Não. Depois que eu saí de São Carlos e fiquei um tempo fora... e hoje minhas pernas não ajudam mais."

Considerações acerca do relato do Professor Mario Tolentino

Segundo o Prof. Tolentino os principais usos relacionados com o rio do Monjolinho pelo eram o lazer e a pesca, usos estes perdidos devido ao intenso processo de degradação e deterioração sofridos pelo rio durante o rápido crescimento urbano-industrial da cidade, mais especificamente a partir da década de 1940. Esse desenvolvimento ocasionou o aumento de dejetos lançados no rio, impossibilitando a sua utilização para os usos tradicionais. Atualmente constatamos que o uso relacionado ao rio do Monjolinho é o de receptor e condutor de esgoto urbano-industrial da cidade.

Os usos que se faziam da paisagem próxima ao rio também sofreram modificações, principalmente no que tange à região noroeste. Essa região da cidade, até a década de 1960, era ocupada pelo cinturão verde responsável pelo abastecimento da cidade. De acordo com o Prof. Tolentino, em virtude do esgotamento do solo e da falta de incentivo a esses produtores, o referido uso foi substituído pelo loteamento e, conseqüentemente, pela urbanização. Esse processo acabou por suprir à carência de moradias requisitadas pela população oriunda do campo e migrantes, ambos mão de obra para a indústria são-carlense.

Com esse relato podemos constatar que os usos do rio e de sua paisagem se sucedem. A cidade tem o poder de promover a extinção, as mudanças e a criação de novos usos.

Conforme podemos observar, o Professor Tolentino aborda o rio do Monjolinho e sua paisagem com olhar de um cientista, pois como professor universitário por mais de 20 anos percorria o rio frequentemente, a fim de promover suas pesquisas e de seus alunos. Assim, sua inserção social permite que seu relato seja rico em informações comprovadas ou discutidas pelo saber científico.

Historicamente, podemos localizar suas memórias mais marcantes da infância e adolescência entre as décadas de 1925 e 1935, fase em que o rio ainda era “distante” do núcleo urbano, por isso, suas aventuras se passam em um rio limpo e piscoso. Além disso, sempre residiu no centro da cidade, local bem servido de toda a infra-estrutura urbana disponível na época e locomovia-se ao rio somente para encontrar seus amigos e nadar.

Pelas inserções social, histórica e geográfica, o Professor Tolentino tem uma ligação e percepção acerca do rio fundamentadas na ciência. O que não impede que possua um sentimento de tristeza quando vê o rio em seu estado atual, ao contrário, o seu conhecimento científico o torna ainda mais crítico e pesaroso.

Relato do Sr. José de Queiroz Matos

“Eu tinha seis filhos, morreu um ficaram cinco, 12 netos e dois bisnetos. Eu nasci em 1931, estou com 69 anos. Profissão minha é pintor mesmo e agricultor, trabalhei muitos anos na lavoura. Mas eu não sou de São Carlos, eu vim para cá com poucos anos de idade, eu nasci no estado da Bahia, eu vim com 3 anos de idade. Eu sou filho da burguesia da Bahia, filho dos coronéis e tenho os documentos tudo aí (...).

Fui adotado quando nasci, fui adotado com 600 alqueires de terra e treze casas na cidade, quando eu nasci. Porque o meu pai era filho de uma índia e o pai do meu pai era um português e ele não podia ter meu pai porque ele era casado. Então ele deu meu pai para um outro português, para esse português adotar meu pai. Esse português pegou e estudou meu pai, meu pai foi até bacharel. Mas depois meu pai era muito farrista, ele ficou com medo de meu pai acabar com tudo que ele tinha, então ele passou tudo que ele tinha para o meu nome quando eu nasci. (...) E aí colocaram o nome em mim de José Francisco da Cunha, porque o homem chamava Guilherme Antonio da Cunha. Aí aconteceu o seguinte, que ele passou tudo no meu nome como José Francisco da Cunha. (...) O velho faleceu e meu pai começou gastar o dinheiro da velha. A velha era muito esperta e expulsou meu pai da fazenda. A gente morava na cidade né, mas meu pai tomava conta da fazenda.

Aí meu pai ficou com raiva, pegou um dinheiro da velha e arrumou um povão para trazer para o estado de São Paulo. Ele pensou que vinha para cá e ia ganhar bastante dinheiro com o pessoal que vinha de lá. Então ele trouxe tudo por conta dele e ele de noite me roubou da velha, eu era filho adotivo da velha e veio embora. A velha [pausa], a velha ficou doente e veio a falecer por causa disso.

(...) aí vai e morre o meu avô verdadeiro – José de Queiroz Matos, bilionário também, rico para caramba, foi prefeito da cidade três vezes, de Macaúbas, (...). Morreu meu avô verdadeiro e deixou 15 fazendas. Aí escreveram para o meu pai que o velho tinha morrido, aí meu pai mais que depressa foi para lá. (...), eu fiquei aqui, eu fiquei aqui que eu trabalhava na Prefeitura e fiquei aqui, naquele tempo eu tinha 30 anos.

(...) e aconteceu que meu pai de lá foi cuidar das minhas coisas, na outra cidade, que eu deixei lá né. Chegou lá, achou tudo grilado, (...). [fala dos grileiros]: - para nós saí daqui vai ser duro, tem que pagar tudo que nós fizemos aqui. Nós não vamos sair não, porque isso aqui é certo que é do José Francisco da Cunha, mas acontece o seguinte, que esse José Francisco da Cunha foi embora e não volto mais (...).

Fig. 6 – Sr. José

(...) eu voltei lá estava tudo grilado, eles me trataram muito bem lá, comi e bebi na casa deles e eles disseram assim: - eu sei que a terra é sua, mas felizmente nos temo mais direito (pausa), porque os nossos pais morreram aqui, (...).

(...) e outra coisa, o meu pai passou no cartório e me registrou de novo, como José de Queiroz Matos. Eu estava com dois registros, então já ficava mais difícil, porque eu tinha tirado todos meus documentos aqui como José de Queiroz Matos e meu nome lá era José Francisco da Cunha, compreendeu? (...), então ia ficar muito caro e não compensava, muito longe, então eu deixei tudo para lá.

E meu pai ficou na fazenda dele, (...) e aí meu pai faliu, (...) e o banco tomou a fazenda do meu pai [risos]. De duas fortunas eu fiquei sem nenhuma.

[Sobre o local onde mora – Jardim Bandeirantes, região do rio do Monjolinho perto da USP] Aqui eu tenho mais de 30 anos aqui (Fig. 24). Nessa casa mais de 35 anos, olha o tamanho dessa árvore, quem plantou essa árvore morreu, morreu de desastre, filho meu, se chamava Josué, morreu de desastre.

É, isso aqui é grande viu, é uma chacinha aqui, vai lá para o fundo, é grande aqui para caramba. E o pessoal que vem para comprar de mim? Quase todo mês tem gente aqui querendo comprar. Mas eu não vendo, é dos meus filhos né, (...).

Eu só sei dizer que eu sofri para caramba, não foi fácil não. (...), me deu um começo de enfarte, quebrei a perna, levei 3 parafusos. Mas o pessoal veio aqui me visitar, muita gente boa sabe, tem muita gente que me ajudou. (...). E de natal, encheram minha casa de comida, é, pessoal meus amigos né, eram poucos, dos milhões de amigos que eu tenho eram poucos, (...) tinha gente até de outra religião aí, que não gosta de religião nenhuma, mas cooperou comigo né. São pouco, mas é pouquíssimo mesmo. Amigo meu que ganhava quadro meu, pintei quadro para muitos amigos, tenho quadro para caramba aí para cidade, (...).

Outro dia eu fui na casa de um amigo aí, tinha um “puta” de um “quadrão” na parede, ele falou quadro bonito e eu falei é bonito mesmo. Bonito quadro Zé? Eu falei, bonito. Quer comprar ele? Estou vendendo. Eu falei assim, não quero quadro não, eu também sou pintor. Mas achei bonito, o cara tem um estilo quase igual ao meu. Ele falou, “pô” foi você mesmo quem fez. [risos]. Eu tinha esquecido, fazia quase uns 20 anos que eu tinha feito, pensou?

Sabe, eu desenhava a molecada na porta das escolas, então os moleques levavam para casa e tem gente que tem até hoje por aí as fotografias que eu fazia a lápis.

Aqui não existia, aqui Jardim Bandeirantes, aqui era um campo (Fig. 24). Olha lá as árvores que tinha aqui, era cerrado. Tinha um cerrado muito grande aqui sabe e nós

Fig. 7 – Local anteriormente ocupado pelo cerrado

vinhamos aqui treinar tiro, dar tiro ao alvo. Eu tinha uma carabina, eu vinha aqui treinar, eu era bom na carabina. E cacei muito tatu aqui, lebre, capivara aqui por esses brejos, veado, jacaré.

[Lembranças sobre a cidade] São Carlos era calçado de pedra, as pedras compridas chamadas paralelepípedo. O mercado era para cima do rio [refere-se ao Córrego do Gregório]. Ali tinha um barracão, ali era o mercado e então as pessoas jogavam as coisas no rio e o rio levava embora, o rio era o esgoto dali (Fig. 24).

Ali na frente do mercado a cada distância tinha um poste e cada poste era cheio de argola, para amarrar os cavalos. Era cavalo menina e aquelas carroça, blá, blá, blá... [faz som com a boca], roda de ferro, trole de quatro rodas. E tinha trole bacana dos fazendeiros. Fazia até casamento, “botava” a noiva ali, ficava bonito e as latas rodando atrás e a turma gritava – viva a noiva. [referindo-se à idade dele na época] Já era mocinho, 16, 17 anos.

E os “caras” que negociavam cavalo, o negócio aqui era cavalo e boi, no mercado. E caboclo que tinha, tinha muito índio, caboclo, mestiço né, da região aqui mesmo. Agora acabou, morreram, ficaram velhos, vai refinando. Tinha caboclo para caramba. Os “caras” falavam tudo cumprido, era oito, falavam “oiito”, “dezoito”, tudo caboclo. Tinha muito escravo, “dava” aqueles caboclão do cabelo meio do lado, bigode meio arrepiado né, eles eram “brabos”.

Aquele tempo a polícia era vestida de amarelo, era uma farda de colote, que nem aqueles “cowboy” dos Estados Unidos que anda a cavalo. E tinham umas polainas cumpridas e tinham uma espada que vinha até o calcanhar quase. Quando o camarada bancava o “besta”, eles arrancavam aquela espada e metia no meio das costas, “fiau” [faz som com a boca], “nego” se mandava. Se o “cara” enfrentasse eles espetavam, não podia enfrentar não, (...).

Ninguém matava ninguém, você ia na cadeia tinha um, dois, era difícil. Não tinha briga, aquela época brigava na mão, era tapa, pé de ouvido, separava acabou, não tinha gangue, não tinha nada disso. A única coisa que você tinha medo era de baiano, hum, a gente era respeitado, porque todas coisas eram os baianos que faziam. Era mentira, porque tinha o mineiro, tinha o alagoano, o sergipano que são piores que o baiano. Tinha o paraibano que é triste - do olho amarelo, paraibano do olho amarelo é o pior que tem. Mais colocava a culpa toda no coitado do baiano, (...).

(...) Não era igual hoje, hoje a “turma” mata por matar né, o que matava aqui era gente de fora mesmo, era lá do norte, porque o paulista não matava ninguém não. O italiano não matava nem mosquito, tinha medo de briga, a “italianada” corria tudo –

baiano está matando ali, baiano está brigando, pelo amor de “dio”, sai fora, corre dentro de casa que baiano dá tiro – era nada, eles tinham medo de baiano, (...)

[Sobre a região de sua casa] Tinha um brejo... caçava. Aí passa um córrego pequeno aqui atrás e lá tem outro córrego que chama rio São Francisco, para o lado de lá, que cai no Monjolinho.

Esse rio Monjolinho é formado por diversas nascentes. Nós temos uma nascente que vem daqui de cima, nasce ali para cima do asfalto, lá no retiro. E tem outro que vem da Federal sabe e tem outro que vem lá de cima do Tangará desce aqui e cruza aqui, eles são “ramários” né, cai tudo aqui.

A descarga aqui é tão feia que um “cara” há uns anos atrás foi daqui mais ou menos mais de 20 quilômetros, o “cara” pescou lá, trouxe uns bagres, você acredita que os bagres tinham na barriga, esparadrapo. Você vê que os bichos comem e tem gente que os comem também, isso faz mal né, está tudo poluído.

Aqui, eu pescava ali quando era moleque com peneira nós pegávamos os peixinhos e foi quando eu fiz esse poema né [referindo-se ao poema a seguir que fez para o rio].

RIO MONJOLINHO

*Quando eu era criança
No rio Monjolim eu tomava banho
De lá comi seus peixinhos
Bebi água potável e dei a
Todo meu rebanho*

*Agora que estou ficando velho
Meu coração não agüenta mais
Ai meu Deus do céu
Que saudade que tenho do rio
Monjolim há 50 anos atrás*

*Prá onde foi nossa fauna
Com todos manguesais
Onde está a nossa nascente
Com a água potável, cristalina e mineral*

*Prá onde foram os passarinhos
Com os insetos e todos animais
Por causa da poluição todos pereceram
Já não existem mais*

*Agora que estou ficando velho
Meu coração não agüenta mais*

*Eu convido quem trabalha
Com a cabeça e com as mãos
Quem transforma força e fruto
Sem direito na produção*

*Unindo seus valores
Lutando por toda direção
Para salvar a nossa terra
E o rio Monjolim
Do poluidor e da maldita poluição*

*Agora que estou ficando velho
Meu coração não agüenta mais...*

Fig. 8 – Poema feito pelo Sr. José Baiano em homenagem ao rio do Monjolinho

É, aí embaixo [refere-se ao local perto do Curtume Monterosa, em frente à USP] (Fig. 24), eu pescava, esse é o Monjolinho, pescava de peneira aí. Pegava cobra na peneira, cada “puta cobrona”, uma vez eu pisei numa jaracuçu ela enrolou na minha perna.

Então, tinha muito bicho aí né. Ah, tinha. Aqui no Monjolinho, aqui mesmo tinha muito guará. Um dia eu fui para Bahia, o guará entro para comer as galinhas aí, a mulher espantou com ele né. O vizinho, pegou a mão num pau e saiu correndo atrás dele e disse que ele arrepiou tudo para pegar o vizinho né e o vizinho pegou e saiu com ele embora. Mais é bonito não? O guará é lindo, êh bicho bonito né. E aqui tem muito cachorro do mato, ainda tem aqui.

Vou te mostrar a fotografia do porco espinho que apareceu aqui. Ele veio aqui, andou, subiu nessa árvore aqui. É o porco espinho que tem focinho de porco, não é ouriço, mas tem espinho igual ouriço. E ele ficou aqui, olha, dois dias aqui, aí nesse pé de jatobá, comendo folha de jatobá, era bonito. (...). Tinha “gente” que queria matar ele, eu falei: - não mexe com o bicho que eu chamo a polícia hein. Não pode matar bicho, né.

Mais aqui, tem uma matinha perto de casa aí, que tem bastante passarinho, tem uns passarinhos bonitos. Nós temos sabiá aqui que 4 horas da manhã começa a cantar. Faz um barulhão aqui, sobe aqui em cima e fica, [imita som do pássaro], um canta para cá, outro canta para lá, é bonito, né.

Tem aqui também “três pote”, uma saracura grande assim, chama “três pote”, ela fala – “três pote... três pote” [imitando o canto]. Canta de noite, você está dormindo elas cantam aí no brejo, é uma galinha d’água, né.

Aqui ninguém mata mais nada, primeiro o pessoal matava tatu, agora tatu pode anda aí. Outro dia a minha filha vinha vindo da fábrica e trouxe um tatu, (...), estava gordo, o pessoal está começando a se conscientizar, né.

Mas primeiro eu mesmo matava, eu caçava de flecha aqui, metia flecha aqui oh, coelho passava assim. Um dia, aqui tinha um campo de bola e nós estávamos no campo de bola e eu estava com meu arco e flecha lá. E aconteceu o seguinte, o pessoal falou: - seu Zé vem vindo umas pombas lá. Tinha quatro pombas voando. Olha menina, eu atirei no meio, num atirei para acertar nenhuma, pegou numa, pegou mais no peito, a pomba caiu no meio do campo. Ah, o pessoal bateu palma, fiquei famoso, até hoje estou famoso. Pecado né, aí comi ela ainda.

Um dia eu dei uma flechada numa pomba aqui, daquele dia para cá nunca mais matei uma pomba. A pomba deu uma volta com a flecha pendurada, sentou no chão assim e veio morrer no meu pé. Chegou no meu pé assim, soltando sangue pelo bico e morreu [faz som com a boca]: - Você me matou, eu vim morrer aqui no seu pé para você ver. Nunca mais. Eu fiquei uns par de dias sentimental né, não dormia de noite, parecia que eu via a pomba.

A vida para mim nunca foi fácil, aprendi a desenhar de noite, com lamparina. Quando eu acaba de desenhar, limpava o nariz, o nariz estava cheio de fumaça de querosene. E eu não tinha livro para desenhar, aproveitava da natureza assim. Fui lá em Araraquara e lá eu tive aula de Belas Artes, seis meses eu estudei lá e o homem lá gostava de mim para caramba, porque o serviço meu era aproveitado né, não era para joga fora.

Então lá eu aprendi só as medidas, as cores eu tinha tudo na cabeça. Sabe por quê? Eu sonho tudo colorido. A pessoa que sonha colorido pinta fácil. Se você vê preto e branco é difícil você ser pintor, mas se você sonha colorido, você mistura as cores facilmente.

Eu sonho com o céu como ele está assim, com essas árvores, com essas flores vermelhas, eu sonho natural, meu sonho é vivo, é por isso que eu pinto né. Eu tenho o matadouro que eu pintei aqui, faz mais de 30 anos, quase 40 anos. O matadouro era ali [onde hoje é a USP] (Fig. 24), era cheio de corvo, eles ficavam no matadouro esperando matar a vaca para eles comerem. E eu para o lado de cá, estava frio, estava até geando, fui lá e pintei o quadro.

[Sobre o Córrego Santa Maria Madalena, ou do Galdino, afluente do Rio do Monjolinho] (...). A turma vai lá pescar, meus moleques vão lá pescar, pegam bagre, pegam traíra, mais peixe pequeno né, tilápia, pegam até tilápia grande lá. (...).

Qualquer lugar do Monjolinho dava peixe. Ele era empoçado assim, cada distância ele empoçava, fazia como uma lagoa, mais para frente empoçava, mais para frente tornava a empoçar, então era naquela poça que a gente pescava, nadava também. Nós matávamos cobra, tinha cobra para caramba lá. E tinha muito bichinho aí né, como raposa, aquela raposa do campo. É aquela do rabo peludo, não é aquela do rabo pelado. Aquela do rabo peludo trata-se de gambá, mais não é o verdadeiro gambá, o gambá tem rabo peludo também.

Então matava-se muito aí cachorro do mato, esse cachorro do mato que se chama de raposa né, mais é bonito. Um policial desse tamanho assim, a pouco tempo tinha um couro de um aqui que eu achei morto que eu dei para o meu sobrinho.

Tinha esse bicho aí, raposa, capivara, veado tinha nesses campos aqui, chacú, seriema.

O que tinha muito aqui era perdiz. Sabe que quando eu era molecão elas cantavam aqui [imita o som]. Essas seriemas eu era rapazão, eu vinha aqui correr atrás delas com cachorro. Mais cachorro não pega elas não, elas correm no chão, é a mesma coisa que voar, ela corre 80/90km por hora, nem caminhão pega elas.

Aqui tinha nabu, codorna, coelho, furão, tatu galinha, tatu peba, aqui era rico de animais sabe. Eu mesmo matei muito tatu aqui. Depois fui conscientizando que os animais estavam acabando, a gente não come mais.

Então, aqui tinha muitos animais, gralha, tinha dois tipos de gralhas, aquela de cabeça azul e tinha uma outra gralha, aquela gralha do norte né, a gralha que tinha capa preta né [imita o som]. Aqui tinha muitos animais, ainda tem alguns.

Figura 9 – Região onde o rio formava poças, com mata ciliar. Do outro lado da rua localizava-se o Matadouro Municipal.

O córrego era cheio de mata, você para entrar no córrego tinha que pegar o facão e abrir. Árvore grande, tinha cedro, paineira, lá embaixo perto do Cristo [refere-se ao local perto do shopping] tinha muita paineira (Fig. 24).

Às vezes a gente ia lá apanhar aquelas bolotas, meu braço doía de tanto jogar pedra. Nós queríamos derrubar aquilo, nós achávamos que aquilo era para comer, para cai no chão era difícil.

Aí um dia uma caiu no chão, corri lá, agora vou colocar para madurar [risos]. Aí trouxemos para casa, ela estourou e saiu paina de dentro, né e aí nós percebemos que não era de comer.

E ela voa sabe, tem uma semente redonda na paina, então o vento bate assim, a semente vai dentro da paina né e aí voa e vai cai longe que nem pipa, vai semear noutro lugar, você vê como é que é.

E tinha muito cedro na beira do rio, mais derrubaram né? Coqueiro, esse coquinho doce, tinha muito. Uma vez subi num coqueiro doce, cheguei lá em cima, quando coloquei a mão no cacho, menina, estava cheio de abelha. Me ferraram, eu fiquei doido lá em cima, as abelhas me pegando e eu escorregando para baixo e aquelas farpas me entrando para a barriga afora e na mão, eu cheguei em baixo estava tudo escalavrado, com a "cara" toda inchada de tanta picada de abelha.

Não era mata fechada mesmo, né mas era um mato na beira do rio que você precisava de facão para "modo" de você entrar no rio. Não era todo lugar que tinha acesso o rio né, tinha lugar que tinha cedro, era até bonito, né.

A gente gostava muito daquele..., o próprio pau era tão leve que você cortava um pau grosso assim e jogava dentro d'água e servia de bóia, ele não afundava, era um pau mole, chama sangue d'água, tinha muito, né. E tinha muita macaúva também, macaúva é um coqueiro.

[Sobre entorno do Córrego Santa Maria Madalena ou do Galdino]. Aqui nesse rio que desce aqui em cima, no Galdino, tinha uma colônia de japônês. Eles faziam horta ali e tinha um taboal muito grande. Não era taboa não, era... era como é que chama... taboca, era bambu, esses bambuzinho que baiano faz flauta, tinha um taboca que ia embora assim né.

Então eles desmataram tudo aquilo ali, fizeram horta, moraram muitos anos ali, trabalhei com eles. Depois foram estudando, um foi para São Paulo, outro foi para Tupã, outro foi para Marília plantar algodão.

Raio matava japonês, Nossa Senhora, matava de 4, 5 de uma vez. Mais dava raio nessa região, naquele tempo não tinha força elétrica quase... aqui dá muito raio, aqui quando dá chuva... não sei porque, né.

Aquela mata [refere-se a mata ciliar numa nascente perto de sua casa], era tudo aquela árvore lá, o trator arrancou um monte dessas árvores "pra modo" de fazer o loteamento sabe. Era uma quiçaça, quantas vezes nós viemos apanhar gabirola, às vezes topava com veado sabe, o veado saía correndo [imita som]. Nós gostávamos de ver, saía atolando. Tinha lobo, muitas vezes o lobo esteve aqui. Tinha jaguatirica.

[Sobre a época] Há faz tempo. Quando eu saía da Flor da Nata volta e meia eu via lobo, eu trabalhava de madrugada, saía de noite e topava com eles na estrada, eu metia o farol assim, bicho tinha uns olhos que iluminava, é grandão, é bonito né, mas é medroso né, ele corre da gente.

A gente lembra, era estrada boiadeira. Então eles desciam, ali a ponte [refere-se à ponte que cruza o Monjolinho, perto do Curtume Monterosa]. Era de madeira, mas tinha o lugar que eles desciam na água, faziam aquelas valas fundas e eles desciam na água.

Os bois não passavam na ponte, passavam por dentro da água, para beber a água, um pouco passava, um pouco bebia. Depois alguns esparramavam por aí, era duro para cercar. Para colocar no lugar, não era fácil não.

Tinha carro de boi, eles passavam aqui com carro de boi. Às vezes a minha mulher, a Maria, pegava a rabeira do carro de boi [imita o som que o carro faz]. Era bastante boi, era seis bois para puxar o carro, né. E colocava 48 balaio de milho, lembro como hoje. Ajudei a encher muito carro de boi com balaio de milho, 48 balaio vão e seis bois puxam, vão embora.

Geralmente os “caras” que andavam com carro de boi, vinham lá de Ibaté e traziam a viola, tinha hora que eles sentavam no carro de boi e tocavam viola, a molecada gostava, era bacana viu.

Às vezes tinha tropeiro que andava com a viola nas costas, passava aqui com tropa de burro sabe, as pessoas compravam burro. Muitas vezes meu pai comprava burro dos tropeiros e vendia para eles também né. Meu pai era arrendatário.

Então eles passavam aqui com a viola nas costas, cantavam para a turma né, tinham botina de couro, era bonito. Eu mesmo andei vestido de tropeiro né, eu era moço, queria imitar os tropeiros, né. Ia para os bailes com aquelas “cintonas” assim sabe, “revolvão”. Nos bailes da fazenda usava revolver, não matava ninguém, usava por usar, ninguém matava ninguém.

Tinha baile nessas fazendas por aí, fazia aqueles bailes. E a gente chegava ali naqueles bailes, o pessoal falava: - oh é o seguinte, vamos dançar aí, mais não vão me aprontar aqui. Vocês comem, vocês bebem. Tinha pipoca, tinha milho verde. Senão banana, laranja, mandioca, batata, assava naquelas fogueiras, né.

Eu gostava muito de soltar rojão, eu chegava e metia fogo nos rojões, a gente colocava mastro né, era uma festa.

Ninguém brigava, enchia a barriga, você ia para a festa para comer e beber, não era para pagar não, ninguém pagava nada.

Com o passar do tempo, apareceu a rosa, né. Arrematava a rosa e só dançava aquele que a gente queira, dali para cá é que começou a ter encrenca né, começaram as brigas. Os camaradas arrematavam a rosa e falavam: - Você não vai dançar, você não vai dançar, vai dançar fulano, beltrano e sicrano só e a rosa era cara. Os “caras” gastavam dinheiro para dar a rosa para uma moça, dançava só ele, a moça e quem ele queria, por isso é que tinha briga e aí ficou chato.

Aí inventaram a dança do chapéu, olha mas saía cada briga por causa da dança do chapéu, aí começou a violência.

Nós brigamos uma vez em uns dez, por causa de uma moça também, fizemos uma briga. Tinha uma moça com o nome de Dalvina, mora em Ibaté, agora está velha já, ela era bonita para “caramba”, todo mundo queria namorar ela, ela era mineira.

E tinha um cara, o cara mais feio da turma que ela gostava sabe, a gente não podia nem ver esse “cara” na frente, por causa da Dalvina. Um dia nos fizemos a dança do chapéu “pra modo” de ele não dançar com ela, quando ele tirava a gente colocava o

chapéu na cabeça dele e tirava a moça. Então ele não podia dançar com ela, então ele acho ruim, pegou o chapéu, jogou no chão e o pau quebrou. Entramos para a briga, foram uns 7, 8 tudo para a Santa Casa. Tudo por causa de uma mulher, já pensou? E a mulher foi dormir bem sossegada.

E por fim ela não casou com ninguém, ela casou com um cara estranho. Eu ajudava os outros porque eu tinha uma dor de cotovelo também né. Eu também gostava dela né e ajudava os outros a brigar.”

Considerações sobre o relato do Sr. José

Em seu relato o Sr. José nos informa que o rio sofreu um grande impacto pela ação antrópica. Relata as pescarias quando pegava peixe de peneira, nas poças formadas pelo rio. Retilinisado para dar passagem a ruas e calçadas o rio do Monjolinho perdeu o seu traçado original e os usos a ele agregados.

Também marcante no relato do Sr. José é a fala sobre a modificação e degradação pela qual passou a paisagem do local onde mora há mais de 30 anos. Anteriormente à década de 1960, essa área era ocupada pela formação de cerradão com sua variada fauna e flora endêmicas, todavia, hoje quase a sua totalidade está incorporada ao urbano; como também por chácaras produtoras de verduras e legumes. Esse era o local onde o Sr. José promovia suas caçadas de tatus, lebres e capivaras. No entanto, esses usos foram perdidos e totalmente modificados pelo crescimento da cidade, avançando no que antes era rural.

Conforme podemos constatar, o Sr. José olha para o rio do Monjolinho como um freqüentador diário de suas margens e entorno. Por sua inserção social como migrante que passou por um intenso processo empobrecimento, teve como opção de moradia uma área distante do núcleo urbano, ainda em processo de urbanização, sem a instalação da infra-estrutura necessária e próximo às margens do rio.

Suas memórias sobre o rio e sua paisagem podem ser historicamente situadas antes da urbanização mais intensa da região noroeste e nordeste da cidade, entre as décadas de 1940 e 1960.

Por sua localização privilegiada, no que diz respeito à proximidade do rio, nos proporciona um diagnóstico muito próximo das reais transformações por que passou esse recurso hídrico e sua paisagem.

As inserções social, histórica e geográfica, deu ao Sr. José uma percepção do rio e sua paisagem muito particular. A sua ligação com o lugar é muito forte. A história de sua vida é permeada pelas histórias que conta sobre o rio do Monjolinho. O rio era o local onde ele se inspirava para pintar seus quadros e para pescar um bom peixe. No cerrado ele caçava para comer, coisa que garante não voltar a fazer, pois se diz conscientizado da importância da preservação. Os usos perdidos desse recurso hídrico repercutem nesse velho freqüentador um pesar muito grande, sentia o rio do Monjolinho como o quintal de sua casa. Quintal que agora vê invadido pela urbanização, sujeira e mau cheiro.

Relato da Sra. Carmen da Silva Calijuri

"Nasci em 24 de fevereiro de 1926, tenho 72 anos, viúva.

O Santa Paula, que é para cima do curtume, era todo nosso, era tudo do meu pai. Lá tinha um rio que ele cedeu água para cidade, água potável [refere-se ao Bairro Santa Paula, ao Curtume Monterosa e ao Córrego Santa Maria Madalena ou do Galdino, respectivamente] (Fig. 24).

(...) parece que vão demolir. Nossa meu pai teve tanto tempo aquilo, desde 1939.

Eu morei lá dentro, meus filhos eram todos pequenos, a Carmo acho que tinha 4 anos. Era uma chácara ali, tinha a residência do curtume. Meu marido pegou a direção do curtume e nós moramos lá. A Célia tinha 2 anos, 2 anos e pouco. Nossa... tinha uma estradinha de terra, para chegar lá.

Atrás ali um pouco para cima era o matadouro [refere-se ao local onde hoje é a USP]. E depois ali ia tudo para o rio e a água ia para o Monjolinho. Era 1959, 1960 que depois eu vim para a cidade, lá era quase rural mesmo.

Não [refere-se a existência de mata ciliar], tinha um pouco de mato, mas não era muito não, não tinha aquela mata. Mas mesmo assim alguém ia lá tentar tomar banho no Monjolinho.

Tinha muita cobra lá, naquele lugar tinha muita cobra. De vez em quando, aparecia alguma raposa, algum bicho assim. Peixe, tinha algum lambari, alguma coisa assim, mas bastante peixe não. Era um rio muito estreito também, não era muito largo não. (...).

[Sobre a dificuldade para ir à cidade] (...), a gente tinha uma caminhonete lá, mas às vezes até para fazer compras eu vinha a pé, é longe. As beiradas da estrada era tudo pinhão. Era um pinhão venenoso que tinha,

Figura 11 - Curtume

acho que essa fruta até desapareceu viu, mas era assim, era tudo arame farpado né, que dividia.

[Sobre o curtume] Tinha a nossa casa e as casas dos funcionários. Ah, não mata assim, era tipo capoeira, aquele mato baixo né. Eu lembro quando ele inaugurou, foi o prefeito daqui.

Tinha sete ou oito, sempre foi uma cidade que tinha bastante curtume.

Fig. 10 – Sra. Carmen

Do rio que servia para eles né, o curtume ocupa muita água né, apesar que eles tinham um poço lá para utilizar a água. Mas a água que ficava lá naqueles tanques, ia tudo isso para o rio né, desaguava tudo no rio.

Eu estava sempre no curtume. (...). Depois, quando eu me casei, aí a gente mexeu muito com couro né, a gente inclusive tinha uma salgadeira. Sabe aonde é a fábrica de papelão? (...), aquilo era nosso, a gente tinha uma salgadeira, depois vendia para o curtume, é o processo antes dele chegar no curtume. Salga para ele não estragar, leva menos de 48 horas para ele estragar.

(...). Nossa, era uma fedentina que você não imagina, chega o couro no curtume, mesmo salgado ele fica um pouco na água, depois aí ele passa por um tamburão, depois eles vão descarnar, aquilo, aquela carnaça que sai do couro... (...).

[Sobre uso do rio para lazer] Ali onde tinha o curtume eu nunca vi.

Ali onde é a Santa Paula, eu lembro que meu pai tinha plantação de eucalipto (Fig. 24). Eu lembro quando chegava a hora de vender, porque quando chega a quatro ou cinco anos já pode cortar. Ele vendia para particulares, faziam cerca, mourão, uma porção de coisas. Depois ali ele arrendou, tinha um homem ali que plantava tomate, tipo chácara.

O que demorou para fazer aquela ponte [refere-se à ponte sobre o rio, na rua Miguel Petroni]. Era uma pinguela ali, a gente passava daquele jeito né, não tinha nem onde segurar. Carro não passava, tinha que dar a volta. Ali onde são os predinhos [refere-se aos prédios na esquina da rua Miguel Petroni], era tudo mato. Ali em volta era tudo mato. Cobra tinha muita, nossa quanta cobra eles matavam.

Inclusive uma vez eu levei um susto, não tinha telefone no curtume, precisava telefonar numa vizinha de frente que tinha. Eu ia para abrir a porteira, tinha uma cobra coral, gente mas eu dei um grito, correu todos os empregados do curtume para matar a bendita cobra. (...).

Depois tiraram essa ponte para fazer outra, aí tinha que dar a volta pela Chácara do Joinha, que tinha uma ponte.

Fig. 12 – Antiga captação de água no córrego do Galdino, hoje transformada em parquinho.

A água que era captada para abastecimento do município era dentro da propriedade do curtume, provavelmente era o Córrego do Galdino, era chamado Córrego da Bombinha.

O primeiro nome que o curtume tinha era Hispano Brasileiro, quando era do meu pai, ultimamente era Curtidora Monterosa.

Para você ver, se tinha um outro curtume um pouco para lá, não é muito longe do nosso, então ali já estava... já carregava bastante coisa

no rio. Eu vi muita gente nadando lá, tinha uns lugares que dava para dá umas brachadas.”

Considerações acerca do relato da Sra. Carmen

A relação da Sra. Carmen com o rio do Monjolinho é completamente diferente dos outros entrevistados. Para ela o uso agregado ao rio era suprir as necessidades imediatas de seu empreendimento, isto é, receptor dos dejetos do curtume.

Sua relação com a paisagem do entorno do rio era, principalmente, com a área do curtume. O uso agregado a essa paisagem, além da produção do curtume, era o de reflorestamento da grande área restante para fins de comercialização da madeira.

No relato da Sra. Carmen podemos observar a sua visão utilitarista do rio. Isso se dá devido à sua inserção social, perpetuando um procedimento comum entre os empresários desse setor, para os quais o rio representava apenas o depositário dos rejeitos de produção.

Suas memórias reportam-se às décadas de 1950 e 1960, época mais recente da história do rio, quando este não apresentava as mesmas características de antes, pois já se encontrava relativamente incorporado ao urbano. Além disso, residindo dentro do curtume e convivendo diariamente com esse curso d'água, sente os efeitos dessa contínua degradação, percebendo-o somente como um corredor de água mal cheirosa.

De acordo com suas inserções social, histórica e geográfica, percebemos que a Sra. Carmen conserva essa maneira utilitária de se relacionar com o rio. Assim, por não fazer uso de suas águas da mesma forma que os outros informantes, olhava-o como um condutor de esgoto a céu aberto, fruto de seu avançado estado de deteriorização.

Logo, notamos que os usos tradicionais ligados ao rio do Monjolinho foram se perdendo com a crescente deterioração a que foi submetido esse recurso hídrico.

Relato do Dr. Hugo Colin Ferreira

“Advogado, nascido em Niterói, na cidade de Icarai, em 1926. Vim para São Carlos em 1934. Trabalhei durante 35 anos no Sesi e durante 34 anos na Prefeitura, de manhã eu trabalhava no Sesi e à tarde, na Prefeitura.

Quando eu vim para cá eu não conhecia ninguém. Mas, depois, eu fui me integrando no Grupo, o primeiro Grupo que eu estudei foi esse no centro, o Paulino Carlos. Fiz o primeiro, o segundo e o terceiro e me formei aí.

E quando eu vim conheci meus colegas e eu gostava de perambular pela cidade. Ai então eu arrumei dois colegas e nós íamos pescar aí no rio Gregório, na Chácara do Petroni, Chácara do Lazarini. Lá para frente tinha uma outra chácara que tinha um lago para gente nadar. Para lá tinha o pântano do Jardim Ricetti, por ali a gente pescava (Fig. 24).

Depois passei a pescar aqui na Praça dos Voluntários, onde é a piscina municipal. (...). Depois passei a pescar debaixo da ponte do Gregório, aqui no mercado municipal (Fig. 24). Depois eu fui descendo aqui até a confluência do rio que vem lá do Tijuco Preto, até o Monjolinho. Agora, ali fechava o mato, ali era fechado, ali perto de onde é o shopping, ali entrava por aquele mato afora, pescava à noite.

Depois, passei a pescar mais para baixo, ali se chamava Água Quente e Água Fria (Fig. 24). Nós íamos lá pescar, saía daqui duas, três horas da tarde, punha a varinha nas costas. E descia lá por trás, lá no Botafogo, hoje onde existe a Pedreira Bandeirantes. Descia, para era uma beleza... [risos]. Chegava lá, encontrava o rio, lá tinha muito lambari, bagre, tracinha. Quando era noite a gente saía de lá e vinha a pé. Ai é que era dura, era subida, era pedra, chegava aqui era 10 horas da noite.

[Sobre a idade na época] Eu tinha uns dez anos. Depois eu comecei a ir um pouquinho mais longe, eu ia pescar na Fazenda Felicíssima, no próprio Monjolinho, mais para abaixo (Fig. 24). Essa Fazenda ficou pertencendo à Família Bianco mais tarde e hoje eu não sei de quem é.

Fig. 13 – Dr. Hugo

Fig. 14 – rio do Moniolinho, altura da Fazenda

[Sobre como chegava até os pontos de pesca] Tinha a Cia Paulista que ia daqui até Araraquara e seguia [refere-se à antiga linha férrea do café]. Eu passava pela estação do Angico, Monjolinho, Jacaré, depois Santo Inácio. Onde ele [refere-se ao rio do Monjolinho] cai no Jacaré [refere-se ao rio Jacaré-Guaçu] é Santo Inácio (Fig. 24). Aí eu já era mais mocinho, eu tinha uns 14 anos.

Fig. 15 – Estação Santo Inácio

Nós íamos daqui, o trem saía às 3 horas da madrugada, nós pegamos o trem, daqui a Ribeirão Bonito demorava 2 horas, 2 horas e meia. O trem ia parando em tudo quanto é estação e o guarda falava estação tal... Quando chegava lá em Santo Inácio era 6 horas. Então saltávamos e primeiro pescava na confluência do Monjolinho com o Jacaré.

Depois começamos a passar para baixo numa cachoeira que tinha. Depois comecei a ir num tal de barroquinha. Andava 7Km pelo mato, subia morro, descia morro, descia lá na barroquinha. (...) e o Jacaré passava lá embaixo, tinha mais ou menos uns 80m para descer o morro. Era aquela trilha no meio do mato e a gente ia escorregando, com vara e tudo, escorregava até lá embaixo e passava o dia lá, pegava peixe para burro. E o pior era a subida, na subida tinha que ir segurando em cipó, depois tinha que andar mais 7Km na roça, chegava no Monjolinho 8h da noite, esperava o trem que vinha de Ribeirão Bonito.

A gente pegava o trem 8h30min lá, chegava aqui 10h30min da noite, isso era duas vezes por semana.

Dali para frente..., eu ia pescar no Broa, era a lagoa do Broa, lagoa do Lobo. Pescávamos lá, não tinha uma casa, não tinha nada, nada, nada. A gente parava ali, me lembro, eu ia com meu pai, (...). Nós íamos até onde tem a entrada do Broa, onde tem a porteira, ali parava o carro, ali era tudo mato, parava o carro e ia a pé, até as pedrinhas. Nas pedrinhas ficava até 10, 11 horas da noite, voltava, pegava o carro e ia embora.

Depois dali eu comecei pescar no Mogi-Guaçu. Do rio Mogi-Guaçu, nós pegávamos o trem aqui em São Carlos 2h30min, 3h. Passava por Babilônia, Canchim, depois passava Alfredo Ernes, passava umas cinco estradas. Parávamos em Alfredo Ernes e lá em Alfredo Ernes havia uma fazenda que chamava Fazenda dos Ingleses. E lá na Fazenda dos Ingleses havia um professor que era muito amigo do meu pai e era professor na fazenda e administrava a fazenda. E ele nos mandava buscar na estação por um bondinho, que carregava café e esse bonde era puxado por dois cavalos. Então saíamos do trem, entrávamos nesse bondinho e íamos até a sede da Fazenda, até hoje existe, acho que hoje é a Fazenda Três Marias. Nós dormíamos lá na fazenda, no outro dia cedo íamos a cavalo até o Mogi, meu pai e eu. Nós íamos lá duas, três vezes por ano, quando tinha feriado.

O Mogi aquele tempo era mata virgem. Eu considero Mogi hoje como se fosse um pantanal de antigamente. Tinha tudo lá, tinha onça, tinha tudo quanto é bicho, tinha capivara, macaco, passarinho. Mas pegava peixe..., o problema naquele tempo era o peixe, você pegava e não podia trazer o peixe, não tinha geladeira naquele tempo, você pegava o melhor peixe e salgava ele, fazia aquelas manta de peixe e trazia.

Depois eu fui para S. Paulo, estudava em S. Paulo. Fui em 1949 para São Paulo, fiz o cursinho lá. Entrei na São Francisco [refere-se à faculdade de Direito] e cada 15 dias eu vinha para cá. Varinha direto. Meu pai já me esperava e ia direto para o pesqueiro.

Quando meu pai não podia ir eu pegava a jardineira, tinha uma jardineira no sábado. Chegava em Santa Eudoxia, andava 10 Km com as varas nas costas, ia pescar lá no pesqueiro, quando chegava domingo a tarde pegava a jardineira de volta para ir embora para São Paulo no domingo à noite.

Chamava jardineira, era explorada por uma família daqui de São Carlos, como é que é o nome dele...Fucci. Fucci era o nome dele. A senhora dele tinha uma casa de sapato na esquina do Colégio S. Carlos.

Era um ônibus mais simples, fazia um barulho... O ramal de trem foi desativado, então ficou só a jardineira.

[Sobre o trem do café] Antigamente dava mais voltas, passava por fazendas. Então a finalidade era pegar pessoal daqui e levar para as fazendas e pegar mercadorias. Então ia parando de fazenda em fazenda, então daqui a Santa Eudoxia [distrito de São Carlos] demorava três horas, era bitola estreita.

[Sobre pescaria no rio do Monjolinho] Ah, pesquei muito. Dava peixinho, para mim era peixão porque eu era moleque, dava lambari, bagre, traíra. E tinha muito bicho. Eu não sei como é que eu nunca fui picado por um bicho. A gente ia de chinelo e de calção, a gente se embrenhava pela mata, porque até hoje ali é mato.

Depois do shopping, por ali era tudo mato, mato fechado, árvores, mato rasteiro e arbustos, era um cerradão grande. Passava por uma fazenda do Antonioli, depois era a Felicíssima.

A gente pescava muito no Água Quente e Água Fria (Fig. 24). Era ali que era bom, íamos em meia dúzia. Eu pescava lá com um até que é professor aposentado da USP, o Afranio Zambom, (...). Tinha o Germano, tinha o Julio Rocha, também não está mais aqui, se eu não me engano ele é coronel da aviação, mora em Pirassumunga. Tinha o Gilberto Catani, casado com a filha do Mastrofrancisco, tinha vários amigos. Aquele tempo não tinha poluição nenhuma.

Fig. 16 – córrego Água Fria atualmente

Mas a cidade era pequenininha. A cidade era dividida em duas partes, essa parte daqui [refere-se à região da Santa Casa] e a parte que contorna o Gregório. Do Gregório subia aqui na General Osório, que não era nem de... era primeiro de terra, depois de paralelepípedo.

O bonde, ele saía da estação da Fepasa, descia pela General Osório, ia até onde era o Colégio dos Padres. Lá em cima tinha o Seminário, onde é o Salesiano, o Diocesano. Passava por aquela passagem do trem na rua General Osório. O bonde quando ia esperava a porteira abrir, depois ia até o Ginásio, junto ao Ginásio tinha o Seminário São Carlos, de lá ele descia pelo mesmo caminho. Descia pela General Osório inteira, chegava na Avenida São Carlos ele virava. Descia aquela ladeira, passava pelo Gregório, ali pela Voluntários da Pátria, subia aquela ladeira, passava pela Catedral, subia, passava na frente do São Carlos Clube. Mas lá não era o S. Carlos Clube ainda, era um posto de gasolina. Virava a Rua 7 de Setembro, subia a Rua São Paulo ou Rui Barbosa, virava um quarteirão, a Padre Teixeira e ia até onde hoje é o balão do bonde. Por isso, que é conhecido como balão do bonde, porque ele chegava lá, fazia a curvinha assim e voltava.

[Sobre a urbanização no trajeto do bonde] Não, era pouca coisa, era tudo chácara, naquele tempo era tudo chácara, tinha a chácara do Jacobucci, depois ele loteou aquilo. Tinha nada, era impressionante. Hoje se a gente vai lá para a Vila Prado de automóvel, a gente se perde para aquele lado, é vila disso, vila daquilo.

Depois do Diocesano tinha uma estrada que a gente passava, a gente ia de bonde até o Seminário e seguíamos a pé, ali é o Botafogo, descia aquela estrada e ia parar no Água Fria e Água Quente.

(...) era tudo mato em volta, tipo mato rasteiro, lá era mato bem rasteiro. Quando eu comecei a escrever o livro [refere-se a um livro que escreveu das memórias de suas pescarias], peguei o carro um dia com um amigo e falei, vou lá para o Água Quente. Hoje está tudo asfaltado, hoje tem o matadouro ali em baixo, naquele tempo não tinha nada, tinha duas ou três fazendas, aquela estrada era via de acesso para as fazendas. E a gente voltava a noite, às vezes chovia para burro, a molecada não estava nem aí, gostava né.

A água gerada aqui para São Carlos ela vinha da represa..., antigamente se chamava Represa do 29, era de lá que gerava a força aqui para São Carlos. Pouco depois veio do Feijão [refere-se ao ribeirão Feijão, principal captação de água para São Carlos], que vai para o Broa lá embaixo.

(...) e essa tubulação que vem do Broa, ali dessa Fazenda do Feijão, quem vai para a estrada do Broa hoje, não passava lá, antes era outra estrada. Foi o Dr. Antonio Teixeira Viana quem..., foi o Massei que começou e o Dr. Antonio Teixeira Viana fez a tubulação [refere-se a ex-prefeitos de São Carlos], (...).

Quando foi feita a estrada do Broa eu era vice prefeito, foi Mario Maffei. E eu era diretor jurídico do departamento lá. E eu que providenciava os papéis de desapropriação e entrei em entendimento com os proprietários das fazendas. Se a gente podia entrar, podia passar, uns deixavam a gente passar, outros não queriam deixar a gente passar. (...), ação de desapropriação, emissão de posse para muita gente.

Mas muita gente doou também. É claro, se você tem uma propriedade que passa uma estrada de terra e agora vai passar uma de asfalto, valoriza. Várias fazendas você tinha que passar no meio, a estrada do Broa hoje divide fazendas em duas partes.

Depois foi feita a Piscina Municipal. A única exigência naquele tempo era que fizesse que qualquer pessoa pudesse nadar. Fazia exame médico, tinha a carteirinha.

Depois fizeram um bar do lado ali. Então ali ficou sendo um bar e a noite a turma ia dançar.

[Sobre como era a região] Aquela parte ali..., ali era tudo barro, para chegar na beira do rio [refere-se ao Córrego do Gregório] era tudo barro e o Carlito Salles – Carlos de Camargo Salles [prefeito da época], era muito rigoroso. Era dono do cartório de notas, ficava na frente da Igreja o escritório dele, da Catedral. Ele foi eleito Prefeito de São Carlos, foi um belo prefeito, mas era muito rigoroso. São Carlos naquele tempo era muito atrasado, não tinha dinheiro. Mas ele era muito rigoroso e ele que desapareceu.

E aí fizeram aquele serviço de aterro, aterraram toda aquela área, depois aterraram a Praça dos Voluntários. Ali onde é o Magazine Luisa tinha um Posto de Gasolina. Subia a Avenida São Carlos, era paralelepípedo. Ali tinha a Farmácia do Jordão. Ali tinha a loja do Piovesan que meu pai ia comprar tralha.

Com o tempo eu me formei e fui trabalhar para cima ali, onde tem aquele banco na esquina da rua General Osório, vizinho ao Unibanco tinha um prédio que pertencia ao Mastrofrancisco e em cima subia uma escada tinha o SESI, quando eu fiz concurso no SESI eu fui trabalhar lá.

[Sobre política] Era completamente diferente, a política daquele tempo era a dos coronéis, tinha o chefe político, o chamado cacique político. O Dr. Inácio, não querendo desmerecer, é questão de denominação, ele era o chefe político de São Carlos, tanto que se candidatou a deputado federal e foi eleito deputado federal por São Carlos. Meu pai foi até oposição a ele, meu pai não era candidato, mas apoiou um candidato de fora. Naquele tempo era bonito, não é como hoje, (...). Naquele tempo era assim, você parava numa praça, parava um caminhão, punha umas tábuas, subia encima do cavalete e falava. Hoje chama cantor famoso. Antigamente quem ia nos comícios, eram adeptos, partidários daquele político, não era que nem hoje. Hoje eles colocam cantores de fora, enche de gente, quem vê pensa que tudo aquela gente vai votar nele, mas é gente que vai lá para se divertir, para comer churrasco. No meu tempo eu nunca vi churrasco, (...).

[Sobre a região do Cemitério Nossa Senhora do Carmo] Não havia casa, aquilo era tudo mato, era campo, campo cerrado. Depois do cemitério era outro campo cerrado da família, não lembro do nome, é dono do Amici, Marigo, família Marigo. O campo de aviação pertencia a família Sampaio, tem outra família que eu não me recordo o nome.

Mas São Carlos era completamente diferente. No meu tempo, que eu fui candidato, foi em 1972, 1973, essas ruas da Vila Prado, por exemplo, esse campo do Luisão não existia. A Vila Prado terminava ali, aquele campo é de 1969, 1970. Dali para diante era tudo terra, tinha uma casa lá diante, uma casa lá diante. Expandiu, coisa impressionante, eu vou de carro, eu me perco.

Naquele tempo não havia nada, São Carlos teve um desenvolvimento espetacular foi do ano 1970 para frente, foi quando estourou. (...) essa Avenida Marginal [década de 1970], isso para mim foi a maior obra que São Carlos já teve. Porque possibilitou o desenvolvimento, a cidade parava aqui na beira do Gregório. Tem essa baixada aqui, (...). Ali parava, porque dali para lá não havia nada, não havia loteamento, não havia nada. Então quando o Mário [refere-se ao ex-prefeito Mario Maffei] abriu a Marginal,

então começaram a vender, veio o Jardim Santa Felicia, o loteamento Santa Elisa, Santa Marta que era da família Fachina.

Aqui era a chácara Matos [região atrás da Santa Casa], depois isso aqui foi adquirido pela família do Cunha Carneiro. Então essa parte daqui para lá só foi aberto depois que veio a Marginal.

(...) tem a rua Major José Inácio, tem a Avenida, a Prefeitura, atravessa rua, depois tem uma série de prédios, ali onde existem aqueles prédios, o mais antigo havia ali uma leiteria que chamava leiteria D. Maria, Maria Marigo. E tinha um prédio que tinha uma escada e meu pai tinha escritório lá em cima, (...).

O Cine S. Carlos era do Rubens de Abreu Sampaio, era uma família rica, tradicional daqui de São Carlos. E ali foi desapropriado e ali era um prédio que vários prefeitos queriam desapropriar para fazer a Praça Coronel Sales.

Aquela praça [refere-se a praça anterior Cel. Sales] era bonita, tinha muito figo, ele era o lugar do "footing", as moças ficavam passando, os moços ficavam perto, aquele troço romântico. Eu conheci minha mulher ali, no "footing".

[Sobre o time de basquete] Tinha um timão aqui em São Carlos. Teve um jogos abertos do interior que a disputa foi entre São Carlos e Piracicaba. E naquele tempo já havia o ginásio do São Carlos Clube, foi logo quando inaugurado. Eu me lembro que faltava 3 segundos, se não me engano estava empatado. Então a turma começou a contar os segundos e a bola caiu na mão de um tal de..., um craque, ele era de fora mas jogava aqui, ele chamava Dinho. No que ele pegou a bola no meio do campo e a torcida começou a fazer a contagem regressiva, (...), ele jogou a bola, caiu na cesta e passamos um ponto na frente. Ai foi aquele quebra pau, acharam que a bola não tinha caído a tempo.

E o prefeito estava assistindo o jogo, naquele tempo o prefeito era o Alderico Vieira Perdigão. E tinha o policiamento e o policiamento fez uma linha e o delegado estava na frente. Então o povão veio de lá, o delegado fez que foi, os soldados foram e o Alderico perdeu a proteção. Foi se meter no meio e levou. E eu também entrei no campo. Veio o bombeiro com aquela ducha de água, deu uma duchada que me jogou uns 5 metros para adiante. Eu nunca mais me esqueço, são passagens que a gente não esquece mais.

(...) tinha o matadouro [refere-se à região próxima à USP], tinha o curtume da família Sancrovic. Depois começa subir o rio ali, tinha uma chácara do Casale, antes de onde é hoje aquele Posto Petrofort, tem uma pizzeria hoje [refere-se à região próxima a Avenida São Carlos], (...) era só jabuticaba. Ali morava o Tomas Casale, tinha 22 ou 23 filhos. Naquele tempo era tudo mato, aquela baixada onde tem o Supermercado União Serve, ali passa um riozinho também. Ali foi desapropriado pelo Massei [refere-se ao ex-prefeito Antonio Massei], então ele desapropriou para fazer a rodoviária lá. Vizinho da rodoviária, onde tem o "Mac Donalds", ali era a chácara do Lobbe, pai do prefeito Lobbe.

São Carlos mudou muito. Quando eu vim para São Carlos era uma cidade não vou dizer como Ibaté, era muito maior que Ibaté. Se caracterizou pelos rios, pelos morros. E toda água de São Carlos converge para o Monjolinho ou Gregório. Por isso é que tem aqueles enchentes ali, o mercado foi muito mal feito, foi feito em lugar errado, dava cada enchente ali de cobrir tudo. Mas naquele tempo não inundava muito porque era

terra, se não era terra, era paralelepípedo, a água infiltrava tudo e hoje não infiltra por causa do asfalto.

Eu era procurador da prefeitura quando fizeram o asfalto. Foi o Massei que começou fazer o asfalto da Avenida São Carlos, lá na Praça Itália e eu que acompanhei, fazia aquelas concorrências. Até teve um fato lá que..., (...) como era um terreno alagadiço, para o lado de lá também era, a camada abaixo de 2m era toda alagada, era um barro. Então, fizeram o asfalto, mas não tinha canalização da água, então chovia e a Avenida São Carlos era um rio. Então fizeram uma concorrência pública para colocar aqueles tubos, quem ganhou a concorrência pública foi até a Araguaia. No contrato, que fui eu que elaborei, ficou pactuado que daquele primeiro quarteirão, que vai do Magazine Luisa até a rua General Osório, seriam colocados tubos grandes, para jogar água no Gregório. Mas para evitar que esses tubos afundassem, eles eram obrigados a fazer uma camada de concreto, para apoiar os tubos para não afundar. Nós fizemos aquele contrato e, por coincidência, eu estava passando para ir para o SESI e eles estavam colocando os tubos sem a camada de concreto. Eu vi que o tubo estava sendo colocado na terra, então eu cheguei lá no SESI e, naquele tempo, o oficial de gabinete era o Mario França Carri, então eu falei: – Carri avisa o Massei que tão colocando o tubo sem... não tem concreto.

Um outro fato... sabe aonde tem o Posto Biquinha, não tem o Teatro Municipal? Ali chamava-se biquinha, tinha uma nascente [afluente do Córrego do Gregório], era um buracão. Mas era um buraco, era cheio de cobra, escorpião. Tinha uma chácara do lado, que tinha um bambual grande, bem onde é o Teatro. Vizinho ali tinha um senhor que era amigo do Lobbe [refere-se ao ex-prefeito], chamava Gervásio Alves, era meu amigo também. Depois o Perdigão [refere-se ao ex-prefeito] desapropriou para fazer o Teatro. A molecada juntava lá para descer. Mas era um buraco mesmo, a erosão foi comendo, tinha um buraco acho de 20 ou 30m e lá embaixo corria um corregozinho. Então a molecada descia lá, enchia de moleque e eu no meio, descia pelas pedras, moleque é moleque.

Depois com o tempo aterraram e fizeram a Rua José Bonifácio que desce ali, era um lugar completamente..., não tinha rua quase para o lado de cá [refere-se a região em direção ao Asilo, próximo ao Córrego do Gregório]. O desenvolvimento de São Carlos foi mais para cá do que para lá, porque já havia naquele tempo a Vila Nery.

Mas São Carlos no meu tempo era bem mais gostoso, naquele tempo não tinha ladrão, a gente não tinha receio, podia sair para a rua. Isso era coisa do tempo, foi mudando o tempo.

Acho que agora é melhor, antigamente o sossego era melhor, a cidade era mais sossegada, mais tranquila. Mas hoje tem muito mais comércio. Antigamente não tinha supermercado, era tudo armazém, armazém não existe mais, os supermercados engoliram os armazéns.

Antes era mais saudável, a gente via as famílias nas praças. Por exemplo, tinha esses “footing”, a música antigamente era mais gostosa, mais melodiosa. Eu acho que antigamente a vida era mais saudável.”

Considerações acerca do relato do Dr. Hugo

Segundo o relato do Dr. Hugo, os principais usos do rio do Monjolinho eram o lazer e a pesca. Ainda de acordo com sua fala, os afluentes do rio também eram muito utilizados para esses mesmos fins. Hoje, são raros os afluentes do rio que conseguem manter esse tipo de uso, pois a grande maioria já está há muito tempo incorporada pela urbanização, inclusive, muitos deles urbanizados antes do rio do Monjolinho.

Sua inserção social lhe proporcionou um conhecimento privilegiado sobre a história da cidade. Participou ativamente da vida política de São Carlos, inclusive exercendo o cargo eletivo de vice-prefeito na década de 1970, assim como, o de advogado na Prefeitura Municipal por muitos anos. Por conta dessa inserção política, tomou parte do processo de asfaltamento da Avenida São Carlos, processo esse que interferiu em um dos afluentes mais importantes afluentes do rio do Monjolinho, o córrego do Gregório.

Suas lembranças iniciam-se em 1934 quando chegou a cidade com 08 anos de idade. Por conta de sua vontade de conhecer e fazer amigos, teve a percepção das mudanças ocorridas no traçado urbano e como este incorporou os muitos cursos d'água da região.

Residente do centro da cidade na infância e parte da adolescência, perambulava com seus amigos pelos afluentes do rio do Monjolinho mais próximos da cidade, depois, já sentindo-se mais “velho”, passou a pescar na área rural do município. Logo, consegue sentir a crescente incorporação desses córregos pela urbanização e o impacto gerado nos mesmos.

Pelas suas inserções social, histórica e geográfica, o Dr. Hugo percebia o rio e seus afluentes como fonte de prazer e aventura. Na vida adulta, com os cursos d'água do município já muito deteriorados passou a pescar em lugares mais distantes. Por isso, tem um sentimento de pesar com a perda dos usos agregados ao rio e de ver os lugares da infância e adolescência tão descaracterizados. Outrossim, entende o processo urbano como imprescindível, entretanto, com a manutenção e melhoria da qualidade de vida da população e com a preservação do meio ambiente.

Relato do Sr. Luis Brevilhieri

"Nascido em São Carlos, 74 anos, agricultor.

[Sobre o rio do Monjolinho, zona rural, região da Fazenda Felicíssima (Fig. 24)] Você matava o peixe com espingardinha, a água tão limpa que estava.

Agora um dia está azul, outro dia está verde, outro dia está vermelha, dá dó de ver. Tem peixe, mais do jeito que está a água né.

Ah, eu não vou pescar né, não deve ser bom, do jeito que está a água né. Aqui dava corimba, dava bagre, dava cascudo, dava tabarana, dava bastante peixe aí, piava tinha muito.

Ah, nos viemos em 48 [refere-se quando adquiriram o sítio], faz um "bocado" de anos né. Naquele tempo era só lavoura né, arroz, feijão, milho, algodão.

Agora em 52, 53 formou a usina, aí foram plantando cana. E o Nelo [refere-se ao dono da Usina da Serra (Fig. 24)] insistindo para eu plantar cana. Então nós plantamos um pouco e depois veio a cota.

Agora os sitiantes que existiam aqui, plantaram a cana e na hora de reformar não tinham trator, acabaram vendendo o sítio.

Eu não. Eu agüentei 15 anos arrancando cana com arado de boi. Aí depois fui fazendo economia, comprei um tratorzinho. E aí foi tocando e estou só eu com a cana.

Aqui eles amolava muito [refere-se à usina, insistindo em querer comprar as suas terras] e eles foram tentando, tentando.

E quando foi um dia me chamaram lá no escritório e eu fui lá. Falei: - oh "negada" escola eu nunca tive, nunca coloquei meu pé em um degrau de escola. Os "Bianque" é "ativo" né, "japonesada" tudo "ativo" né, "baianada", tudo "nêgo" de escola, mas eu não sou eles não, o senhor vai se enganar comigo.

Porque os "Bianque" eles levaram no "bico". Eu falei: - olha vocês estão muito aliados com o Nelo, o dia que vocês "bobiarem", vocês vendem [Bianco era a família dona de uma parte da antiga Fazenda Felicíssima, hoje abandonada].

[Sobre o abandono da Fazenda Felicíssima] E o maquinário de

Fig. 17 - Sr. Luis

Fig. 18 - Fazenda Felicíssima nos dias de hoje.

beneficiar arroz? Isso aqui, era muito mais bonito que uma vila nova na cidade, todo domingo tinha missa. Eh... aqui foi lugar bom, aqui foi lugar bom. Agora hoje oh, está abandonado.

Aquele tempo, há 40 anos atrás aqui, se o pai mandasse um moço fazer para ele qualquer arranjo na cidade de domingo, ele falava para o pai: – estraguei o domingo.

Ah, aqui foi muito bonito. Olha, a senhora queria comprar um frango, comprar um cabrito, comprar um queijo, comprar uma leitoa, comprar um porco, comprar uma vaca, olha, o que a senhora precisava comprar, aqui tinha. Aqui não tinha miséria.

[sobre o uso das águas do rio do Monjolinho] Não, porque é lá embaixo né. [o rio é paralelo ao sítio dele]. É boa [sobre a qualidade da nascente em seu sítio], só que a usina passa ferramenta, não respeita.

[Sobre a mata ciliar no rio do Monjolinho] Nessa parte do rio, eles respeitam um pouco. Porque um lado do rio ele corre na encosta do morro. Agora formou mata de

novo, porque tiraram o boi. A mata era menor, agora está formando. Lá não tem jeito de fazer lavoura, tinha muito boi.

Lobo também tem bem, dá cria que nem..., ali no eucalipto outro dia passaram dois, foi minha irmã quem viu: – olha que cachorro bonito. E era o lobo.

[Sobre os bichos estarem voltando] Ah, está. Lá na ponte do Monjolinho, lá do Décio [refere-se ao Dr. Décio Malta Campos, proprietário da Fazenda Santa Maria, localizada próxima do sítio (Fig. 24)], onde capivara sai o

Fig. 19 – Sítio do Sr. Luis, ao fundo o rio do Monjolinho.

bando, não pode contar o rastro. Parece que passou 500 bois, um rastro apaga o outro.

Sabe o que está aumentado agora também? Porco do mato. Tudo para o fundão ali, tem um “puta” de um bando, tem uns 18.

Eu tinha 15 alqueires para lá do córrego d’água.

Quando nos lidávamos com boi, ah, mais todo ano o trem “tacava” fogo, o trem “tacava” fogo [a linha antiga de trem]. Então eu vendi, fiquei só com 15 para cá.”

Considerações acerca do relato do Sr. Luis

De acordo com o Sr. Luis o principal uso do rio do Monjolinho era a pesca. Uso este perdido a partir da crescente urbanização a que foi submetida a cidade de São Carlos, gerando um grande aumento no lançamento do esgoto urbano-industrial no rio.

Podemos situar as suas lembranças a partir de 1948 quando adquiriu uma propriedade rural no município. Essa fase coincidiu com o início da expansão urbana da cidade, causa do maior impacto na qualidade do rio.

Por ser morador da zona rural, outra perda significativa foi no uso da terra, com a implantação da monocultura da cana de açúcar por volta de 1952. Modificando a paisagem diversificada a que estava acostumado. Por sua inserção social, a de um pequeno agricultor pressionado pelo grande empreendimento agro-industrial, se vê obrigado a aderir à cultura da cana de açúcar. Assim, o seu maior sentimento é com relação a perda da diversificação no uso do solo e de se ver subjugado à agroindústria.

Ao mesmo tempo, sua localização geográfica lhe dá a oportunidade de presenciar a regeneração das matas nativas e a volta dos animais endêmicos da região.

Por esse conjunto de fatores sociais, históricos e geográficos, a fala do Sr. Luis é a de um agricultor que tristemente viu a paisagem dos tempos em que se plantava “de tudo”, transformada na monotonia da monocultura. Como também, de melancolia em ver um rio que perdeu a sua principal função naquela região, a de dar bons peixes. Entretanto, justamente por sua inserção geográfica, tem a alegria de ver o meio ambiente local se recuperando e dando vida à paisagem já tão descaracterizada.

Relato do Dr. Décio Luis Malta Campos

"Sou Décio Luis Malta Campos, sou Agrônomo, eu não assino Souza Campos porque meu pai achou que ia ficar muito comprido, ele botou Malta da minha avó e Campos do meu avô. E eu nasci no dia 06 de abril de 1931. Casualmente eu nasci na cidade de São Paulo, porque a minha mãe grávida estava em São Paulo e ela tinha ido lá fazer umas compras e ela acabou tendo as dores do parto e acabei nascendo lá, mas eu me considero são-carlense. Essa que é a minha história. Eu sou casado com Carmem Rocha Ribeiro Campos. Essa família Rocha Ribeiro é de Vargem Grande do Sul, também fazendeiros de café. E temos quatro filhos, José Cândido que é Engenheiro Agrônomo, Luis Fernando que é Administrador de Empresas, Maria Cristina que é Dentista e Maria Beatriz que é Veterinária.

A minha fase de Monjolinho não é tanto aqui, é mais lá embaixo [refere-se a região da Fazenda Santa Maria (Fig. 24) a, aproximadamente, 10 Km da desembocadura do rio do Monjolinho]. O Monjolinho lá embaixo ele tem três seções que são bem encachoeiradas, né. Aonde ele passa no meio de pedras é que ele é meio encachoeirado. Mas tem uns lugares em que ele entra em um remanso. E tem uma lagoa dentro da fazenda, que ele faz quando transborda e enche a lagoa. Era uma lagoa que era freqüentada por um monte de pássaro, tinha uma vida, né. Lá a gente tomava

Fig. 20 – Dr. Décio

Fig. 21 – Local onde o Dr. Décio e seus amigos pescavam e praticavam "bóia-cross".

banho. Então quando eu era moleque a gente ia a pé e tomava banho no rio. E quando a gente queria brincar no Monjolinho, a gente naquele tempo já brincava com bóia de caminhão nesse lugar, entre a estação do Monjolinho e a Fazenda Felicíssima (Fig. 24). Tinha muito peixe ali, era um rio piscoso porque era muito bem oxigenado, ele tinha toda aquela parte de pedra, então era piscoso. Então quando aparecia um peixe menor, o predador que é o maior, no caso era o bagrão, o pequeno dourado, esses subiam o rio e ficavam caçando ali. Então tinha peixe, eu lembro do pessoal ir pescar, principalmente aquela colonada italiana, eles saíam com aquelas varas de bambu e traziam peixe. Isso era em 1936 até 1942, 1945...

Quando começou a cidade a ganhar vulto, quer dizer, eu considero isso a partir de 1950, cinqüenta e pouco. A cidade começou a crescer, aí a água começou a ficar mais suja, né.

Eu montei uma turbina na Fazenda Engenho que era para gerar eletricidade para a fazenda. Porque naquele tempo o Djalma Kell era o dono da companhia de eletricidade e nós queríamos que ele puxasse uma linha de alta tensão para alimentar as fazendas daquele lado. Só que ele dizia que não. Se a gente investisse o dinheiro ele fazia, mas era muito caro. Então, quer dizer, todo mundo vivia sem luz elétrica. Eu fiquei sem luz elétrica até 1958, era lampião, vela, era aquele sistema antigo.

Aí apareceu a necessidade de eles puxarem a eletricidade, porque começou a ter muita solicitação, então compensava para a companhia. Aí eles puseram uma alta tensão e todo mundo pode puxar a linha.

Nessa época a cidade estava já crescendo e a gente percebia que o rio estava ficando com a água cada vez pior, mau cheiro. A turbininha que eu tinha antes, que era uma turbininha Bambosi, que gerava 15 KWA, ela se alimentava da água do rio. E a turbininha começou a enguiçar, ela parava de funcionar, porque a água era tão poluída que o pH devia ser muito baixo, que começou a estragar a turbina. Até que eu desisti, parei de usar a turbina.

Mas foi uma época que anterior a isso o Monjolinho era um rio muito bom. Um rio perfeito entende? E a esperança nossa é que volte a ser. Porque não é possível, né. Uma cidade como a nossa que tem gabarito tecnológico, não conseguir fazer a água do rio ficar limpa.

O que está acontecendo é o seguinte. Como nós estamos aqui, é um platô alto. Então o que acontece é que tem várias nascentes aqui na região, tanto do lado direito quanto do lado esquerdo do rio. E os bichos que estão aparecendo tão vivendo a custa desses pequenos riachos. Nós na minha fazenda temos praticamente três nascentes que jogam água no Monjolinho. Nas três estão aparecendo bicho. E por incrível que pareça numa delas até apareceu jacaré. Numa delas tem jacaré, nós estamos cuidando para que ninguém mate o jacaré. Nós temos capivara, que é comum, né. Capivara tem bastante. Agora outros bichos que estão aparecendo, tem, que eu já vi, lobo guará, já vi várias vezes; veado campeiro, que aparece sempre; cachorro do mato, que é aquele peludinho; tem aquele outro cachorro do mato menorzinho, que se chama mão pelada; quati tem bastante; macaco prego está aparecendo. Aves tão aparecendo papagaio; tucano; maritaca. Primeiro porque está aparecendo mais mata com o trabalho que está sendo feito de que cada fazendeiro tem que preservar 20%. Numa região que está dominada pela cana, todo plantio de cana é obrigado a ter uma licença do IBAMA que aqui é representado pelo DEPRN e eles exigem averbação de 20% da área da terra como mata, reserva de mata. Fora as áreas de preservação permanente que você é obrigado a deixar 30m de cada lado, do córrego. Isso aumentou a área de vida selvagem, né.

E como o pessoal parou de matar... de vez em quando aparece um gaiato querendo matar e tal, logo que se vê espanta o sujeito, se ele não quer ir embora, chama a polícia, a polícia já dá um jeito.

Então isso faz com que os bichos voltem a aparecer. Nós temos sorte, porque a confluência do Monjolinho com o Jacaré, não está muito longe. Da estação do Monjolinho até a estação da Fazenda São José (Fig. 24), deve ter mais ou menos uns 10 Km. Então nós temos na confluência com o Jacaré algumas matas. Por exemplo, tem até uma mata que é do governo do estado, que é do lado de lá da pista. Do lado de cá, da lagoa que fizeram da Usina Sant'Ana, do lado de cá tem uma mata de mais ou menos uns 30 alqueires preservada, que hoje é até do pessoal da Faculdade de Direito. Então são duas matas, uma de 100 alqueires e uma outra de 30, todas intactas e no meio a lagoa. Então criou um ambiente muito propício para a vida animal. Logo acima, mais ou menos 1 Km para cima, a Fazenda Santo Antonio, que é dos herdeiros dos Arruda Botelho, a fazenda também tem uma mata grande, mais ou menos de uns 70 alqueires. E vindo para o meu lado, a Usina Açucareira da Serra (Fig. 24) (...), eles acabaram deixando as áreas em reflorestamento, então a mata tá crescendo. E liga lá na fazenda com um ribeirão que é vertente do Monjolinho. Então tá começando a formar os tais corredores de mata e aumenta a vida animal.

[sobre a mata ciliar no rio do Monjolinho] A mata ciliar está completa, normal. Nós temos uma ciliar onde a gente chama de Córrego do Engenho que sobe e vai dar numa mata que chega até a minha casa. Então ali tem um complexo de mata muito interessante.

Acho que tudo isso está ajudando bastante na volta da fauna. Eu gosto muito disso porque eu acho que na minha vida uma das coisas que eu sempre quis foi aumentar a fauna, né. Deixar o animal viver a sua vida. E agora está começando. Falta o rio ser regenerado. Se o rio conseguir se regenerar ele vai dar uma vida, vai aumentar a vida, inclusive da fauna. A cadeia vai começar a se completar melhor, porque dentro da cadeia o rio é importante. Essa preservação tem que ser feita, né. Aqui dentro da cidade tem que melhorar.

Na época em que eu era menino praticamente a gente não vinha à cidade. As fazendas cada uma tinha a sua vida e era muito difícil você sair da fazenda e chegar na cidade. Os mais velhos ainda iam uma vez por mês fazer compra e acabou. Porque nós tínhamos na estação do Monjolinho um armazém de secos e molhados que era da família Rinaldi (Fig. 24). E esse armazém funcionou acho que uns 40 anos e era daquele que você encontrava tudo, né. Eles vendiam de tudo, qualquer coisa

Fig. 22 – Estação do Monjolinho

que você imaginava tinha no armazém. Então, rotineiramente, você comprava nesse armazém. Agora quando havia necessidade de alguma especial, então tomava o trem na estação, ia para São Carlos de manhã e voltava de tarde. Mas criança não fazia isso, só o mais velho. E a criança ficava por ali mesmo. Então a brincadeira era futebol. Lá na frente da casa tem aquele pátio, o Zé Marrara que foi um antigo enfermeiro da Santa Casa já falecido, o pai dele era o Domingos Marrara, era funcionário da fazenda. E ele

o Zé Marrara era meninote, então a gente jogava futebol lá. Quando acabava o expediente cinco horas juntava os moleques, o Antonio Donato, o irmão dele que hoje é do Magazine Luisa, esse pessoal todo jogava futebol por ali. E então quando ia pescar saía esse grupinho, quatro, cinco moleques e iam pescar no rio. A pescaria boa era no rio, porque no rio você tinha a chance de pegar um peixe maior, era o bagre o maior, então o pessoal ia lá para pegar esse peixe maior. Nas lagoas aparecia peixe, mais era peixe menor, lambari, coisas desse tipo assim, não tinha peixe muito grande. Mas era a brincadeira no rio com a bóia, essas coisas todas que você fazia na beira do rio.

E havia uma colônia lá da fazenda, chamava colônia do engenho que até usavam a água do rio. Eles faziam o seguinte, aquele tempo eles tinham uma derivação do rio... isso foi construído já na época dos escravos. Essa Fazenda do Engenho era do Major José Inácio e no ano de 1912 o meu avô comprou do Major. Então o Major tinha feito uma derivação, uma tomada d'água que saía e fornecia através de um cano, uma bica e caía numa caixa grande. E essa caixa grande era do pessoal lavar roupa. Então o pessoal lavava roupa ali com a água do rio do Monjolinho. E o pessoal não bebia água do Monjolinho porque tem uma mina perto que saía uma água muito limpa, muito boa que o pessoal usava para fazer comida e beber. Mas para lavar roupa era água do rio do Monjolinho, porque era uma água boa, né.

Tem várias minas que nascem perto do Monjolinho. O Monjolinho corre encima do diabásio, que é aquela pedra preta, né. E as minas em geral elas afloram, (...), uns 40, 50 metros do Monjolinho aparecem umas minas que levam água para o Monjolinho. Nós usamos água para beber de minas que são minas que caem no Córrego Santa Cruz (Fig. 24), que é um pequeno afluente do Monjolinho, que a nascente mais ou menos ali onde passa a pista do DER-SP 215, a nascente grande é lá. E ela corre e desce para o Monjolinho. (...) Essa mina que a gente aproveita para abastecer a casa até hoje.

Ali para nós o Monjolinho a única coisa que ele faz é mau cheiro. Se tiver um dia abafado que não tem quase vento, o mau cheiro aumenta bastante porque é matéria em decomposição que tá passando ali. Eu fico triste toda vez que eu chego perto do rio hoje. Eu fico desesperado, porque aquilo é uma coisa absurda, uma coisa que dá dó. Todo mundo que conheceu o Monjolinho quando era um rio normal..., era um rio bonito, né. Não é um rio enorme, mas é um rio bom. Era um rio que dava para você brincar com ele, pescar, fazer um monte de coisa.

[Sobre a Usina Louis Partel] Essa cachoeira quando eu conhecia a água era limpa não tinha problema nenhum (Fig. 24). Ela funcionou algum tempo, quando ela parou porque houve... Aí aconteceu o seguinte, não interessava para o Djalma Kell que aquilo funcionasse. Não é que não interessava, é que gerava tão pouca energia que a despesa com a manutenção não compensava. E o governo estava oferecendo energia barata das grandes hidrelétricas. Então o próprio governo tinha um interesse muito grande em parar com as pequenas usinas. E ali era uma usina que até não era nem pequena, era quase micro. Então quer dizer que assim que o governo forneceu energia aqui para a região, pararam. Agora funcionou, eu vi aquilo funcionar, o barulhinho das turbinas girando, eu me lembro disso. (...). Eu acho que uma cachoeira, mesmo que tenha pouca água, mas que tenha uma queda bonita, é uma beleza, né. Porque a natureza dá aquilo como uma obra de arte. Cada uma tem as suas características. Eu acho que vai ser um

futuro ponto turístico da cidade. (...). Porque uma das coisas que São Carlos tem que mostrar para o Brasil é que aqui é uma região de interesse turístico. (...).

Você sabe que nós temos aqui, fora outras fazendas que são bonitas, nós temos três fazendas que já estão abertas para o turismo e cada uma delas representa uma fase da história do café.

Então nós temos aqui a Fazenda Conde do Pinhal. É uma fazenda montada por volta de 1840, a sede foi construída nessa época. E ela foi construída com mão de obra da época, do local, praticamente escravos. A técnica de construção da casa é muito simples, as paredes são quase todas de barro. Ainda é aquela casa que tinha um andar só e nos lugares que havia desvãos, por causa do terreno, era porão. Então esse tipo de fazenda que era típica da época do império, a Fazenda do Conde caracteriza perfeitamente. Lá se pode ver o terreiro, pode-se ver o jardim do Conde, a casa tem todas as características da época. Ela tem a capela dentro da casa, porque o patrão que era o homem importante merecia tudo, o escravo não merecia nada. Eles tinham aqueles quartos fechados, sem janela. Essa fazenda tá aí e pode ser visitada.

Nós temos a Santa Maria (Fig. 24) que já foi construída em 1889. Ela pegou a transição do fim da escravidão e do começo da vinda do imigrante europeu que aqui na região é de sua maioria de origem italiana. Então é uma fazenda que tem a senzala, ela tem ainda as características de mourões de pedra construídos pelos escravos para fazer os patamares de construção. E ela já tem uma casa de sede que foi construída por um italiano que era um imigrante e que veio de lá capacitado a construir. Então esse imigrante italiano chamado Pietro Davi Cassinelli ele fez a casa nos anos de 88, 89. E a finalidade era para que na casa viesse ser hospedado o Imperador D. Pedro II, na segunda viagem que havia sido marcada pelo império para São Carlos. A primeira foi em 1886 e a segunda seria em 1892. Então era uma casa feita no estilo europeu, neoclássica, tem dois andares, pé direito de 5 metros em cada andar, é toda construída em tijolos. Ela tem todas as características de uma casa urbana da Europa, só que foi feita numa fazenda nessa época.

O preço dela foi muito alto e o proprietário, irmão do Major, chamado Theodoro Camargo resolveu vender a fazenda. Porque ele perdeu a chance, uma vez que quando ele recebeu a casa no final de 89 já havia estourado a Revolução Republicana e ele não conseguiu nada com o Imperador. (...). Aí meu avô – Cândido de Souza Campos – que veio do Rio, era carioca, o pai dele era médico no Rio, ele era advogado formado no Rio e trabalhava em São Paulo. E ele conheceu uma moça, começaram a namorar, (...). E aí quando ele foi a procura do pai da moça para oficializar o namoro (...). O pai disse que só permitia o casamento se ele fosse proprietário de uma fazenda de café (...). Nossa geração manteve tudo como era no tempo do antigo proprietário, por isso, ela ficou uma fazenda preservada. (...).

E a terceira fazenda é uma fazenda que tem em Água Vermelha. O antigo proprietário era o Juca Sabino que foi o maior fazendeiro da região. A fazenda do Juca Sabino foi montada para café, também no estilo antigo, naquela época dos escravos. Só que o Juca Sabino acabou montando a sede em 1925 e como ele tinha dinheiro nessa época acabou chamando o engenheiro Ramos de Azevedo de São Paulo, que projetou e construiu a casa.

Então é uma casa de sede diferenciada e com o seguinte, a mão de obra que foi usada nessa fazenda já era mão de obra brasileira de migrante brasileiro. Essa é a Fazenda São Roberto.

São três fazendas, cada uma com uma característica. Então com isso eu acho que é o único município que eu conheço que tem essa possibilidade, de mostrar três coisas dentro da mesma área, que é muito raro. Porque em geral cada um tem uma época, viveu uma época, aqui misturou as três. (...).

(...) São Carlos era o polo centralizador de todo café produzido em volta (...). Daqui o trem levava embora o café. Então isso deu uma importância muito grande. Só o Imperador se deslocar em 1886 para visitar a cidade, é porque alguma coisa importante estava acontecendo. (...)

O interessante é o seguinte. Eu me lembro que a fazenda... toda região ali se encontrava pouco mato, muito pouco mato. Mesmo na Santa Maria tinha muito pouco mato. Porque a mentalidade do fazendeiro daquela época era a seguinte, onde há mato, há atraso. Então a preocupação do fazendeiro era eliminar o mato e era geral isso. Então eu lembro ao lado da sede era um negócio meio aberto, tinha o cafezal, não tinha árvore grande. Depois quando meu pai já começou a tomar conta, começou a deixar o mato, plantar árvore e eu continuei. Então hoje nós temos uma grande área coberta de mata que foi trabalho de meu pai e meu, já pensando em preservar etc. e tal. Meu avô para alimentar o fogão dos empregados ele chegou a comprar lenha, não tinha na fazenda lenha para isso.

Agora todo morro na frente, tudo era cafezal. Eu me lembro quando chegava na florada, né. Setembro, outubro dá florada, porque a florada quando sai, sai de uma vez só. Ela acontece duas ou três vezes no ano, mas quando estoura, todo pé estoura. Aquilo era uma beleza, ficava tudo branco... branco, era bonito... Hoje a cana é uma coisa meio sem graça, né.

(...) A Felicíssima (Fig. 24) era de uma família tradicional e eles tinham uma área muito grande de terra e era café, tudo café. O fazendeiro era muito rígido, disciplinado e tinha um filho dele que tinha já uns 20 anos, eu acho que não gostava da fazenda, queria sair. E o pai não deixava, obrigava ele ficar lá. E ele um dia foi para o pomar, naquele tempo todo mundo tinha espingarda de caça, ele pegou a espingarda de caça do pai e foi para o pomar e deu um tiro e morreu. Ai o pai ficou desesperado... Silva Teles, família Silva Teles, ele chamava-se Álvaro da Silva Teles. Então ele resolveu vender a fazenda. (...), estava muito grande a fazenda, difícil para achar comprador, ele resolveu lotear a fazenda (...). Os Bianco compraram o lote que tem a casa da sede (...). Os Brevilhieri compraram outro (...). Ali se plantava de tudo, cada um plantava uma coisa (...). Como eram muitas pessoas haviam festas. Domingo tinha jogo de futebol, churrasco, tinha uma porção de coisas que eles faziam, né. Toda hora tinha baile. (...)"

Fig. 23 – Fazenda Santa Maria.
Paisagem anteriormente ocupada pela cafeicultura.

Considerações acerca do relato do Dr. Décio

Dr. Décio teve um contato diário com o rio do Monjolinho, durante toda a sua infância e parte da adolescência. E toda a sua convivência com o rio foi dentro e nos arredores da fazenda onde morava e mora até hoje. Relata que os usos agregados ao rio eram a pesca, as brincadeiras e o banho, hoje totalmente perdidos.

Podemos situar suas lembranças quando o rio era palco de suas brincadeiras até fins dos anos de 1940, mas já a partir dessa data o rio começa transformar-se de abrigo à vida em um rio mau cheiroso, fase da mais intensa urbanização e industrialização da cidade.

Por sua localização, percebeu bem as mudanças transcorridas no rio e na sua paisagem. A qualidade e aspecto da água eram o termômetro de como a cidade crescia e promovia a descaracterização do rio na área urbana, transformações estas percebidas mesmo de longe, pois repercutiam na mesma proporção em sua propriedade. Do mesmo modo acompanhou as mudanças no uso do solo, com a decadência da cultura cafeeira e a imposição da monocultura da cana de açúcar.

Devido à sua inserção social, como proprietário de uma fazenda histórica, espírito conservacionista e divulgador das outras propriedades existentes no município, Dr. Décio desempenha um ativo e importante papel na manutenção da história da cidade de São Carlos, através da preservação e valorização de nosso patrimônio histórico e ambiental.

Residindo em uma fazenda de café centenária desde o seu nascimento, teve a oportunidade de ter contato direto com o rio do Monjolinho e fazer uso de tudo o que este recurso podia proporcionar. Hoje sente ter esses usos perdidos, entretanto, espera que em breve possa ver novamente o rio recuperado.

Pelas inserções social, histórica e geográfica, seu olhar sobre o rio do Monjolinho traz um sentimento de perda muito grande, pois usufruiu dos benefícios que um rio preservado pode oferecer. Justamente por isso, luta, até onde lhe é possível, para manter e recuperar o meio ambiente ao seu redor.

Tabela VI - Análise de conjunto dos relatos apresentados

	USOS RELATADOS	USOS QUE EXISTEM	USOS PERDIDOS	FAUNA E FLORA ECOSISTEMA MON. IL. OINHO
1920 A 1940	▪ Nado.	▪ Esgoto	-	▪ Mata de araucárias, mata ciliar.
	▪ Pesca.			▪ Capivara, bagre, dourado, traíra, lambari.
	▪ Geração de energia.			▪ Mata ciliar, árvores do cerrado, paineira, cedro, coqueiro, macaúva, gabioba.
	▪ Usos domésticos.			▪ Tatu, lebre, capivara, veado, jacaré, lobo guará, gambá, raposa, cobra, cachorro do mato, jaguatirica, chacú, seriema, perdiz.
	▪ Esgoto			▪ Bagre, traíra, lambari.
1940 a 1960	▪ Nado	▪ Esgoto	▪ Nado	
	▪ Pesca		▪ Geração de energia	
	▪ Banho.		▪ Usos domésticos.	
	▪ Geração de energia.			
	▪ Usos domésticos.			
1960 a 1980	▪ Pesca	▪ Esgoto	▪ Pesca	▪ Cobra e raposa.
	▪ Esgoto			▪ Capocira
1980 a 2000		▪ Esgoto	-	▪ Mata ciliar.
	▪ Esgoto			▪ Porco espinho, tatu, lobo guará, capivara, porco do mato, jacaré, veado campeiro, cachorro do mato, mão pelada, quati, macaco prego, papagaio, tucano, maritaca, sabiá, galinha d'água (três pote).

O conjunto dos relatos evidenciaram o quanto os usos agregados ao rio do Monjolinho foram sendo perdidos ao longo da urbanização da cidade de São Carlos.

Apesar das diferentes inserções sociais, históricas e geográficas dos informantes, a maioria deles tinham uma relação de troca com o rio. Faziam uso dos recursos que ele oferecia e retornavam o sentimento de agradecimento, prazer e vontade de perpetuação dessa cumplicidade.

Entretanto, hoje o estado geral do rio, em virtude da descaracterização de suas águas e paisagem, não dá conta de sustentar a mesma convivência mantida com os são-carlenses de 60 ou 50 anos atrás. A relação de mão única estabelecida com esse recurso hídrico, onde o seu papel é somente receber os dejetos urbanos, está sendo perpetuada a essa geração de cidadãos, que não tiveram a oportunidade de conhecer o rio de seus avós. Os jovens de hoje não colocam as varinhas nas costas para ir pescar no rio do Monjolinho, como a maioria dos nossos informantes na infância e juventude. Todavia, poderiam ter a oportunidade de fazê-lo, se a qualidade ambiental do rio permitisse a perpetuação dos usos tradicionais a ele ligados.

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO MONJOLINHO

Autor: Almeida, 2001
baseado em Sé, 1992
Desenhista.: Cid Martioli

Conclusão

"Uma árvore nunca é apenas uma árvore. A natureza não é algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória."

(Simon Schama)

Este trabalho teve por objetivos identificar os diversos usos possibilitados pelo rio do Monjolinho, perdidos durante a urbanização da cidade de São Carlos e analisar o seu inexorável processo de degradação e desvalorização. Além disso, também nos propusemos a descrever os significados que este rio teve e tem para os atores sociais que participaram e participam da história da cidade.

A fim de alcançar os objetivos propostos, nos municiamos trabalhos sobre a história e urbanização de São Carlos, assim como, de pesquisas limnológicas sobre o rio do Monjolinho e sua bacia hidrográfica.

Por meio dos relatos colhidos – a memória dos velhos cidadãos são-carlenses, vimos o quanto o rio do Monjolinho, a paisagem no seu entorno e a biodiversidade a ele agregada foram alterados pelo processo urbano impiedoso a que foram submetidos.

Rememoraram a velha cidade, a vida nas fazendas, as famílias antigas, as ruas de terra e paralelepípedo, as brincadeiras de moleque, os causos curiosos.

Suas lembranças nos remetem a um tempo em que era possível fazer vários usos do rio como pescar, nadar, ou apenas ficar contemplando suas águas, suas árvores e seus animais. Relataram-nos a relação que tinham com os afluentes do rio, cuja paisagem e qualidade da água também sofreram grandes mudanças no decorrer do processo urbano.

O mais ressaltado em seus relatos é a tristeza que sentem ao verem a paisagem da infância e juventude modificada tão drasticamente, olhar para o rio que tanto prazer lhes deu e enxergá-lo sem vida.

O crescimento da cidade e de como era a vida dos seus cidadãos nos últimos 60 anos também mereceu destaque em suas memórias. Para os informantes que viviam na cidade, a vida de sua infância e adolescência era mais saudável. As ruas de paralelepípedo, o trajeto do bonde e, mais tarde, da jardineira, as comitivas de peões com seus carros de boi e tocadores de viola, as pescarias de bons peixes, o “footing” na praça na hora de namorar. Essas lembranças nos pintam um retrato de uma cidade boa para se viver, onde a vida corria mansa, como as águas limpas do rio do Monjolinho de outrora.

Seus relatos nos afirmam que o início do rápido crescimento da cidade começou a partir da década de 1940. Entretanto, segundo eles, foi a partir da década de 1950 e, principalmente, na década de 1960 que as regiões noroeste e sudoeste da cidade em direção ao rio do Monjolinho foram ocupadas, gerando o maior impacto na sua paisagem. Essa área era ocupada, em sua maior parte, por chácaras produtoras de verduras e legumes, destinados ao abastecimento da cidade. Sem o planejamento adequado e necessário, o núcleo urbano passou a se desenvolver para essas regiões periféricas com a proliferação dos loteamentos, carentes da infra-estrutura necessária.

De acordo com os relatos, foi a partir desse crescimento urbano que o impacto no rio do Monjolinho ficou mais evidente. Além da ocupação das áreas muito próximas ao seu entorno – onde relatam a existência de mata ciliar com paineiras, cedros e araucárias, entre outras espécies – o volume do esgoto urbano-industrial despejado “in natura” em suas águas aumentou consideravelmente.

O urbano incorporou o rio. As ruas e calçadas tomaram o lugar das paineiras, dos cedros e das araucárias. Seu curso também não é o mesmo que nossos velhos cidadãos conheceram, as poças ou piscinas onde até se pegavam peixes de peneira e se nadava livremente foram modificadas para dar passagem à urbanização.

Assim como no trajeto urbano, o rio do Monjolinho está atualmente bastante modificado na área rural. Os relatos dos informantes que vivem, viveram ou iam sempre ao campo falam dessas mudanças ocorridas no rio. Principalmente na direção de sua desembocadura após passar pela cidade chegando a essa região bastante impactado pelos dejetos urbano-industriais.

Essas falas nos dão conta de que o rio do Monjolinho era um rio limpo e piscoso, entretanto, hoje suas águas estão, nas palavras de um informante – um dia de cada cor – e os peixes, impróprios para o consumo. Em suas águas podia-se pescar e nadar. O rio era o grande alvo das brincadeiras das crianças e do lazer dos adultos. Nessa região o rio assume mais a característica de ser encachoeirado, por isso, suas águas eram propícias para a diversão das crianças, dava bons peixes, além de excelente para a contemplação, pois era muito bonito.

Outrossim, nos relatam a grande modificação na paisagem propiciada pela monocultura da cana de açúcar, implantada definitivamente em nossa região a partir da década de 1950.

A informação positiva é que, em alguns trechos, a mata ciliar está se recuperando devido a cana de açúcar não chegar até as margens do rio, o que não ocorria quando algumas fazendas dessa região exploravam a criação de gado.

Outro dado satisfatório é a gradual volta da fauna endêmica, justificada pela recuperação das matas nativas e pela fiscalização mais ativa dos órgãos responsáveis, tanto na conservação dessas áreas como na proibição da caça a animais silvestres.

Nossa visita à nascente do rio do Monjolinho, permite ressaltar que esta ainda se localiza em área rural, mas hoje praticamente já incorporada à área urbana. A nascente e a paisagem em seu entorno estão completamente desfiguradas pela ação antrópica. Por estar no interior de uma fazenda de criação de gado os animais chegam até as suas

margens com facilidade, gerando um grande impacto no local. De mais a mais, o curso do rio foi completamente modificado e a mata ciliar está muito reduzida.

Notamos que os trabalhos publicados, tanto sobre o estado ambiental do rio do Monjolinho quanto sobre como ocorreu o processo urbano-industrial sofrido pela cidade, estão compartimentalizados em áreas específicas do saber.

Os relatos dos velhos cidadãos são-carlenses se diferenciam dessa forma de pesquisa, pois retratam o rio antes desse estado de degradação ambiental em que se encontra. Além disso, relacionam esse fato com outros aspectos da vida social, outras ocorrências também importantes o que resulta num conjunto mais rico de informações. Essa particularidade, propiciada pela memória histórico-social, justifica-se por se tratar um retrato abrangente, contendo vários olhares de uma mesma história, formados por atores envolvidos nela.

Essa imagem, possível graças às memórias colhidas junto aos observadores e partícipes da vida na cidade, tem um movimento único e retratam a realidade de forma diferenciada das pesquisas quantitativas e bibliográficas. São retratos vivos da história, pintados por sujeitos que realmente fizeram parte dessa transformação. Sujeitos que sonharam, cresceram, esperaram e sofreram com essas mudanças ocorridas na cidade e no rio do Monjolinho.

Entendemos que é de suma importância a compreensão do que perdemos com a degradação e desvalorização de nosso meio ambiente, nesse caso, de nosso recurso hídrico mais importante. Ao mesmo tempo, esperamos contribuir com nossa leitura da cidade e de seu rio, trazendo novas dimensões às pesquisas que se debruçam sobre a problemática sócio-ambiental, fomentando assim a idéia de trabalhos que compreendam de forma mais abrangente nossos problemas ambientais.

Através dos objetivos propostos no início do trabalho, era nossa intenção comprovar a hipótese de que os relatos orais poderiam trazer dimensões inéditas para a história ambiental de São Carlos. Além do mais, compreender e externar a realidade de forma multidimensional, colocando novos elementos para a reflexão das áreas de conhecimento.

Concluindo nosso trabalho, julgamos ter conseguido alcançar os objetivos propostos e comprovar nossa hipótese, pois identificamos os diferentes usos que o rio do Monjolinho possibilitava aos cidadãos são-carlenses, descrevendo o que esse recurso hídrico significou para eles e analisando o seu processo de degradação e desvalorização.

Os fatos e ocorrências relatados pelos informantes vêm ao encontro das pesquisas já realizadas sobre o assunto. Entendemos isso como comprovação de que a memória de velhos informantes pode conter informações verídicas e relevantes aos trabalhos científicos.

Entretanto, o mais relevante nesse trabalho é que esses fatos e ocorrências têm um significado diferente, um “algo a mais” dos colhidos por outras pesquisas. A fala desses atores tão pouco valorizados e solicitados tem vida, colorido, movimento, detalhes. Tem emoção. Particularidades que a aridez dos números e a dureza dos livros não conseguem alcançar.

Assim, conseguimos trazer à tona a memória da paisagem que perdemos ao longo de nosso desenvolvimento. Pudemos reviver o quanto o rio do Monjolinho era importante para os são-carlenses, mesmo para aqueles que nunca se utilizaram diretamente de suas águas. Hoje a grande maioria da população conhece o rio e seus afluentes como esgotos a céu aberto, locais próprios para se jogar lixo, água suja etc. Esse trabalho, por fim, ao resgatar a importância e beleza do rio e seus afluentes de outrora, a paisagem e a fauna que freqüentava esses locais, nos ajudou a compreender a importância da conservação e preservação de nosso ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO, S. (1984). *Confissões. De Magistro*. 3ª edição. São Paulo, Ed. Abril Cultural.
- AGUIAR, R. L. (1989). *Mapeamento Geotécnico da Área de Expansão Urbana de São Carlos – SP: contribuição ao planejamento*. São Carlos. 127p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- ARGAN, G. C. (1995). *História da Arte como História da Cidade*. 3ª edição. São Paulo, Martins Fontes.
- ARISTÓTELES. (1972). *História das grandes idéias do mundo ocidental*. São Paulo, Ed. Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- BARROS, M. M. L. de. (1989). Memória e Família. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, n.º 03, p. 29-42. Rio de Janeiro.
- BOBBIO, N. (1997). *O Tempo da Memória: de senectude e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- BOLETIM DE CONJUNTURA DE SÃO CARLOS. (1999). Vol. 07. SEBRAE/SP – Agência de São Carlos.
- BOSI, E. (1994). *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. 3ª edição. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOTTURA, Giovana. (1988). *A Compreensão das Formas de Relação da População com o Meio Ambiente*. Estudo de caso no reservatório de Salto Grande (Americana – S.P.). Dissertação (Mestrado). São Carlos. Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- BRANDÃO, C. R. (1998). A Memória no Outono. *Psicologia USP*, vol. 9, n.º 2. São Paulo.
- CALVINO, I. (1990). *As Cidades Invisíveis*. São Paulo, Cia das Letras.
- CAMARGO, E. (1943). Ao bater das teclas... Vila Prado. *Correio de São Carlos*, São Carlos, 27/junho, p. 04.

- CANO, Wilson. (1983). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 2ª edição. São Paulo, T. A. Queiroz.
- CARLOS, O. (1962). Praticamente concluído o novo “Código de Loteamento do Município de São Carlos”. *Correio de São Carlos*, São Carlos, 30/janeiro, p.04.
- CHRISTOFOLETTI, A. (1993). *Meio Ambiente e Urbanização no Mundo Tropical*. In: SANTOS, M., et. al., org. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- CORTÊS, M. R. E. et. al. (2000). *Uso e Ocupação da Terra na Área Urbana*. In: ESPÍNDOLA, E. L. G. (org.). *A Bacia Hidrográfica do Rio do Monjolinho*. São Carlos/SP, Rima Ed.
- DEAN, Warren. (1971). *A Industrialização de São Paulo*. 3ª edição. São Paulo, DIFEL.
- DESAULNIERS, J. B. R. (1997). Memória Social e Cidadania. *Caderno CEDES*, vol. 18, n.º 42. Campinas, SP.
- DEVESCOVI, Regina C. Balieiro. (1987). *Urbanização e Acumulação – um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos/SP, Arquivo de História Contemporânea – UFSCar.
- ESPÍNDOLA, E. L. G. org. (2000). *A Bacia Hidrográfica do Rio do Monjolinho*. São Carlos/SP, Rima Ed.
- FERNANDES, M. E. (1996). Para Além da Técnica: as fontes orais e a difícil arte da “dialética dos saberes”. *Revista Estudos Históricos*, vol. 3, n.º 2, p. 117-128. Franca, SP.
- FERREIRA, M. de M. (1994). *História Oral: um inventário das diferenças*. In: FERREIRA, M. de M. org. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- HALBWACHS, M. (1990). *A Memória Coletiva*. 2ª edição. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais Ltda.
- HOBSBAWN, E. (1997). *Sobre História*. São Paulo, Cia das Letras.
- HOMERO. (1981). *Odisséia*. São Paulo, Abril Cultural.
- FAUSTO, B. (1994). *História do Brasil*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.

- GAGNEBIN, J. M. (1997). *Sete Aulas sobre Linguagem, Memória e História*. Rio de Janeiro, Imago Ed.
- GUIVANT, J. S. et. al. (1995). *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo, Cortez Editora.
- HALBWACHS, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo. Ed. Ver. dos Tribunais Ltda.
- HOBBS, E. (1997). *Sobre História*. São Paulo, Cia das Letras.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Demográficos e Econômicos. (vários anos).
- LE GOFF, J. (1998). *Por Amor às Cidades*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP.
- _____. (1996). *História e Memória*. 4ª edição. Campinas, Ed. UNICAMP.
- LEITE, M. A. F. P. (1993). *A Natureza e a Cidade: discutindo suas relações*. In: SANTOS, M. et. al., org. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- MALUF, M. (1995). *Ruídos da Memória*. São Paulo, Siciliano.
- MANCUSO, Maria Inês Rauter. (1998). *A Cidade na Memória de seus Velhos – estudo sobre São Carlos, Itirapina e arredores*. Tese (doutorado). São Paulo. 241p. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.
- MARCONDES, M. J. A. (1999). *Cidade e Natureza. Proteção dos mananciais e exclusão social*. São Paulo, Studio Nobel.
- MARINELLI, C. E. et. al. (2000). *Limnologia*. In: ESPÍNDOLA, E. L. G. org. *A Bacia Hidrográfica do Rio do Monjolinho*. São Carlos/SP, Rima Ed.
- MAURO, C. A. de. coord. (1997). *Laudos Periciais em Depredações Ambientais*. Rio Claro/SP, DPR, IGCE, Unesp.
- MENEZES, C. L. (1996). *Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. A experiência de Curitiba*. Campinas/SP, Papirus.
- MONTENEGRO, A. T. (1992). *História Oral e Memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo, Ed. Contexto.

- MOREIRA, R. (1993). *O Racional e o Símbolo na Geografia*. In: SANTOS, M. et. al., org. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- NEVES, A. P. das. (1984). *São Carlos na Esteira do Tempo*. Álbum comemorativo do centenário da ferrovia. 1884-1984. São Carlos/SP, Suprema Gráfica Editora.
- NORA, P. (1993). Entre a Memória e História. A problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, n.º 10. p. 07-28. São Paulo.
- PESSOA, F. (1980). *O Eu Profundo e Outros Eus*: seleção poética. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- PLATÃO. (1988). *Diálogos. Teeteto*. 2ª edição. Pará, Universidade Federal do Pará.
- _____. (1975). *Diálogos. Fedro*. Vol. V Pará, Universidade Federal do Pará.
- _____. (1972). *Diálogos. Fédon*. São Paulo, Ed. Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).
- POLLAK, M. (1992). Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, vol. 5, n.º 10, p. 200-215. Rio de Janeiro.
- _____. (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, n.º 3, p. 03-15. Rio de Janeiro.
- PORTELLI, A. (1997). O que Faz a História Oral Diferente. *Revista Projeto História*, n.º 14, p. 25-39. São Paulo.
- * QUEIROZ, M. J. F. de. (1987). Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. *Revista Ciência e Cultura*, n.º 39 (3), p. 272-286. São Paulo.
- RODRIGUEZ, J. M. M. et. al. (1997). *Considerações finais*. In: MAURO, C. A. de. coord. *Laudos Periciais em Depredações Ambientais*. Rio Claro/SP, DPR, IGCE, Unesp.
- ROSS, D. (1987). *Aristóteles*. Lisboa/Portugal, Publicações Dom Quixote.
- SANTOS, M. et. al., org. (1993). *Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- SANTOS, M. S. dos (1998). Sobre a Autonomia das Novas Identidades Coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista Brasileira das Ciências Sociais*, vol. 13, n.º 38. São Paulo.

- SANTOS, R. M. dos (1999). As Marcas da Oralidade na Escritura: ler, escrever e narrae. *Revista Estudos de História*, vol. 06, n.º 01, p. 87-96. Franca, SP.
- SCHAMA, S. (1995). *Paisagem e Memória*. São Paulo, Cia das Letras.
- SÉ, J.A.S. (1992). *O Rio do Monjolinho e sua Bacia Hidrográfica como Integradores de Sistemas Ecológicos* – um conjunto de informações para o início de um processo de pesquisas ecológicas, de educação, planejamento e gerenciamento ambientais a longo prazo. Dissertação (Mestrado). São Carlos. 378p. Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo.
- SECRETÁRIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. (1999). *A Água no Olhar da História*. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente.
- SEGALA, L. (1999). O Retrato, a Letra e a História: notas a partir da trajetória social e do enredo biográfico de um fotógrafo oitocentista. *Revista Brasileira das Ciências Sociais*, vol. 14, n.º 41. São Paulo.
- SILVA, S. (1986). *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 7ª edição. São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- SMOLKA, A. L. B. (2000). A memória em Questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Revista Educação Social*, vol. 21, n.º 71. Campinas, SP.
- THOMPSON, P. (1992). *A Voz do Passado*. São Paulo, Paz e Terra.
- THOMSON, A. (1997). Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Revista Projeto História*, n.º 15, p. 51-84. São Paulo.
- TRUZZI, Oswaldo. (2000). *Café e Indústria* – São Carlos: 1850 –1950. 2ª edição. São Carlos/SP, Arquivo de História Contemporânea – UFSCar.